

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES

Programa de Pós-graduação em Administração Mestrado

KÁTIA SINARA COELHO DE SOUZA BARBOSA

**RELAÇÕES DE PODER E EDUCAÇÃO: vivências sobre êxodo rural e resistência
quilombola sob a ótica de Foucault e Antônio Bispo dos Santos**

Belo Horizonte

2024

KÁTIA SINARA COELHO DE SOUZA BARBOSA

**RELAÇÕES DE PODER E EDUCAÇÃO: vivências sobre êxodo rural e resistência
quilombola sob a ótica de Foucault e Antônio Bispo dos Santos**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Acadêmico em Administração do Centro Universitário Unihorizontes, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador(a) Prof.^a Dr.^a Alyce Cardoso Campos

Área de concentração: Organização e Estratégia

Linha de pesquisa: Estratégia, Inovação e Competitividade

Belo Horizonte

2024

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário
Bruno Tamielt de Almeida CRB6

Barbosa, Kátia Sinara Coelho de Souza.

B238r

Relações de poder e educação: vivências sobre êxodo rural e resistência quilombola sob a ótica de Foucault e Antônio Bispo dos Santos. Belo Horizonte: Centro Universitário Unihorizontes, 2024.
114 p.

Orientadora: Dr^a. Alyce Cardoso Campos
Dissertação (mestrado). Centro Universitário Unihorizontes.
Programa de Pós-graduação em Administração.

1. Poder e resistência - Migração pendular - Trabalho - Precarização do trabalho - Êxodo rural
I. Kátia Sinara Coelho de Souza Barbosa II. Centro Universitário Unihorizontes – Programa de Pós-graduação em Administração. III. Título.

CDD: 658.7

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado Acadêmico em Administração do(a) Senhor(a) **Kátia Sinara Coelho de Souza Barbosa** REGISTRO Nº **824**. No dia **09/11/2024** às **10:00** horas, reuniu-se no Centro Universitário Unihorizontes, a Comissão Examinadora de Dissertação, indicada pelo Colegiado do Programa de Mestrado Acadêmico em Administração do Centro Universitário Unihorizontes, para julgar o trabalho final intitulado **RELAÇÕES DE PODER E EDUCAÇÃO: Vivências sobre Êxodo Rural e Resistência Quilombola sob a Ótica de Foucault e Antônio Bispo dos Santos**. Abrindo a sessão, o(a) Senhor(a) Presidente da Comissão, **Alyce Cardoso Campos**, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares da apresentação do Trabalho Final, passou a palavra ao(à) candidato(a) para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do(a) candidato(a). Logo após a Comissão se reuniu sem a presença do(a) candidato(a) e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final: **APROVADA**.

O resultado final foi comunicado publicamente ao(à) candidato(a) pelo(a) Senhor(a) Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o(a) Senhor(a) Presidente encerrou a reunião e lavrou o(a) presente ATA, que foi assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

09/11/2024

Documento assinado digitalmente
 **ALYCE CARDOSO CAMPOS**
Data: 17/12/2024 23:49:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Drª. Alyce Cardoso Campos
Centro Universitário Unihorizontes

Documento assinado digitalmente
 **FERNANDA VERSIANI DE REZENDE**
Data: 13/01/2025 14:15:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Drª. Fernanda Versiani de Rezende
Centro Universitário Unihorizontes

Documento assinado digitalmente
 **VALDERI DE CASTRO ALCANTARA**
Data: 26/12/2024 22:15:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Valderi de Castro Alcântara
(UFMG)

Rua Alvarenga Peixoto, 1270 – Santo Agostinho – CEP: 30.180-121
Av. Sinfrônio Brochado, nº 1281 - Barreiro de Baixo – CEP: 30640-000
Telefone: (31)3293-7000 – Site: <http://www.unihorizontes.br>
Belo Horizonte- MG

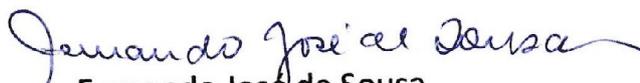
**DECLARAÇÃO DE REVISÃO DE PORTUGUÊS
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

Declaro ter procedido à revisão da dissertação de mestrado intitulada
**RELAÇÕES DE PODER E EDUCAÇÃO: vivências sobre êxodo rural e resistência
quilombola sob a ótica de Foucault e Antônio Bispo dos Santos**
apresentada ao curso de Mestrado Acadêmico Centro Unihorizontes, como requisito
parcial para obtenção do título de
MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO
de autoria de
KÁTIA SINARA COELHO DE SOUZA BARBOSA
contendo 114
páginas sob
orientação de
Prof.^a Dr.^a ALYCE CARDOSO CAMPOS

ITENS DA REVISÃO:

- Correção gramatical
- Inteligibilidade do texto
- Adequação do vocabulário

Belo Horizonte, 29 de outubro de 2024


Fernando José de Sousa
REVISOR

Registro: 20710, Livro LR-36 – Decreto nº 5786/2006, Processo 2758814/2014
Licenciado em LETRAS
Centro Universitário de Belo Horizonte
UNI-BH

REVISADO

AGRADECIMENTOS

"Ser grato é reconhecer que houve um momento na vida em que se precisou de alguém!"

Agradeço a Deus, dono e autor da minha vida, que me deu a oportunidade não apenas de ingressar neste curso, mas também de concluí-lo. "Nunca me deixe esquecer que tudo que tenho, tudo o que sou e o que vier a ser vem de Ti, Senhor!"

Gratidão ao meu marido e à minha família, que superaram juntamente comigo cada minuto da jornada com o apoio de suas orações.

Aos amigos e colegas do curso, pelos momentos prazerosos que vivenciamos juntos tornando uma jornada mais leve.

Aos moradores da comunidade Quilombola Curral Novo, minha mais sincera e profunda gratidão pela contribuição primordial na efetivação deste estudo. Ao compartilhar suas histórias, vivências e saberes tornando o trabalho mais rico, foi possível concretizar esta dissertação e proporcionar um aprendizado pessoal e acadêmico significativo para toda a vida.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Alyce Cardoso Campos, pela dedicação e auxílio passo a passo na construção desta pesquisa.

Por fim, agradeço a todos que me apoiaram e contribuíram de alguma forma para tornar possível esta conquista.

RESUMO

Aderência a linha de pesquisa: Esta dissertação foi desenvolvida dentro da linha de pesquisa “Estratégia, Inovação e Competitividade” do Programa de Mestrado em Administração do Centro Universitário Unihorizontes. Aborda a temática das comunidades quilombolas focando nas dinâmicas de poder e resistência, e na influência dessas forças no êxodo rural dessa população.

Objetivo: Analisar os relatos dos quilombolas quanto às suas experiências vivenciadas na comunidade Curral Novo no que tange aos desafios de acesso à educação e ao trabalho digno influenciando o êxodo rural, sob a ótica das relações de poder de Michel Foucault.

Referencial teórico: Utilizando a teoria foucaultiana sobre poder e controle, a resistência quilombola de Antônio Bispo dos Santos e a relação com o capitalismo, o estudo analisa como a estratégia, a inovação e competitividade moldam as dinâmicas de resistência dos quilombolas. A pesquisa aprofunda na investigação das experiências vividas na Comunidade Curral Novo, destacando como os quilombolas enfrentam os desafios locais impostos pelas forças externas fortalecendo suas tradições culturais e autonomia.

Métodos: A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa e descritiva, por meio do método de história oral, com a aplicação de dez entrevistas semiestruturadas com moradores da comunidade quilombola Curral Novo. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas com base na técnica da análise temática que se destaca por sua importância em análise qualitativa dos relatos orais.

Resultados: Os resultados revelaram como as forças externas do controle disciplinar, poder econômico, exclusão, privação e a fragmentação das relações familiares controlam e dominam a comunidade resultando na marginalização dos quilombolas e no êxodo rural. Também foram identificados mecanismos de resistência adotados pela comunidade quilombola como valorização da vida rural, migração urbana como forma de resistência, permanência na comunidade quilombola e tradição como resistência. Esse processo se destaca como essencial para a continuidade histórica, onde a memória coletiva é preservada e transmitida fortalecendo a autonomia dos quilombolas. Assim, a resistência se concretiza na reafirmação das práticas e identidades culturais, sem depender de concessões externas de poder. Foram identificados ainda o papel da educação como uma ferramenta de fortalecimento da ancestralidade quilombola e autonomia comunitária evidenciados pelos desafios do acesso à educação, consequências da falta de acesso à educação para a comunidade, educação como forma de resistência e transformação do quilombo por meio da educação. Nesse contexto, a educação quilombola surge como um instrumento de potenciação, como definido por Antônio Bispo dos Santos, sendo um processo em que a comunidade quilombola se fortalece internamente, resgatando e reafirmando seus saberes e práticas culturais. A potenciação permite que a comunidade reafirme seus saberes e práticas culturais de forma autônoma, sem depender de influências externas. A educação, portanto, não se limita apenas em preservar, mas também em ressignificar e fortalecer os elementos culturais, promovendo uma autodeterminação que surge das próprias raízes culturais quilombolas. Assim, a educação quilombola se torna um instrumento de resistência e controle sobre seus próprios processos de envolvimento comunitário.

Contribuições teóricas/metodológicas: A pesquisa contribui ampliando uma melhor compreensão das dinâmicas de poder nas comunidades quilombolas mediante a aplicação das teorias de Foucault e Santos na análise dessas relações. Destaca a educação como um espaço de resistência cultural dos quilombolas reafirmando sua ancestralidade e história frente às estruturas de poder hegemônicas. Enfatiza também a necessidade de políticas públicas que respeitem e valorizem a cultura e os direitos dessas comunidades, promovendo o fortalecimento social e cultural. Além disso, contribui metodologicamente ao aplicar o método de história oral

em uma comunidade quilombola, explorando suas narrativas e experiências de vida.

Contribuições sociais: O presente estudo valoriza as experiências quilombolas e a promoção de diálogos sobre a resistência cultural e a luta por seus direitos, com ênfase no que diz respeito ao acesso à educação e ao trabalho digno dessas comunidades. Assim contribui para maior conscientização e sensibilização da sociedade quanto às condições enfrentadas por elas.

Palavras-chave: Poder e Resistência. Migração Pendular. Trabalho. Precarização do Trabalho. Êxodo Rural.

ABSTRACT

Adherence to the research line: This dissertation was developed within the research line “Strategy, Innovation and Competitiveness” of the Master's Program in Administration at Centro Universitário Unihorizontes. It addresses the theme of quilombola communities, focusing on the dynamics of power and resistance, and the influence of these forces on the rural exodus of this population.

Objective: To analyze the reports of quilombolas regarding their experiences in the Cural Novo community regarding the challenges of access to education and decent work and how power relations from the perspective of Michel Foucault.

Theoretical Framework: Using Foucault's theory on power and control, the quilombola resistance of Antônio Bispo dos Santos and the relationship with capitalism, the study analyzes how strategy, innovation and competitiveness shape the dynamics of quilombola resistance. The research delves into the investigation of the experiences lived in the Cural Novo Community, highlighting how quilombolas face local challenges imposed by external forces, strengthening their cultural traditions and autonomy.

Methods: The research uses a qualitative and descriptive approach, through the oral history method, with the application of ten semi-structured interviews with residents of the Cural Novo quilombola community. The interviews were recorded, transcribed and analyzed based on the thematic analysis technique, which stands out for its importance in the qualitative analysis of oral reports.

Results: The results revealed how external forces of disciplinary control, economic power, exclusion, deprivation, and the fragmentation of family relationships control and dominate the community, resulting in the marginalization of quilombolas and rural exodus. Resistance mechanisms adopted by the quilombola community were also identified, such as valuing rural life, urban migration as a form of resistance, remaining in the quilombola community, and tradition as resistance. This process stands out as essential for historical continuity, where collective memory is preserved and transmitted, strengthening the autonomy of quilombolas. Thus, resistance is realized in the reaffirmation of cultural practices and identities, without depending on external concessions of power. The role of education as a tool for strengthening quilombola ancestry and community autonomy was also identified, evidenced by the challenges of access to education, consequences of the lack of access to education for the community, education as a form of resistance, and transformation of the quilombo through education. In this context, quilombola education emerges as an instrument of empowerment, as defined by Antônio Bispo dos Santos, being a process in which the quilombola community strengthens itself internally, rescuing and reaffirming its cultural knowledge and practices. Empowerment allows the community to reaffirm its cultural knowledge and practices autonomously, without depending on external influences. Education, therefore, is not limited to preserving, but also to resignifying and strengthening cultural elements, promoting self-determination that arises from the quilombola cultural roots themselves. Thus, quilombola education becomes an instrument of resistance and control over its own processes of community involvement.

Theoretical/methodological contributions: The research contributes to a better understanding of the dynamics of power in quilombola communities by applying the theories of Foucault and Santos in the analysis of these relationships. It highlights education as a space of cultural resistance of quilombolas, reaffirming their ancestry and history in the face of hegemonic power structures. It also emphasizes the need for public policies that respect and value the culture and rights of these communities, promoting social and cultural strengthening. In addition, it contributes methodologically by applying the oral history method in a quilombola community, exploring their narratives and life experiences.

Social contributions: This study values the experiences of quilombolas and the promotion of

dialogues on cultural resistance and the fight for their rights, with an emphasis on access to education and decent work for these communities. Thus, it contributes to greater awareness and sensitization of society regarding the conditions faced by them.

Keywords: Power and Resistance. Commuting. Work. Job Insecurity. Rural Exodus.

RESUMEN

Adhesión a la línea de investigación: Esta disertación se desarrolló dentro de la línea de investigación “Estrategia, Innovación y Competitividad” de la Maestría en Administración del Centro Universitario Unihorizontes. Aborda el tema de las comunidades quilombolas, centrándose en las dinámicas de poder y resistencia, y la influencia de estas fuerzas en el éxodo rural de esta población.

Objetivo: Analizar los relatos de los quilombolas sobre sus experiencias en la comunidad de Curral Novo sobre los desafíos del acceso a la educación y al trabajo decente y las relaciones de poder desde la perspectiva de Michel Foucault.

Marco teórico: Utilizando la teoría de Foucault sobre el poder y el control, la resistencia quilombola de Antônio Bispo dos Santos y la relación con el capitalismo, el estudio analiza cómo la estrategia, la innovación y la competitividad configuran la dinámica de la resistencia quilombola. La investigación profundiza en la investigación de las experiencias vividas en la Comunidad Curral Novo, destacando cómo los quilombolas enfrentan desafíos locales impuestos por fuerzas externas, fortaleciendo sus tradiciones culturales y su autonomía.

Métodos: La investigación utiliza un enfoque cualitativo y descriptivo, utilizando el método de la historia oral, con la aplicación de diez entrevistas semiestructuradas a residentes de la comunidad quilombola Curral Novo. Las entrevistas fueron grabadas, transcritas y analizadas con base en la técnica de análisis temático, que destaca por su importancia en el análisis cualitativo de los relatos orales.

Resultados: Los resultados revelaron cómo las fuerzas externas del control disciplinario, el poder económico, la exclusión, las privaciones y la fragmentación de las relaciones familiares controlan y dominan a la comunidad, lo que resulta en la marginación de los quilombolas y el éxodo rural. También se identificaron mecanismos de resistencia adoptados por la comunidad quilombola, como la valorización de la vida rural, la migración urbana como forma de resistencia, la permanencia en la comunidad quilombola y la tradición como resistencia. Este proceso se destaca como esencial para la continuidad histórica, donde la memoria colectiva se preserva y transmite, fortaleciendo la autonomía de los quilombolas. Así, la resistencia toma forma en la reafirmación de prácticas e identidades culturales, sin depender de concesiones externas de poder. El papel de la educación también fue identificado como una herramienta para fortalecer la ascendencia quilombola y la autonomía comunitaria, evidenciado por los desafíos del acceso a la educación, las consecuencias de la falta de acceso a la educación para la comunidad, la educación como forma de resistencia y transformación de los quilombos. a través de la educación. En este contexto, la educación quilombola surge como un instrumento de empoderamiento, tal como lo define Antônio Bispo dos Santos, siendo un proceso en el que la comunidad quilombola se fortalece internamente, rescatando y reafirmando sus conocimientos y prácticas culturales. El empoderamiento permite a la comunidad reafirmar sus conocimientos y prácticas culturales de forma autónoma, sin depender de influencias externas. La educación, por tanto, no se limita sólo a preservar, sino también a redefinir y fortalecer los elementos culturales, promoviendo la autodeterminación que surge de las propias raíces culturales quilombolas. Así, la educación quilombola se convierte en un instrumento de resistencia y control sobre sus propios procesos de participación comunitaria.

Contribuciones teóricas/metodológicas: La investigación contribuye a ampliar una mejor comprensión de las dinámicas de poder en las comunidades quilombolas a través de la aplicación de las teorías de Foucault y Santos en el análisis de estas relaciones. Destaca la educación como un espacio de resistencia cultural para los quilombolas, reafirmando su ascendencia e historia frente a las estructuras de poder hegemónicas. También enfatiza la necesidad de políticas públicas que respeten y valoren la cultura y los derechos de estas comunidades, promoviendo el fortalecimiento social y cultural. Además, contribuye

metodológicamente aplicando el método de la historia oral a una comunidad quilombola, explorando sus narrativas y experiencias de vida.

Contribuciones sociales: El presente estudio valora las experiencias quilombolas y la promoción de diálogos sobre la resistencia cultural y la lucha por sus derechos, con énfasis en el acceso a la educación y al trabajo digno en estas comunidades. Esto contribuye a una mayor conciencia y sensibilización de la sociedad respecto de las condiciones que enfrentan.

Palabras clave: Poder y Resistencia. Migración Itinerante. Trabajar. Precariedad del Trabajo. Éxodo Rural.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - <i>Percurso metodológico</i>	53
Figura 2 - <i>Roteiro de entrevista</i>	58
Figura 3 - <i>Questões norteadoras para atender aos objetivos da pesquisa</i>	59
Figura 4 - <i>Mapa temático: relações de poder</i>	65
Figura 5 - <i>Mapa temático: mecanismos de resistência</i>	66
Figura 6 - <i>Mapa temático: educação quilombola como ato de resistência</i>	67
Figura 7 - <i>Eixos temáticos do objetivo específico 1</i>	74
Figura 8 - <i>Eixos temáticos do objetivo específico 2</i>	83
Figura 9 - <i>Eixos temáticos do objetivo específico 3</i>	96

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO

-
14
- 1.1 Contextualização do tema
.....
14
- 1.2 Objetivos da pesquisa
.....
19
- 1.2.1 Objetivo geral
.....
19
- 1.2.2 Objetivos específicos
.....
19
- 1.3 Justificativa
.....
20
- 1.4 Aderência à linha de pesquisa
.....
22

2 REFERENCIAL TEÓRICO

-
23
- 2.1 Reflexões sobre o poder: explorando as ideias de Michel Foucault
.....
23
- 2.2 Quilombos e suas diversas configurações: estruturas e estratégias de resistência
.....
29
- 2.3 Resistência e relações de poder e biopoder: vivências nas comunidades quilombolas 34
- 2.4 Resistência quilombola e poder: análise na perspectiva de Santos à luz de Foucault
.....
36
- 2.5 Educação como resistência e reafirmação das comunidades quilombolas
.....
49

3 METODOLOGIA

-
53
- 3.1 Caracterização da pesquisa
.....
53
- 3.2 Unidade de análise e sujeitos de pesquisa
.....

3.3	Técnica de coleta de dados	55
	
		58
3.4	Estratégia de análise dos dados	58
	
		59
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO		
.....		
69		
4.1	As dinâmicas das relações de poder na Comunidade Curral Novo	
	
		73
4.2	Os mecanismos de resistência na Comunidade Curral Novo	
	
		83
4.3	O papel da educação quilombola	
	
		95
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
	REFERÊNCIAS	108
	APÊNDICE A – Termo de consentimento	113
	APÊNDICE B – Dados sociodemográficos	114

1 INTRODUÇÃO

Neste tópico serão abordados os aspectos relacionados ao tema da pesquisa “Relações de poder e educação: Vivências do êxodo rural e resistência quilombola sob a ótica de Foucault e Antônio Bispo dos Santos” com a contextualização do tema, o problema de pesquisa, os objetivos gerais e específicos e as justificativas para realização do presente estudo.

1.1 Contextualização do tema

O êxodo rural é um fenômeno no qual as pessoas migram do campo para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida, emprego, saúde, educação (Santos, 2018). Dentro das comunidades quilombolas, o êxodo rural tem marcado a história desse povo desde o período colonial com a escravização até os dias contemporâneos, tornando-se um movimento complexo e relevante que exige uma investigação minuciosa. Ao longo da história quilombola o fenômeno migratório vem se revelando como forma de resistência ao poder dominante desde a época da escravização. As fugas dos quilombolas do sistema opressor, representado pelos senhores que os ameaçavam e puniam severamente, refletem a relação opressiva desses senhores. Essa relação envolvia aspectos sociais, culturais e políticos, que acabavam por induzir esses indivíduos escravizados ao êxodo rural para os grandes centros urbanos (Leite, 2000).

A migração pendular desses indivíduos tem sido uma característica marcante como estratégia de resistência frente ao poder hegemônico exercido por seus senhores. Durante esse período da história, os escravizados buscavam escapar das condições opressivas em que viviam, refugiando-se nos quilombos em busca de autonomia e liberdade. Nesse contexto, o êxodo rural surge como uma forma de desafiar o domínio imposto pela elite colonial. Consequentemente, os quilombos foram constituídos como refúgios habitados por descendentes de africanos escravizados que haviam fugido das fazendas de seus proprietários durante o período colonial (Leite, 2000).

Conhecidos como símbolo de resistência se estabeleceram em áreas rurais isoladas onde puderam manter suas tradições culturais, religiosas e econômicas (Arruti, 2006). Representavam uma organização alternativa social e econômica que desafiava o modelo escravista na formação de comunidades autônomas onde praticavam formas de produção e subsistência próprias baseadas na agricultura, caça, pesca e na coleta de produtos das florestas (Almeida & Nascimento, 2022). Portanto, a migração quilombola ocorrida nesse período expressa muito mais que a fuga da opressão e castigo físico da escravização, mas uma forma de resistência cultural, econômica e social contra a hegemonia do momento.

Apesar de viverem sob o domínio do mercantilismo, os quilombolas resistiram ao sistema econômico vigente com a criação de comunidades autônomas e se dedicaram às suas próprias formas de produção e subsistência (Moura, 1987). Assim, eles se destacaram como uma instituição autônoma com grande capacidade de autogestão e sustentabilidade sendo reconhecidos como um símbolo de resistência contra o poder hegemônico predominante nesse período e, neste contexto, a resistência quilombola se manifesta de diversas formas. Fisicamente, a resistência era evidente e se revelava contra escravização pela fuga dos negros, formando instituições autônomas denominadas quilombos. Essas habitações possuíam grande capacidade de autogestão, onde os negros escravizados mantinham suas próprias tradições longe da opressão.

A resistência cultural se manifestava com a manutenção de suas tradições culturais, religiosas, línguas, rituais e costumes preservando sua identidade africana dentro de uma sociedade que tinha a pretensão de apagá-la. Economicamente, a resistência consistia na recusa de aderir ao sistema econômico vigente criando comunidades autônomas que se dedicavam às suas próprias formas de produção e subsistência. Portanto, no período escravagista, o êxodo rural representava a busca pela liberdade e resistência à opressão. Além disso, as estratégias de dominação impostas pela sociedade escravocrata serviram como impulso para as fugas dos escravizados com a criação de suas organizações e estratégias de sobrevivência.

Na sociedade brasileira contemporânea, os quilombos se apresentam como um fenômeno diversificado e variável de acordo com a região. Porém, o símbolo de resistência que se configura na identidade negra continua sendo reconhecido e mantido fielmente em relação ao passado (Almeida & Nascimento, 2022). Isso representa a forte conexão que eles possuem com suas raízes ancestrais e a resistência contínua às adversidades enfrentadas por esta população. Como remanescentes de quilombos, eles se autodeclaram quilombolas identificados como grupos étnicos raciais com características peculiares a partir de suas relações com o território, ancestralidade, tradições e práticas culturais próprias (Santos, 2018).

A identidade quilombola representa a ligação desses indivíduos com a terra onde vivem, ao representar o espaço das suas origens, história, cultura e resistência quilombola essenciais para a preservação de sua identidade étnica e coletiva. Da terra, os quilombolas garantem seu sustento utilizando os recursos naturais que ela lhes oferece por meio de atividades agrícolas, pesca, extrativismo e artesanato. Ela é o meio de produção e reprodução da vida material e simbólica dessa população. Pela terra, os quilombolas reivindicam seu direito de autonomia para gerir seu próprio território, de acordo com suas normas, valores e práticas culturais sendo o elemento primordial na luta pela autonomia quilombola. A ancestralidade também tem um

papel importante na vida dessa população, com o resgate das histórias de lutas vivenciadas por seus antepassados, que continuam sendo repassadas e preservadas por gerações, valorizando assim a cultura afro-brasileira e fortalecendo sua identidade quilombola. Ser um quilombola representa muito mais que uma maneira de autodefinição. É uma forma de se distinguir das demais pessoas, mantendo viva a memória de seus antepassados e preservando sua cultura que é única. Assim, a identidade quilombola está ligada à origem africana, à sua história de resistência, ao território, à religião, à língua e à organização social (Almeida & Nascimento, 2022).

Atualmente, os desafios enfrentados pelos quilombolas se ampliam devido a fatores adicionais que os induzem a optar pelo êxodo rural como única alternativa de sobrevivência. Entre esses fatores incluem-se questões políticas e econômicas, como a morosidade no processo de titulação das terras, a paralisação de processos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o baixo orçamento para a titulação dos territórios quilombolas no país. Dessa forma, percebe-se que as estruturas de dominação exercem um impacto significativo na evolução constante da configuração dessa população marginalizada, afetando a tomada de suas decisões e, conseqüentemente, a qualidade de vida. No entanto, continuam persistentes na luta por suas terras e pelo reconhecimento de seus direitos territoriais e culturais (Silva, 2010; Santos, 2012).

A migração dos quilombolas é uma resposta às imposições enfrentadas, refletindo sua busca contínua por autonomia para suas comunidades. Apesar desses desafios, elas continuam resistindo na luta por seus direitos territoriais e pela preservação de sua cultura e identidade. Embora as formas de resistência tenham mudado ao longo do tempo, o espírito de resistência com o êxodo rural da população quilombola atualmente tem foco na busca por direitos e autonomia dessas comunidades constantemente ameaçadas por interesses econômicos e pela omissão do Estado (Silva, 2010; Santos, 2012). Isso também contribui para as migrações quilombolas do campo para a cidade em busca de melhores condições de vida, emprego, saúde e educação (Santos, 2018).

Outro fator relevante a ser considerado no êxodo rural quilombola no Brasil é a incorporação das novas tecnologias nas produções agropecuárias que passou a exigir maior qualificação do trabalhador do campo e a substituição de pequenos agricultores pelos maquinários (Santos, 2012). Com o advento da Revolução Verde entre 1970 e 1985, houve a difusão da tecnologia agrícola que resultou no aumento da produção de alimentos para exportação e promoveu a concentração fundiária no campo nas mãos de grandes proprietários ou empresas agrícolas. Esse movimento, no entanto, afetou pequenos agricultores com a perda

de suas terras que encontraram dificuldades de competir no mercado por não se adaptarem a esse novo modelo do cultivo agrícola (Octaviano, 2010).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), cerca de 1,3 milhão de pessoas no Brasil se autodeclararam quilombolas e vivem em 1.696 municípios. Contudo, 87,41% dessa população reside fora dos territórios oficialmente delimitados para eles. Isso indica que muitos quilombolas migraram para áreas urbanas, possivelmente devido ao atual contexto político do país, onde há uma disputa intensa por territórios, e os direitos e demarcações de suas terras estão sendo questionados (Silva, 2010). Esse fluxo migratório trouxe uma nova reconfiguração para o sentido da palavra 'quilombo' que historicamente representa a resistência contra a escravização colonial.

O termo quilombo como resistência ancestral contra a opressão colonial, atualmente, se traduz na busca por autonomia e reconhecimento em meio às pressões do contexto político e socioeconômico contemporâneo, porém continua sendo um pilar da identidade quilombola. Ao longo do tempo, o conceito de quilombo passou por uma evolução significativa. Primeiramente significava habitações de negros fugidos e gradativamente passou para núcleos de resistência contra a escravização, posteriormente para símbolo de luta e liberdade contra a opressão (Ratts, 2007). Essa evolução conceitual reflete a importância histórica e contemporânea do quilombo como uma instituição que representa a resistência e preservação da identidade dos negros no Brasil (Ratts, 2007). Assim, a trajetória do quilombo, desde sua origem africana na Angola até as comunidades quilombolas no Brasil revela uma resistência contínua desse povo em busca pela liberdade. Essa força se evidencia na formação de comunidades autônomas e na luta por direitos e reconhecimento (Nascimento, 2021).

As práticas e tradições dos quilombos históricos são preservadas e adaptadas ao contexto atual pelas comunidades contemporâneas como forma de resistência identitária contra a absorção delas pela cultura dominante (Costa Filho, 2017). Nesse contexto, a compreensão do conceito de quilombo contemporâneo se torna complexo e dinâmico, pois abrange desde o reconhecimento legal até a auto atribuição e a história de cada comunidade quilombola e suas relações territoriais específicas (Arruti, 2006), mesmo aquelas que não possuem uma conexão direta com os quilombos históricos. Essas comunidades enfrentam desafios semelhantes e reivindicam seu direito à terra e à preservação de suas identidades culturais (Arruti, 2006). O reconhecimento amparado pela constituição promoveu a valorização dessas comunidades como patrimônio cultural garantindo-lhes oficialmente seus direitos territoriais (Arruti, 2008).

Compreender esses conceitos é essencial para entender a ligação entre as comunidades quilombolas, seu território, tradições, ancestralidades e as consequências que as migrações

podem acarretar na identidade quilombola e existência dessa população no Brasil. A conexão entre eles, além de fortalecer sua identidade, destaca a importância do território como um espaço de memória, cultura e resistência onde se evidenciam as profundas relações que essas comunidades mantêm com a terra que ocupam. Assim, não é possível entender a existência quilombola sem o seu território e vice-versa. O rompimento desse vínculo implica na ruptura da identidade quilombola desses indivíduos e, conseqüentemente, na possível extinção deste povo. A falta de acesso a serviços básicos nas comunidades como saneamento e hospitais é outro fator que também contribui para o êxodo rural (Santos, 2012). Portanto, essa situação implica que muitos quilombolas podem estar perdendo sua conexão com o território e, conseqüentemente, sua identidade.

Neste contexto, a motivação deste estudo surgiu a partir da vivência direta da pesquisadora com os moradores da Comunidade Quilombola Curral Novo, localizada no Vale do Jequitinhonha, município de Virgem da Lapa, entre o período de 2017 a 2020. Durante esse tempo, houve uma interação direta entre a pesquisadora com os moradores onde foram realizadas visitas às suas moradias, diálogos em momentos de oficinas de artesanato promovidas para as mulheres da comunidade, contação de histórias para as crianças e aplicação de questionários socioeconômicos respondidos oralmente pelos moradores, tendo em vista que a maioria deles é idosa e não sabem ler, nem escrever. Essas interações permitiram à pesquisadora obter uma compreensão mais profunda da realidade enfrentada pela comunidade.

Por meio deste questionário, foi possível conhecer um pouco da realidade deles, como a sua fonte de renda, forma de constituição familiar e sustento. Além disso, foi realizada uma longa caminhada em grande parte do território que permitiu conhecer as condições precárias de infraestrutura e das moradias onde vivem os quilombolas. Embora a terra fosse fértil, a falta de água encanada na comunidade impedia os moradores de cultivarem e obterem suas próprias provisões. Com o passar do tempo, diversas mudanças foram percebidas na comunidade, dentre elas, a redução significativa do número de moradores, com maior ênfase aos indivíduos do sexo masculino. Foi observado pela pesquisadora, com base nos relatos dos próprios moradores, que, em certo período do ano, eles saíam de sua comunidade para trabalhar em outro estado na colheita de café, uva ou cana de açúcar. A maioria deles, porém, não retornava para suas famílias, deixando-as desamparadas em seus lares e, por este motivo, suas mulheres ficaram conhecidas na região como “viúvas de maridos vivos”.

A partir deste contexto experienciado no local, surgiu o questionamento quanto às motivações e fatores que levavam estes homens a abandonarem suas raízes, território, famílias, comunidade e tradições para se sujeitarem à exploração de um trabalho análogo à escravidão

em troca de um salário, muitas vezes irrisório, como única forma de subsistência. Diante dessas indagações emergiu o problema desta pesquisa buscando compreender como as “Relações de poder e educação: Vivências do êxodo rural e resistência quilombola sob a ótica de Foucault e Antônio Bispo dos Santos” atuam dentro da comunidade quilombola Curral Novo, localizada no Vale do Jequitinhonha, município de Virgem da Lapa em Minas Gerais, influenciando o êxodo rural?

1.2 Objetivos da pesquisa

1.2.1 Objetivo geral

O presente estudo tem como objetivo geral analisar os relatos dos quilombolas sobre suas vivências na comunidade Curral Novo com foco nos desafios do acesso à educação e ao trabalho digno que influenciam o êxodo rural, sob a ótica das relações de poder de Michel Foucault e a perspectiva de resistência quilombola estudada por Antônio Bispo dos Santos.

1.2.2 Objetivos específicos

i) Descrever as dinâmicas das relações de poder na Comunidade Curral Novo sob a ótica de Foucault, identificando como as forças externas controlam e dominam a comunidade, influenciando o êxodo rural, e como esse controle se manifesta dentro da comunidade discernindo quem controla e domina o movimento migratório;

ii) Identificar os mecanismos de resistência adotados pelos quilombolas diante das condições adversas e pressões externas e como eles contribuem para as migrações para os centros urbanos;

iii) Refletir sobre o papel da educação quilombola como ato de resistência às relações de poder e ferramenta de reafirmação no enfrentamento do êxodo rural e preservação ancestral dos quilombolas.

1.3 Justificativa

A relevância deste estudo se justifica por trazer contribuições significativas sobre as relações de poder em comunidades quilombolas, especialmente em relação ao êxodo rural como ato de resistência nos níveis acadêmico, organizacional e social. Por essa razão, torna-se imprescindível investigar as motivações que levam estes indivíduos a abandonarem suas raízes e tradições identificando as influências por trás das decisões dessas migrações. É importante também entender como o fenômeno do êxodo rural pode afetar a identidade dos quilombolas e aprofundar na análise das relações de poder em relação aos processos sociais, culturais, econômicos e acadêmicos que influenciam as decisões migratórias nesta comunidade.

Portanto, a pesquisa se justifica primeiramente pelo seu impacto social com contribuições que poderão trazer visibilidade às Comunidades Quilombolas. A abordagem desse estudo no contexto quilombola trará maior compreensão das relações de poder e como elas atuam dentro dessas comunidades. Isso implica analisar a influência do poder nas relações sociais, nos valores culturais, nas práticas cotidianas, bem como as políticas que influenciam as decisões de seus habitantes, principalmente no contexto do êxodo rural. Além disso, poderá trazer maior compreensão de como essas comunidades interagem com poderes externos nas políticas governamentais e econômicas que afetam suas decisões, entendendo como o poder se estende por todas as relações sociais, não se limitando apenas às estruturas políticas (Foucault, 2019). Ao compreender as relações de poder dentro dessas comunidades, este estudo poderá fornecer ferramentas para a reafirmação dessas populações e contribuir para ampliar o reconhecimento da identidade delas, sua luta e resistência.

No âmbito organizacional, os resultados deste estudo podem contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e que valorizem o reconhecimento das comunidades quilombolas considerando seus desafios, principalmente o fenômeno do êxodo rural. A compreensão das relações de poder e resistência nas comunidades quilombolas podem favorecer ações e programas que promovam o desenvolvimento sustentável local, valorizando e respeitando a cultura e a identidade quilombola. A compreensão das estratégias de poder e resistência sob a ótica de Michel Foucault nessas comunidades é fundamental, pois permite observar que o poder está presente em todas as relações sociais (Foucault, 2019).

Ao aplicar essa visão na análise deste estudo é possível perceber como os mecanismos de poder operam dentro dessas comunidades e como eles podem ser desafiados para favorecer ações que atendam às necessidades essenciais dos habitantes do quilombo. A inclusão de membros dessas comunidades nas organizações é essencial para promover a diversidade e a

representatividade desses indivíduos mediante a promoção de políticas públicas e programas desenvolvidos para atender às necessidades e desafios específicos dessas comunidades. Dessa forma, a tomada de decisões em prol dessa população será pautada na experiência e conhecimento únicos de nativos quilombolas para iniciativas que beneficiem diretamente suas comunidades. Portanto, a teoria foucaultiana sobre o poder poderá ser aplicada, neste contexto, como uma estratégia que habilita e transforma essa população levando a políticas mais eficazes e programas que visem o respeito da cultura e reafirmação dos quilombolas.

No âmbito acadêmico, este estudo visa contribuir para explorar as dinâmicas de poder e resistência que influenciam a identidade de pessoas em contextos marginalizados. Ao concentrar-se especificamente nas influências do poder em consonância às ideias de Michel Foucault, esta pesquisa oferece uma análise mais aprofundada e contextualizada desses temas. A compreensão das relações de poder e resistência é fundamental para promover ações e programas nas universidades que valorizem a cultura e a identidade quilombola proporcionando uma visão mais holística dos mecanismos de poder e resistência. Ao incorporar essa perspectiva nas universidades é possível ter uma compreensão mais profunda sobre o tema. Assim, a relevância de investigar essa justificativa no âmbito acadêmico reside na sua capacidade transformadora da instituição de moldar a forma como os estudantes, professores e pesquisadores compreendem e se envolvem com o conhecimento do tema na academia.

Destaca-se, também, a relevância das ideias expressas por Antônio Bispo dos Santos que desafia as universidades a introduzirem no ensino o aprendizado autêntico. Para ele, o ensino convencional trata o aprendizado como uma mercadoria. Segundo o autor, o conhecimento deve ser compartilhado livremente para se manter vivo, valorizando a expansão do saber como “um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluência, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente - a gente rende” (Santos, 2023, p. 4).

Portanto, o estudo se justifica relevante ao evidenciar a complexidade do fenômeno êxodo rural nas comunidades quilombolas no que se refere às dinâmicas de poder e resistência. Ao investigar como essas relações de poder influenciam as decisões de migração pendular dos quilombolas para os centros urbanos, a pesquisa busca compreender os fatores visíveis dessas migrações e permite identificar percepções ocultas sobre como essas comunidades resistem às estruturas opressivas que as rodeiam. Além disso, ao analisar essas questões sob a ótica da teoria foucaultiana, a pesquisa contribui para um entendimento mais amplo da influência do poder em suas diversas manifestações e a sua presença em todas as esferas sociais, econômicas

e políticas nas comunidades quilombolas. Dessa forma, além de trazer visibilidade às questões enfrentadas pelos quilombolas, contribui para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e programas de apoio que valorizem a cultura, a identidade e os direitos dessas comunidades.

Logo, o estudo se justifica e se mostra relevante ao evidenciar a complexidade dessas relações de poder que podem influenciar as migrações dos habitantes quilombolas para os centros urbanos como estratégia da resistência quilombola contemporânea. Prática essa, usada contra aqueles que os oprimem, impedindo-os de conquistar melhores oportunidades de vida em seus próprios espaços. Ao analisar as relações de poder à luz da teoria de Foucault e a resistência quilombola na ótica de Antônio Bispo dos Santos na Comunidade Curral Novo é possível entender que o “Poder” é uma força presente em todas as esferas políticas, econômicas e sociais do quilombo. Esse poder invade a própria vida cotidiana do ser humano, alcança o próprio corpo social do indivíduo pelo controle detalhado, minucioso do corpo- gestos, atitudes, comportamentos, hábitos, discursos (Foucault, 2021).

1.4 Aderência à linha de pesquisa

A pesquisa adere à linha de pesquisa Estratégia, Inovação e Competitividade, destacando os aspectos relevantes na organização e estratégias usadas pelos quilombolas envolvendo relações de gestão e liderança, explorando como elas resistem ao poder colonial e capitalista. O estudo mostra sua forma de organização e estratégias com a prática da “biointeração” pela valorização e interação entre seres diferentes. Revela também como as comunidades lidam com o biopoder que é o controle da vida do indivíduo, onde Foucault argumenta ser um poder que normatiza e regula a população com a imposição de normas culturais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Reflexões sobre o poder: explorando as ideias de Michel Foucault

Michel Foucault foi um renomado filósofo francês reconhecido amplamente por sua obra seminal “Vigiar e punir: nascimento da prisão”. Nessa obra, Foucault (2019) oferece um estudo minucioso e fundamentado na evolução das práticas de punição e controle utilizados pelo Estado para ratificar o poder no controle sobre a sociedade. O autor explora as diversas manifestações do poder sobre os corpos dos indivíduos nas diferentes fases da história, desde as práticas do suplício imposto pelo poder soberano, até a concepção do panóptico com o poder disciplinar. Inicialmente, Foucault aborda o poder soberano que se manifestava pelo ritual do suplício que incluía todas as formas de castigo físico, como a tortura às quais o condenado era submetido publicamente. No século XVIII, esse ritual era um espetáculo comum e esperado pela sociedade. A cena era aplaudida pelo público que participava deste momento de horror e excitação incentivando, inclusive, as práticas mais dolorosas possíveis sobre o corpo do detento (Nunes, 2019). Essa era uma técnica de poder que atingia o corpo dos infratores e refletia a relação entre o crime e o soberano.

Além de mostrar publicamente o poder punitivo do Estado sobre o corpo e a vida do indivíduo, esse ritual visava também a manifestação visível do poder soberano servindo de exemplo a outros indivíduos que pretendiam infringir as normas determinadas. Assim, o ritual do castigo físico no corpo do condenado marcava publicamente o poder legal instituído na sociedade (Foucault, 1997). Ao longo do tempo, o castigo físico pelo suplício foi substituído por outras formas de punição do detento. Com a criação das instituições prisionais, o suplício foi substituído por um sistema estruturado para disciplinar o detento, não mais o ferindo fisicamente, mas controlando seu comportamento com regras diversas e imposição de horários para suas atividades diárias (Nunes, 2019). Assim, as punições físicas, como o encarceramento e trabalhos forçados, tornaram-se destaques, porém divergiam dos suplícios, por não focarem mais no sofrimento físico como elemento central da pena, mas na restrição de direitos e liberdades individuais (Foucault, 1997; Nunes, 2019). Embora interpretada como pena humanizada, Foucault argumenta que houve, na verdade, a substituição do alvo da punição passando do corpo para alma atingindo as emoções, o intelecto, a vontade e a mente do indivíduo (Foucault, 1997). Com a introdução do conceito do panoptismo (Foucault, 2019), ocorre uma inovação quanto à forma de controlar os corpos dos indivíduos por meio de dispositivos disciplinares de vigilância constante, porém, realizada, de forma invisível. Ao analisar os mecanismos sociais e teóricos que impulsionaram as mudanças nos sistemas

penais, o autor observou como o poder exercido por diversas entidades estatais, como hospitais, prisões e escolas, monitora e pune aqueles que são considerados culpados por transgredirem a lei. Assim, Foucault (2019) busca explicar os mecanismos de poder inspirando-se no modelo estrutural do Panóptico, de Jeremy Bentham conforme detalhado minuciosamente por Spíndola (2010):

O panóptico pode ser entendido, em sua estrutura física, como um prédio circular com uma torre central, de onde se podem observar as celas construídas a sua volta. As celas tinham duas janelas para fazer com que a luz atravessasse cada uma delas, possibilitando à torre central ou panóptica, o poder de, a todo instante, acompanhar tudo que ali se passa. A torre de observação tinha grandes janelas abertas para as celas, as grades de cada compartimento não poderiam ser grossas a ponto de dificultar a visão da torre de controle, assim os vigiados seriam vistos em sua totalidade. Dentro da central panóptica, as janelas eram recobertas com persianas ou biombos para impedir que aqueles que estavam sendo observados perceber que eram vigiados. Logo quem vê nunca é visto, assim como quem é visto nunca vê e está hipoteticamente sob constante observação (Spíndola, 2010, p. 4).

Foucault (2019) mostrou como esse princípio de vigilância constante e invisível se aplica às diversas instituições como prisões, hospitais e escolas, com a finalidade de moldar os corpos e as mentes dos indivíduos tornando-os dóceis e úteis para o sistema. Ele também revelou como essa forma de poder produz efeito mútuo de dominação e resistência, e como interfere para moldar o comportamento dos indivíduos. A partir do panoptismo é possível ter maior compreensão de como o poder induz e molda os corpos dos indivíduos à obediência nas instituições disciplinares. A estratégia da observação constante e invisível faz com que os próprios encarcerados assumam uma postura de auto vigilância constante. A sensação de estarem sendo vigiados em todo o tempo faz com que os detentos assumam uma postura de autorregulação e, “consequentemente” internalização das normas estabelecidas pelo sistema. Esse é um mecanismo que assegura o controle inerente do poder e promove a obediência automática por parte dos detentos (Foucault, 2019). O panóptico revelou ainda como essa forma de poder produz efeitos de dominação e de resistência interferindo no comportamento das pessoas. A concepção do panóptico traz maior compreensão de como o poder induz as pessoas à obediência nas instituições disciplinares. A perfeição da atuação desse poder invisível dispensa a necessidade de qualquer outro poder explícito atualmente. O panóptico é um aparelho arquitetural que visa sustentar uma relação de poder independentemente de quem

exerce a função de vigilante (Foucault, 1997).

No entanto, o autor amplia a visão do poder inerte. Em suas análises, Foucault não considera o poder como uma realidade dotada de uma natureza fixa ou uma essência com características universais que possa ser definido. Para ele, o poder é algo que sofre constante transformação ao longo do tempo e se manifesta de várias formas, em contextos diversos (Foucault, 2021). O poder não é estático, nem centralizado, ele está presente em toda a sociedade e se expande moldando a vida das pessoas com estratégias de dominação, muitas vezes, de forma sutil e imperceptível. Esse poder intervém de forma tangível afetando diretamente a vida do indivíduo e seu corpo. Ele está enraizado na vida social penetrando inclusive na vida cotidiana. É um poder capaz de penetrar os níveis mais íntimos do indivíduo e no cotidiano sendo, por isso, caracterizado como micropoder ou biopoder (Foucault, 2021).

Com a introdução dos novos conceitos do micropoder e a microfísica do poder, Foucault evidencia que o poder não se limita às instituições e estruturas governamentais. Para ele, o micropoder se refere ao poder que atua de forma descentralizada presente nas relações sociais e interações cotidianas. A microfísica do poder, no entanto, analisa os detalhes implícitos de como o micropoder atua no controle, nas práticas e comportamentos das pessoas a nível individual e social. Esse poder visa supervisionar de forma minuciosa e abrangente todo o corpo humano, incluindo seus gestos, atitudes, comportamentos, hábitos e até mesmo sua forma de se expressar verbalmente (Foucault, 2021).

Com as mudanças econômicas do século XVIII, os efeitos do poder se expandiram socialmente, passando a circular por meios cada vez mais imperceptíveis, alcançando inclusive os próprios corpos dos indivíduos, seus gestos e cada aspecto de suas atividades cotidianas. A eficácia desse poder é tão potente que é capaz de gerenciar uma multidão como se estivesse exercendo o poder sobre apenas um indivíduo (Foucault, 2021). Portanto, o autor não conceitua exatamente o que é o poder. Pelo contrário, para Soares (2019, p. 14):

Ele define o poder como uma microfísica, ou seja, micropolíticas distribuídas capilarmente em todos os lugares e exercidas por todas as pessoas. Trata-se de relações de poder que não operam através da força física, como na relação entre soberano e súdito, mas por meio de um exercício contínuo. As relações de poder ocorrem tanto nas sociedades disciplinares, de vigilância constante, quanto nas sociedades onde o poder sobre a vida é exercido por um governo que busca conduzir ações, controlar e gerir vidas, mesmo que isso implique destruir outras vidas.

Diante disso, Foucault identifica o poder soberano baseado no controle sobre a vida e

morte dos indivíduos legitimados pelo poder do rei. O poder disciplinar, a partir dos princípios do panóptico com a vigilância invisível objetiva a produtividade do indivíduo para fins lucrativos, imposto pelo sistema capitalista. Para isso, utiliza-se o adestramento do corpo dos detentos para torná-los corpos dóceis e aptos para o trabalho. Surge então, a descoberta do corpo como força e, por essa razão, a preocupação de preservá-lo.

Segundo Silva (2018), diferentemente do poder soberano, que era cruel e buscava afirmar sua autoridade através do “fazer morrer”, o poder disciplinar foca em valorizar a vida, com o objetivo de “deixar viver”. Inicialmente, cada instituição disciplinar aparenta ter uma função específica: fábricas para produção, hospitais (psiquiátricos e convencionais) para tratamento, escolas para educação e prisões para punição (Muchail, 2004, p. 67).

Para Foucault, o poder disciplinar por meio das instituições como as fábricas, hospitais, escolas e prisões atuam como instrumentos do biopoder no desempenho específico de produzir, curar, ensinar e punir. Entretanto, ambos trabalham juntamente para alcançar o mesmo objetivo que é influenciar e moldar a vida das pessoas na sociedade. Para Soares (2019), a norma foi um elemento crucial na evolução do biopoder agindo na transição entre a disciplina e a regulamentação. Ela é o ponto de partida para o que Foucault denominou de sociedade de normalização. Ele descreve um novo modelo de controle social denominado biopoder, que é aplicada globalmente sobre a população. Essa nova tecnologia de poder busca padronizar, regular, normalizar e aprimorar a vida. É um poder que reúne todas as técnicas políticas de controle e dominação do corpo humano, conhecimentos das ciências exatas e biológicas enfatizando que, em todas as áreas onde o biopoder opera, há também uma produção intensa do saber. Segundo Soares (2019), Foucault discute o intuito do biopoder ao lidar com os problemas da população:

O biopoder não trata da sociedade, nem como corpo social como definia os juristas, e tão pouco como indivíduo-corpo como a técnica disciplinar. O biopoder lida com os problemas da população. É a partir desses problemas que irá se formar aquilo que Foucault chamou de biopolítica, um “corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças”, um corpo novo, que até então não havia surgido nas teorias anteriores, pois a teoria do direito só conhecia o indivíduo e a sociedade. As disciplinas lidavam com o indivíduo e seu corpo. A biopolítica trata justamente da “população como problema político, como problema a um só tempo científico e político”. A biopolítica se dirige aos acontecimentos aleatórios que surgem de seus efeitos econômicos e políticos, que só se tornam pertinentes no nível da massa, do coletivo, da população, instalando-se assim os mecanismos de previdência. E é por isso que a biopolítica visa implantar mecanismos

totalmente diferentes dos mecanismos disciplinares. Mecanismos que visam, sobretudo, a otimização da vida e que tratam de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais, de intervir nas determinações de fenômenos gerais, assegurando uma regulamentação sobre o homem-espécie (Soares, 2019, p. 51).

Nesse contexto, a biopolítica é uma forma na qual o biopoder trata os problemas de toda população como o todo e não apenas do indivíduo. Para isso, ocorre o envolvimento de questões políticas e econômicas com o potencial de influenciar a vida de todos os cidadãos. A biopolítica não se limita a estudar um indivíduo isoladamente. Pelo contrário, ela busca compreender como essas questões “influenciam” a vida de todo o coletivo simultaneamente. Logo, o foco principal de Foucault não está concentrado no poder, mas no sujeito (Alves & Azevedo, 2021). Assim, os novos mecanismos do biopoder e da biopolítica possuem abrangência mais ampla por meio do controle regulatório e normativo, podendo envolver todos os aspectos da espécie humana, desde políticas de saúde pública, controle de natalidade dentre outros. Para Foucault, tanto o biopoder com o controle do corpo e da vida social do indivíduo, quanto a biopolítica com o controle da população por meio de políticas públicas, se interligam para garantir o direito à vida. Embora possuam focos diferentes, sendo um individual e o outro coletivo, ambos trabalham juntos para o mesmo propósito que é a preservação da vida exercendo influência e poder de controle sobre a sociedade. Fachini e Ferrer (2019) observam que, segundo Foucault, o biopoder desempenha um papel importante no desenvolvimento do capitalismo, pois o Estado exerce poder sobre a sociedade e a vida humana com a inserção dos corpos nos processos de produção e a adaptação da população ao sistema econômico. Para as autoras, enquanto o desenvolvimento dos aparelhos de Estado mantém as relações de produção, os aspectos da anatomopolítica e biopolítica influenciam a economia e as forças envolvidas nesses processos. Esses aspectos atuam como fatores de segregação e hierarquização social e também garantem relações de dominação e efeitos de hegemonia. O ajuste entre a acumulação de pessoas e a expansão das forças produtivas, bem como a distribuição diferencial do lucro, foi facilitado, em parte, pelo exercício do biopoder e suas diversas forças e procedimentos (Fachini & Ferrer, 2019).

Neste sentido, o biopoder influenciou de diversas formas e métodos a acumulação de recursos pelas pessoas, principalmente pela exploração da força de trabalho do empregado para maximizar a produção e, conseqüentemente, os lucros para o empregador.

No entanto, o poder não é acatado de forma espontânea, mas com resistência como argumenta (Foucault, 1988, p. 90):

Onde há poder, há resistência e, curiosamente, ela nunca está fora do poder. Estamos sempre "dentro" do poder, sem chance de escapar totalmente dele, pois não há um exterior absoluto. Associar isso à ideia de que o poder sempre vence ignora a natureza relacional das dinâmicas de poder. Elas não podem existir, senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam nas relações de poder o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite apreensão. Esses pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder. Portanto, não existe, com respeito ao poder, um lugar da grande Recusa — alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício. Por definição, não podem existir, a não ser no campo estratégico das relações de poder. Mas isso não quer dizer que sejam apenas subproduto delas, sua marca em negativo, formando, por oposição à dominação essencial, um reverso inteiramente passivo, fadado à infinita derrota. As resistências não se reduzem a uns poucos princípios heterogêneos; mas não é por isso que são ilusão, ou promessa necessariamente desrespeitada. Elas são o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nestas relações como o interlocutor irreduzível.

Portanto, para Foucault a presença do poder está sempre ligada à presença de forças de resistência em oposição ao poder imposto por aqueles que são afetados e alvo dessa força. Não é uma reação ocasional, mas uma relação contínua entre essas duas forças opostas do poder e da resistência. Nessa relação, a imposição do poder por uma autoridade vem sempre acompanhada por uma resposta correspondente, como forma de resistência a este poder de dominação. Essa perspectiva entre as relações de poder e resistência abordadas por Foucault não se limitam ao contexto urbano. Estão presentes também em lugares isolados como os quilombos localizados em todas as regiões, principalmente em áreas rurais. Nesse sentido, as ideias de (Foucault, 1988) se harmonizam historicamente também com a escravização. Para Reis e Gomes (1996), apesar das punições severas, como o chicote, a resistência à escravidão manifestou-se de várias formas. Os escravos negociavam espaços de autonomia e expressavam descontentamento ao trabalhar de maneira preguiçosa, destruindo ferramentas, incendiando plantações, e até agredindo senhores e feitores, tanto individualmente quanto coletivamente. Além dessas formas de resistência, a fuga e a formação de grupos de escravos fugitivos eram práticas comuns. Embora a fuga nem sempre levasse à formação de grupos, os escravos

frequentemente buscavam se misturar ao anonimato das massas de escravos e negros livres.

Assim, a concepção de Foucault encontra-se alinhada na história da escravização ao longo do tempo em que a resistência dos negros fugitivos assumiu formas variadas. Mesmo diante da ameaça do chicote, os escravos negociavam sua autonomia e liberdade por meio da fuga para lugares isolados. A resistência, portanto, é uma resposta contínua à imposição do poder. A afirmativa "onde houve escravidão, houve resistência" reflete o pensamento foucaultiano de que a resistência tem ligação constante e direta com a presença do poder.

Nesse sentido, a formação de comunidades por negros escravizados fugidos, denominada atualmente quilombo, é um modelo da resistência desse povo presente em suas comunidades. Isso significa que a relação entre o poder e resistência, nos estudos de Foucault, continua sendo relevante dentro dessa população que vive em contínua oposição ao poder moderno, que se manifesta de maneiras diversas, sutis, inovadoras e persistentes.

2.2 Quilombos e suas diversas configurações: estruturas e estratégias de resistência

Neste contexto, para melhor compreensão da relação entre as forças da resistência quilombola com as relações de poder, o biopoder e as biopolíticas são essenciais para entender os diversos conceitos de quilombo como resistência ao longo do tempo. Assim, ao considerar a presença do biopoder e a inovação da resistência no contexto contemporâneo, nota-se que os estudos de Foucault sobre a relação entre poder e resistência trazem contribuições essenciais para a análise. Da mesma forma que nas comunidades quilombolas ocorre a opressão invisível moldada pelo biopoder e pela biopolítica, observa-se também que esses mecanismos vêm acompanhado por formas evoluídas de resistência quilombola. Assim, a compreensão dos conceitos sobre quilombo enriquece a análise introduzindo uma base teórica para a compreensão da dinâmica histórica e dos desafios atuais que essas comunidades enfrentam. Isto é importante para abordar os diversos desafios de lutas contra a opressão deste povo, desde a era histórica pelos senhores de escravos até os desafios contemporâneos, contribuindo também para a autonomia e preservação cultural das comunidades quilombolas. A resistência quilombola é uma força fundamental contra a opressão do poder dominante contemporâneo. A relação de escravizados e senhores ainda persiste, porém atua de forma inovadora e sutil (Foucault, 2021).

Os símbolos de poder como o tronco e o chicote foram substituídos pela escravização invisível da opressão. Essas novas técnicas de dominação designadas por Foucault de biopoder e biopolíticas representam uma arma poderosa, capaz de escravizar o indivíduo de forma

imperceptível com domínio total do seu corpo e mente, sem dor, constante e perene. Portanto, o poder invisível nas comunidades quilombolas, moldado pelo biopoder e pela biopolítica, se manifesta de formas variadas, influenciando desde aspectos cotidianos até estruturas mais amplas, desafiando a autonomia e preservação cultural dessas comunidades (Foucault, 1999). Diante disso, a relação da afirmativa de (Foucault, 1988) “onde há poder há resistência” e a afirmativa de (Reis & Gomes, 1996) de que “onde houve escravidão houve resistência”, conclui-se que os quilombos como instituições de resistência refletem a existência do poder específico que tem como finalidade escravizá-los (Foucault, 1988; Reis & Gomes, 1996). Portanto, pode-se inferir que, em contextos em que há o poder de escravização, a resistência manifestada pelos quilombolas surge como uma resposta à essa tentativa de dominação do poder de escravização (Foucault, 1988).

A perspectiva de resistência quilombola se desdobrou ao longo do tempo, influenciando a evolução de novos conceitos de quilombo, passando por diferentes significados e interpretações. Inicialmente, no século XVI, o termo quilombo foi utilizado para se referir às habitações de negros fugidos que viviam em áreas desprovidas de estruturas, mesmo que não construíssem abrigos ou plantações. No período colonial e imperial no Brasil, os quilombos eram vistos como núcleos de população negra livres que resistiam ao domínio colonial. Eles eram formados por negros escravizados que fugiram de seus senhores e seus descendentes, muitas vezes, se organizavam como uma confederação, a exemplo do quilombo de Palmares em Alagoas (Ratts, 2007).

Os quilombos são definidos ainda como um acampamento de negros que fugiram da escravização colonial e se organizaram em comunidades autônomas ou por meio da aliança com outros grupos excluídos ou perseguidos. Para se protegerem dos senhores de escravos e da repressão colonial eles se estabeleceram em regiões remotas e de difícil acesso como matas, ilhas e regiões pouco povoadas. Nestes locais eles desenvolveram seus próprios sistemas de organização interna, de liderança, normas de convivência em grupo, contudo preservando sua cultura, religião e tradições. Eles também incorporaram os costumes locais através do diálogo entre sua cultura e a da região onde se estabeleceram, criando assim uma riqueza cultural única (Moura, 1987).

Ao longo do tempo, o conceito de quilombo evoluiu de habitações de negros fugidos para núcleos de resistência contra a escravização, tornando-se posteriormente um símbolo de luta e liberdade contra a opressão. Os quilombos são considerados instituições representativas da resistência e da preservação da identidade e memória dos negros no Brasil. Essas comunidades eram organizações sociais e políticas formadas por negros que buscavam

liberdade e autonomia, mantendo vivas suas tradições, religiosidade e ancestralidade africana (Ratts, 2007). No final do século XIX, o conceito de quilombo foi usado como instrumento ideológico nos discursos abolicionistas, passando de instituição para um símbolo de resistência contra a opressão (Ratts, 2007).

Dessa forma, o quilombo desempenha um papel essencial na construção da identidade brasileira, sendo expresso em várias produções artísticas e culturais, letras musicais de samba, na literatura e peças teatrais como “Arena Conta Zumbi”. Nesse sentido, ele se revela como símbolo de resistência e um instrumento ideológico importante na expressão e formação cultural da nação brasileira.

Como instituição Kilombo, o termo vem de origem africana, na Angola, e se destacava por sua natureza nômade e práticas sociais únicas, incluindo a antropofagia. A formação social do Kilombo neste contexto era baseada na iniciação de jovens de várias linhagens e envolvia um conjunto de rituais e provas para testar a coragem destes, suas habilidades e lealdade. Estes requisitos eram necessários para pertencer à essa sociedade guerreira, conhecida como Imbangala ou Jaga. Esta instituição rompia com as estruturas tradicionais de linhagem e parentesco, praticando o infanticídio de seus próprios filhos logo após o nascimento e adotava adolescentes das tribos por eles derrotadas. Ao romperem os laços familiares a instituição estabelecia uma nova centralidade na criação de uma nova hierarquia ou forma de instituir nova liderança no grupo. Assim, o termo derivado de Kilombo tem sentido social e espiritual, pois se refere tanto aos indivíduos iniciados quanto ao local sagrado onde o ritual de iniciação era realizado (Nascimento, 2021).

O Quilombo como uma forma de organização social, política e cultural dos negros no Brasil expressa a resistência histórica e a busca pela liberdade inspirada na memória dos quilombos coloniais, como o Quilombo dos Palmares, porém se amplia além do espaço geográfico, dando o quilombo uma dimensão simbólica e ideológica dos negros (Nascimento, 2021). Esse conceito de quilombo revela que a resistência negra no Brasil tem raízes profundas na história e cultura africanas. No entanto, o reconhecimento oficial de Quilombo foi definido pelo Rei de Portugal em 2 de dezembro de 1740 em resposta à consulta realizada pelo Conselho Ultramarino como “toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (Moura, 1987). Esse conceito, no entanto, era uma forma de classificar e controlar os grupos de escravizados africanos que, além de fugirem, criavam comunidades autônomas.

Para as autoridades coloniais portuguesas eles representavam uma ameaça ao governo da época que tinha intenção de se manter no poder não medindo esforços para isso, mesmo que

tivesse de limitar ou eliminar essas comunidades de escravizados fugitivos. Os quilombolas eram considerados mão de obra especializada pelos seus senhores e foi por intermédio da força de trabalho dos negros escravizados que o Brasil foi construído. Eles representavam uma constante ameaça ao sistema escravista da época e sofriam constantes ataques e repressão das autoridades coloniais como ocorreu com o Quilombo dos Palmares, que resistiu por quase um século no nordeste brasileiro (Carneiro, 1965).

Ao longo do tempo, algumas comunidades quilombolas se desenvolveram como grandes instituições com trajetória repleta de desafios percorrida por eles em prol de sua liberdade, refletindo a resistência desse povo em níveis cultural, político e territorial (Costa, 2017). Culturalmente eles buscam manter e transmitir seus costumes e tradições quilombolas, como forma de resistência ancestral que lhes são peculiares e única, impedindo que seus traços sejam absorvidos pela cultura dominante (Costa, 2017). No plano político, esses grupos se mobilizaram e se organizaram para lutar por seus direitos, como forma de resistência política contra as injustiças sociais e econômicas que enfrentavam. A Resistência Territorial das comunidades quilombolas é refletida nas lutas pelo direito à terra onde vivem, como forma de resistência territorial, defendendo suas terras contra a desapropriação e à marginalização (Costa, 2017). A intensa relação desses grupos étnicos com as terras ocupadas revela a dimensão do valor que ela representa para eles. (Costa Filho & Mendes, 2013, p. 12):

O território implica dimensões simbólicas. No território estão impressos os acontecimentos ou fatos históricos que mantêm viva a memória do grupo; nele estão enterrados os ancestrais e encontram-se os sítios sagrados; ele determina o modo de vida e a visão de homem e de mundo; o território é também apreendido e vivenciado a partir dos sistemas de conhecimento locais.

Neste sentido, os desafios vividos pelos quilombolas não são apenas obstáculos que essas comunidades enfrentam, mas reflete também a resistência deles no mundo atual, onde reafirmam constantemente sua identidade, defendem seus direitos e lutam por justiça social.

Segundo Arruti (2006) o conceito contemporâneo de quilombo é um processo dinâmico que está em constante evolução. Pode ser compreendido como objeto de disputa ampla ou restrita e incluir ou excluir certos grupos. Assim se destaca a complexidade e a diversidade das comunidades quilombolas e como elas são categorizadas e entendidas em diferentes contextos. O termo “remanescentes” é usado, geralmente, em contexto legal para se referir às comunidades que são descendentes de escravos africanos que escaparam da escravização e formaram assentamentos independentes. Por outro lado, o termo “contemporâneos” é usado para

distinguir as comunidades quilombolas atuais das históricas, sendo as contemporâneas vivas e ativas atualmente. Além disso, os termos “urbanos ” e “rurais ” são usados para distinguir entre quilombos localizados em áreas urbanas e rurais. Há ainda os termos que descrevem o modo de vida ou a economia predominante em uma determinada comunidade quilombola, como “agrícola”, “extrativista”, “nômade”, entre outros. Por fim, o termo “históricos” usado para se referir a quilombos que já existiam no passado, no período da escravização, que algumas vezes é usado para deslegitimar os “quilombos contemporâneos” sugerindo que apenas as comunidades que podem comprovar sua história até o período da escravidão possuem legitimidade (Arruti, 2006). Dessa forma, deixa-se subentender que somente as comunidades que têm uma ligação direta com os quilombos no período da escravização são consideradas legítimas ou autênticas (Arruti, 2006).

A crença de que a experiência e resistência histórica durante a escravização são fundamentais para definir a identidade quilombola pode levantar o questionamento da legitimidade de comunidades que não podem comprovar sua história nesse período. No entanto, muitas comunidades quilombolas contemporâneas, mesmo sem essa conexão histórica direta, mantêm práticas que são características dos quilombos históricos e enfrentam desafios semelhantes, como a luta pelo reconhecimento legal de suas terras e sua preservação. Por isso, argumenta-se que essas comunidades também devem ser reconhecidas como quilombos legítimos (Arruti, 2006). O autor também critica o relativismo cultural, pois considera ser ineficiente para compreender a diversidade e a complexidade das comunidades quilombolas, além de não conseguir solucionar os conflitos multiculturais e sociais delas. Dessa forma, o autor se baseia no conceito de quilombo como processo dinâmico, que leva em conta as transformações históricas e as particularidades de cada situação.

A partir da Constituição Federal do Brasil de 1988, a percepção de quilombo deixou de ser conhecida como comunidade formada por escravizados africanos que resistiam à escravidão em busca de autonomia. O termo passou a ser denominado como remanescente de quilombo. Dentro dessa visão houve a desconstrução de quilombo como “terras de preto” ou “território negro” e o Estado reconheceu a existência dessas pessoas e seus deveres para com as comunidades quilombolas garantindo-lhes o reconhecimento do direito à propriedade definitiva de suas terras cabendo-lhe ainda a responsabilidade de emitir os títulos correspondentes (Brasil, 1988). A definição legal contemporânea de quilombo no Brasil reconhece as chamadas “comunidades remanescentes de quilombos” como grupos étnico- raciais que se identificam como tal, têm sua própria história, possuem uma relação especial com o território e presunção de ascendência negra relacionada à resistência e à opressão histórica sofrida. O conceito de

“quilombo” no Brasil, atualmente, é complexo e amplo e vai além da expressão “negros escravizados fugidos”. Pelo contrário, o reconhecimento de uma comunidade como remanescente de quilombo considera relevante outros critérios como auto atribuição na qual o próprio indivíduo se declara e reconhece a sua identidade como quilombola. Essa auto identificação é crucial para o reconhecimento oficial de uma comunidade como quilombola.

Outro ponto é a trajetória histórica própria de cada comunidade quilombola que é única e, na maioria das vezes, marcada pela resistência à escravização e à opressão. A história é passada de geração em geração, tornando-se a base da identidade coletiva da comunidade. Mais um ponto a ser considerado são as relações territoriais específicas das comunidades quilombolas que ocorrem na relação deles com a terra que ocupam. O território não é apenas um lugar para viver, mas também um espaço de memória, cultura e resistência. E por fim, a presunção de ascendência negra que, embora nem todos os membros de uma comunidade quilombola sejam descendentes diretos de negros escravizados africanos, presume-se que haja uma ascendência negra relacionada à resistência, à opressão histórica dessa população (Arruti, 2009). Dessa forma, muitas comunidades quilombolas no Brasil foram “beneficiadas” pelos dispositivos constitucionais do direito à terra como patrimônio cultural garantidos e reconhecidos oficialmente (Arruti, 2008).

2.3 Resistência e relações de poder e biopoder: vivências nas comunidades quilombolas

A abolição da escravatura não extinguiu a subjugação dos quilombolas, assim como a garantia do reconhecimento oficial dos territórios concedidos aos remanescentes do quilombo por meio da Constituição Federal de 1988 que também não garantiu a eles a efetivação da posse de suas terras. A trajetória de luta e resistência desse povo ainda persiste atualmente e a dominação sobre eles também permanece, porém com formato inovador. A dominação sobre os negros na contemporaneidade se apresenta com uma nova configuração. As agressões físicas praticadas pelos seus senhores foram substituídas por um controle invisível. As práticas de torturas usadas para domesticá-los também foram atualizadas por uma força imperceptível, mas que é capaz de docilizar seus corpos para uma submissão total denominada pelo filósofo francês Michel Foucault de biopoder e biopolíticas. O autor se refere ao biopoder como uma forma de poder que controla a vida das pessoas do interior para o exterior, sendo aplicado à vida cotidiana e projetado para administrar, otimizar e multiplicar a vida, garantindo sua subsistência e sua proliferação (Furtado & Camilo, 2016).

Foucault descreve o biopoder de duas formas, sendo que a primeira se refere à disciplina

do corpo humano que tem o poder de controlar o tempo e o espaço das pessoas dentro das instituições como escolas, hospitais, fábricas e prisões. A segunda se refere a biopolítica que se concentra sobre a população em geral utilizando de políticas públicas que permitem gerenciar taxas de natalidade, fluxos de migração, gerenciamento de epidemias e surtos de doenças que afetam a população para promover a longevidade das pessoas (Furtado & Camilo, 2016). Assim, as relações do biopoder e das biopolíticas em relação aos quilombolas no Brasil ao longo da história têm sido marcadas por sistemas de controle que continuam afetando suas vidas de diversas maneiras.

Durante a escravização, o poder exercido sobre os quilombolas estava intrinsecamente ligado à sua condição de escravizados, e por isso estavam sujeitos a uma série de restrições em termos de liberdade, identidade e autonomia. Com o advento do capitalismo, as práticas de poder evoluíram. Os desafios relacionados à posse da terra, discriminação e marginalização social continuaram a moldar a vida dos quilombolas. A criação de políticas pelo Governo afetou diretamente essas comunidades, às vezes resultando em processos de deslocamento e perda de território. Segundo (Arruti, 2009), o conceito de quilombo é flexível, mutável e com variações em sua organização social que surgiram a partir das contradições da ordem escravista. Atualmente a amplitude do conceito de “quilombo” é questionado com considerações em sua definição que irá incluir ou excluir, beneficiar ou prejudicar certas comunidades. O termo quilombo é o que vai determinar o reconhecimento da realidade social que o conceito abrange. Assim a construção conceitual em relação ao significado contemporâneo de quilombo é crucial para entender as disputas e demandas atuais relacionadas a essas comunidades.

A luta por reconhecimento oficial de terras quilombolas, previsto na Constituição de 1988, ilustra como as práticas de poder ainda influenciam a vida dessas comunidades. O acesso a recursos, serviços básicos e direitos fundamentais muitas vezes se torna uma batalha, pois as dinâmicas de poder continuam a desempenhar um papel significativo na vida dos quilombolas no Brasil. A titulação, documento que concede a posse da terra legalmente às comunidades quilombolas, atualmente é um dos maiores obstáculos enfrentados por eles, pois grande parte das comunidades ainda não possui o reconhecimento de seus territórios, acarretando muitas consequências para a população, como a constante insegurança jurídica, o que pode resultar em conflitos por terras e violência contra os membros da comunidade. Sem a titulação, as comunidades enfrentam dificuldades para acesso às políticas públicas de educação, saúde, saneamento básico e transporte. Isso pode afetar diretamente a educação das crianças e jovens quilombolas, limitando seu acesso a uma educação de qualidade e às oportunidades de crescimento pessoal e profissional.

A falta de reconhecimento oficial de suas terras também pode ameaçar a manutenção da cultura e das tradições quilombolas. Muitas comunidades quilombolas dependem da terra para a subsistência, portanto, a falta de acesso à terra pode levar à insegurança alimentar. Sem a titulação de suas terras, as comunidades enfrentam restrições à livre circulação em seu próprio território. Assim, percebe-se que a atuação do biopoder e as biopolíticas nas comunidades quilombolas se manifestam por políticas públicas inadequadas ou ausência delas para essa população. Isso afeta diretamente a perenidade dessas comunidades, sua identidade, seus costumes, tradições e território podendo acarretar, inclusive, a possível dizimação de toda a etnia quilombola. Portanto, é imprescindível que sejam implementadas políticas eficazes que protejam os direitos e preservem essas comunidades, pois o quilombo não se limita apenas ao espaço físico, mas toda a relação ideológica e física que envolve o indivíduo e a terra. Ele se define como todas as formas de resistências incorporadas pelos negros na luta por sua identidade e história (Ratts, 2007). Portanto, não é possível pensar na existência de quilombolas sem o território e vice-versa, pois eles estão intrinsecamente ligados e dessa forma ambos se complementam.

2.4 Resistência quilombola e poder: análise na perspectiva de Santos à luz de Foucault

Diante da relação entre o poder e resistência se faz necessário examinar como essas forças se manifestam atualmente nas comunidades quilombolas. Buscar-se-á entender como os conflitos e tensões entre essas duas forças se entrelaçam e se manifestam diante das complexas e variadas realidades da vida quilombola. Primeiramente será abordado a resistência compreendida na ótica do filósofo, escritor e líder quilombola Antônio Bispo dos Santos, ou Nêgo Bispo como é conhecido. Nascido no Povoado Papagaio, Vale do Rio Berlingas, atual município de Francinópolis, Piauí, em 1959. Lavrador, poeta, escritor, professor, ativista político, militante do movimento social quilombola e de direitos pelo uso da terra, o autor explora em detalhes a resistência e as especificidades peculiares da população quilombola, sendo reconhecido também como um dos maiores intelectuais do Brasil e uma das maiores referências da luta quilombola do país (Santos, 2015).

Em seu livro “Colonização, Quilombos: modos e significações” Bispo Nego aborda a história e a cultura dos quilombos brasileiros, desde a época da colonização até os dias atuais. A partir da perspectiva de um líder quilombola ele traz uma crítica ao modelo de desenvolvimento econômico e social imposto pelo colonialismo e pelo capitalismo

apresentando uma proposta alternativa baseada na biointeração ou interação da vida, conceitos praticados nas tradições quilombolas. O autor traz um debate sobre os desafios de lutas e resistências quilombolas contra a escravização, o racismo, a expropriação de seus territórios, a identidade e a diversidade cultural brasileira (Santos, 2015).

Nesse contexto, para análise das relações entre as forças do poder e da resistência, será considerada a percepção de poder na ótica de Michel Foucault e a resistência quilombola na ótica de Antônio Bispo dos Santos. Serão investigadas as relações de poder, o biopoder no contexto da normalização da população, conforme discutido por Foucault e a resistência de Antônio Bispo à luz dos saberes e experiências quilombolas. Entretanto, para melhor compreensão dessas duas forças nesse contexto, é necessário entender que Nego Bispo ao mencionar “colonizador” está se referindo ao biopoder de Foucault. E, ao se referir ao “contra colonizador” está fazendo alusão aos quilombos conforme argumentado pelo autor:

...debater as mesmas matrizes culturais em confronto direto no mesmo espaço físico geográfico. Para tanto, usaremos as denominações colonizadores e contra colonizadores. Vamos compreender por colonização todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra, independentemente do território físico geográfico em que essa cultura se encontra. E vamos compreender por contra colonização todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios. Assim sendo, vamos tratar os povos que vieram da África e os povos originários das Américas nas mesmas condições, isto é, independentemente das suas especificidades e particularidades no processo de escravização, os chamaremos de contra colonizadores. O mesmo faremos com os povos que vieram da Europa, independentemente de serem senhores ou colonos, os trataremos como colonizadores (Santos, 2015, p. 47).

Diante desse debate, Santos (2015) traz implícito o entendimento de Foucault sobre a regulação da população por meio de normas estabelecidas. Neste contexto, a colonização é percebida como o processo de normalização, no qual os colonizadores impõem suas normas culturais sobre os contra colonizadores. Para isso, os colonizadores conquistam seus territórios moldando o comportamento da população local para satisfazer seus próprios interesses. No entanto, a contra colonização, que é uma força oposta, representa a resistência desses indivíduos à normalização imposta como forma de preservar seus territórios, símbolos, significados e modos de vida. Entretanto, a oposição aos padrões determinados pelos colonizadores, muitas

vezes pode acarretar formas de luta e resistência para manter a autonomia cultural e a identidade da população resistente. Nessa perspectiva, de acordo com Foucault, a colonização é considerada um processo de normalização, enquanto a contra colonização representa uma forma de resistência à normalização imposta, tendo como objetivo a preservação cultural e a autonomia dos povos colonizados.

Com isso, percebe-se que o conflito entre as forças do poder e resistência de Foucault vêm acompanhando os povos marginalizados por longos períodos da história. O poder da normalização busca homogeneizar indivíduos de acordo com uma norma estabelecida, a partir da imposição de regras coloniais aos povos dominados. Isso acontecia por meio de invasões, expropriação e submissão dos povos indígenas e africanos. Ocorria também pela tentativa de impor suas próprias normas culturais, sociais e econômicas, com o fim de substituir uma cultura pela outra. No entanto, Foucault também enfatiza a resistência, que surge como resposta contra esses processos de normalização. Neste contexto, a resistência é representada pelos contra colonizadores que resistiram à colonização desafiando as normas estabelecidas preservando seus territórios, símbolos, significados e modos de vida, afirmando a diversidade e a autonomia dos povos colonizados.

Esteves (2016), ao abordar as normas e exclusão de acordo com as ideias de Foucault, em sua obra de 2010 dentro de um contexto de sociedade disciplinar, enfatiza que grande parte dos questionamentos sobre a norma são respondidas pelos conceitos trazidos por Foucault. Assim, a norma exerce a função de regular o comportamento por meio de regras ou normativas, tornando-se base para normalidade e aceitação. Essa abordagem define padrões para moldar e controlar a conduta dos indivíduos. No âmbito do governo, ela desempenha o papel de exclusão que define quem será útil ou não para ser inserido em uma sociedade adequada, em submissão às normas estabelecidas, excluindo automaticamente aqueles que não contribuem para o sistema.

Neste caso, a exclusão pode se manifestar de diversas formas, desde a marginalização social até restrições legais e institucionais (Esteves, 2016). Dessa forma, o biopoder tem o controle não apenas do corpo e mente do indivíduo, mas de toda população impondo princípios de certo e errado, normal e anormal dentre outros. Tem como pressuposto que aqueles que não se enquadram às normas são considerados diferentes ou anormais e por isso são excluídos do grupo, por resistirem aos padrões estabelecidos. Essa dinâmica de exclusão torna evidente a ampliação do poder disciplinar na formação e manutenção das estruturas sociais.

Neste sentido, pode-se compreender que a resistência quilombola ainda é considerada o fator primordial pelo qual esses povos continuam sendo excluídos e marginalizados atualmente.

Diante disso, Nego Bispo relata a resistência nos modos de vida quilombola, pelos seus saberes e pela autonomia da comunidade negra (Martins *et al.* 2019). De acordo com Nego Bispo, os quilombolas não se sentiam escravizados, pois eles tinham autonomia. Detinham o conhecimento e dominavam todo o ciclo das técnicas agrícola, econômica e cultural necessárias para a subsistência do seu povo. Ele destaca que a população quilombola foi capaz de resistir às modificações ocorridas após a Segunda Guerra Mundial. E, que este povo resistiu e manteve sua autonomia, sem necessidade de adotar tecnologias obsoletas usadas na produção do trigo para alimentar os soldados em combate durante a guerra. Para o líder quilombola, o povo negro não necessita de tecnologias, pois eles dominam sua cultura em todas as áreas necessárias para sua sobrevivência, conforme afirma Antônio Bispo, em entrevista aos autores Martins *et al.* (2019, p. 75):

O povo preto dominava. Dominava na cultura porque os melhores cantadores e tocadores de batuque eram pretos. Dominavam na arquitetura porque meu bisavô Manuel Macero era um cara que construía na cidade, mas ele dominava toda a cadeia, ele era o construtor na cidade. Era o negro que fazia: nós não éramos donos de engenho porque comprávamos os engenhos, nós fazíamos o engenho, nós dominávamos toda a tecnologia necessária para a cadeia da cana de rapadura. Nós dominávamos toda tecnologia para a cadeia do algodão. Mãe Joana – que foi uma das minhas mestras – plantava o algodão e fazia a roupa, dominava toda a cadeia: plantava, beneficiava, colhia, plantava, tecia, tingia, costurava. Então nós éramos uma comunidade que na minha compreensão não foi escravizada, porque dominava todas as técnicas necessárias para viver, comprando apenas o sal, o resto se fazia.

Portanto, o autor considera que a autonomia quilombola reside na liberdade de dominar todos saberes e tradições quilombolas que envolve todo o ciclo de plantio desde o cultivo até a colheita. Da mesma forma, com seus saberes na arquitetura e todos os domínios necessários das tecnologias para o uso deles em todas as finalidades. Estes saberes evidenciam a participação harmoniosa e efetiva da comunidade, comprovando o domínio deles em todas as etapas necessárias para sua subsistência e desenvolvimento. Para os quilombolas, as pessoas não se tornam proprietários pela simples aquisição dos engenhos prontos, pois isso acarreta uma total dependência alheia. Pelo contrário, ser dono, para eles não é pagar pelo engenho, significa construir o engenho, por conta própria enfatizando, com isso, sua total autonomia, independência de habilidades e conhecimentos para obter seus próprios meios de produção. O oposto acontece na era capitalista, na qual o sistema econômico se baseia no lucro e acumulação de riquezas mediante aquisição da propriedade privada e dos meios de produção (Harvey,

2007). É um sistema econômico que tem como objetivo obter o lucro e acumulação de riquezas com base na propriedade privada dos meios de produção (Harvey 2007).

No contexto dos quilombos, a gestão capitalista envolve a administração e alocação de recursos e a atuação do mercado visando maximizar lucros, muitas vezes resultando na exploração e expropriação de terras tradicionais (Leite, 2012). A relação entre capitalismo e êxodo rural é difícil de harmonizar, pois o capitalismo moderno exige adaptação do setor agropecuário para atender a uma economia centrada em áreas urbanas e às demandas de um mercado globalizado, sendo um dos principais fatores do êxodo rural (Silva, 2010; Santos, 2012). A modernização do processo produtivo no campo, através da mecanização e concentração fundiária, resulta na perda de empregos e leva muitas pessoas a migrar para centros urbanos em busca de trabalho (Silva, 2010; Santos, 2012).

A globalização também contribui para o êxodo rural ao induzir os pequenos agricultores a competirem no mercado global forçando-os a abandonarem suas terras em busca de melhores oportunidades econômicas nas cidades (Santos, 2012). Assim a transferência do lucro para os grandes empresários dos agronegócios ocasiona o endividamento do produtor rural que tem de deixar seu ofício nas áreas rurais (Octaviano, 2010). Neste sentido, o biopoder, na gestão capitalista, descentraliza as habilidades fragmentando o conhecimento do ciclo produtivo entre os indivíduos que passam a dominar não o todo, mas partes do processo produtivo. Dessa forma, o ciclo produtivo do sistema dominante influencia as decisões sobre os quilombos, moldando-os a utilizarem seus recursos em consonância com normas e interesses do mercado globalizado. Essa influência de controle sobre eles tem o intuito de maximizar lucros para satisfazer aos objetivos capitalistas, podendo acarretar a exploração e expropriação de terras ocupadas por essas comunidades (Leite, 2012). Nessa perspectiva, o biopoder molda as decisões dessas comunidades pela exploração e expropriação de suas terras como uma estratégia coercitiva para forçá-los a se submeterem às normas impostas pelos dominadores. Essa estratégia visa controlar a vida desses indivíduos em prol dos objetivos econômicos (Foucault, 1999).

No contexto quilombola, essa relação pode gerar tensões significativas, afetando negativamente os modos de vida tradicionais e a posse de terras por parte dessas comunidades. A relação entre as normas e o poder disciplinar contemporâneos, conforme a teoria foucaultiana, não se baseiam em generalizações. Pelo contrário, ela identifica as diferenças entre os sujeitos exatamente para dominá-los e domesticá-los. Assim, o controle desse poder visa torná-los em "corpos dóceis", para serem controlados com mais facilidade. O processo de normalização social indica a atuação do poder disciplinar que leva os indivíduos a se adequar às normas estabelecidas, ou seja, a comportamentos considerados dentro da normalidade.

Por essa ação, o poder disciplinar garante o enquadramento dos indivíduos aos padrões estabelecidos pela sociedade (Esteves, 2016).

Neste sentido, o poder e o funcionamento dessa força nas áreas rurais, segundo a teoria de Foucault, que prevê o poder não como algo exclusivo de um grupo ou de uma pessoa, mas que está presente em todas as relações pessoais (Foucault, 2021). O autor traz uma narrativa pós Segunda Guerra Mundial destacando o desenvolvimento de inovações tecnológicas no período, como a monocultura do trigo vendida para os países subdesenvolvidos. Isso impactou o modo de vida das pessoas na época, principalmente aquelas que viviam no campo, que tiveram de se adaptar às novas ferramentas de trabalho. Assim, essa tecnologia detinha o poder para modificar a forma de trabalho das pessoas, bem como uma forma de colonialismo com a venda dessa tecnologia para os países subdesenvolvidos como explica (Martins *et al.*, 2019, p. 75):

Porém eu nasci em 59. E a Segunda Guerra Mundial terminou quando? Em 45. O que os colonialistas que participaram da Segunda Guerra Mundial resolveram fazer depois? A Segunda Guerra Mundial desenvolveu tecnologias para plantar a monocultura do trigo em escala para alimentar os soldados, desenvolveu tecnologia para produzir caminhões, tratores, máquinas poderosas, pontes, estradas ... Quando termina a Guerra, fazer o que com isso? Toda essa tecnologia virou obsoleta, lixo da Segunda Guerra Mundial. Mas aí os colonialistas iam perder isso? Não! Resolveram vender. E vender para quem? Para o que eles chamam de países subdesenvolvidos. Então o Brasil resolve comprar esse lixo. E qual o lixo da Segunda Guerra Mundial? A monocultura, os tratores e tal. Nesse tempo, provavelmente 70, 75% da população brasileira vivia no campo e 25% na cidade. Ora, se 75% estavam no campo, 75% praticavam a agricultura ou coisa parecida. Então a população produzia o suficiente para viver e o excedente era para alimentar a cidade. E esse povo vivia bem, tinha um saber, tinha um modo de vida, tinha toda uma estrutura.

Essa relação revela a imposição de padrões externos que comprometem as práticas tradicionais e a identidade das comunidades afetadas. Destaca também a influência do poder disciplinar pela venda de tecnologias obsoletas como estratégias de exploração e expropriação. Reflete ainda o controle dos países dominantes sobre as comunidades, no intuito de normalizar os modos de vida dessa população às práticas e identidades locais. A introdução dessa nova tecnologia no campo acarretou mudanças significativas na população e nas suas práticas de agricultura sustentável, mas a maior das influências foi a imposição de padrões e normas que não levaram em consideração as práticas e os saberes tradicionais dessas comunidades.

Para Foucault (1999; 2021), a norma é flexível podendo ser aplicada tanto no indivíduo

quanto em toda população que necessita ser disciplinada ou regulamentada. Em uma sociedade regida por normas, a disciplina não necessita ser aplicada por meio de instituições disciplinares tradicionais. Ela pode ser regida por meio das normas e regulamentos considerados bem mais eficazes em sua capacidade de disciplinar tanto o indivíduo quanto a população como um todo (Foucault, 2000). As normas desempenham uma função central presente em vários aspectos da vida, pois elas moldam a forma como as pessoas avaliam, classificam e se relacionam umas com as outras. Elas estabelecem critérios padronizados de igualdade, mas destacam também as diferenças individuais:

A norma designa uma regra de juízo, uma maneira de produzir a regra de juízo. É uma maneira de ordenar multiplicidades, de as articular, de as relacionar consigo mesmas segundo um princípio de pura referência a si. A norma produz objetividade. É um princípio de comunicação, uma maneira, particular, de resolver o problema da intersubjetividade. A norma equaliza; torna cada indivíduo comparável a cada outro; fornece a medida. Sob a craveira somos todos os mesmos, senão intermutáveis, pelo menos semelhantes, nunca suficientemente diferentes para podermos pretender não ser do mesmo gênero. Se dar normas é classificar, é em primeiro lugar porque a norma estabelece classes de equivalência. Mas a norma des-equaliza do mesmo modo. É, aliás, a única objetividade que nos dá: a norma convida cada indivíduo a reconhecer-se diferente dos outros; encerra-o no seu caso, na sua individualidade, na sua irreduzível particularidade. Precisamente, o normativo afirma tanto mais a igualdade de cada um perante todos quanto infinitiza as diferenças (Foucault, 1999, p. 108-109).

Logo, de acordo com Foucault, as sociedades de normalização não se baseiam apenas em métodos disciplinares tradicionais, mas incorporam também normas regulatórias. Enquanto as normas disciplinares moldam o comportamento do indivíduo, as regulatórias definem as regras para serem submetidas a toda a sociedade. Para Foucault, é uma regra que permite julgar aquilo que é considerado padrão e usado para avaliar coisas ou pessoas. Ela permite categorizar e classificar coisas ou pessoas dentro de critérios de julgamentos parecidos como justos e imparciais. Desempenha efeito duplo de homogeneizar pessoas comparando umas às outras, porém destaca as diferenças entre elas dando ênfase à sua individualidade. A norma estabelece classes agrupando coisas ou pessoas que são consideradas equivalentes sob certos aspectos. No entanto, pode levar à exclusão daqueles que não se adequam ao padrão estabelecido por ela ou questionam seu objetivo. Assim, a norma seria a regra de tudo aquilo considerado normal ou dentro da normalidade, segundo seus preceitos.

Por outro lado, aqueles que não se comunicam ou se comportam dentro do "normal" são excluídos da sociedade. Segundo Pinto (1999) a exclusão e a inclusão foucaultianas são processos de discurso que formam sujeitos de direito e deveres bem como de dominação e resistência. Esses processos variam de acordo com contextos históricos, sociais, políticos, e as condições individuais ou de grupos envolvidos. A exclusão e a inclusão podem ser explícitas ou implícitas, mas que impactam a vida das pessoas negativamente, com efeitos distintos na vida dos excluídos e incluídos. Além de serem fenômenos sociais, a exclusão e inclusão estão enraizadas nas estruturas legais e políticas da sociedade. São comportamentos e atitudes analisados e pautados a partir da constituição brasileira, refletindo a relação de poder, os interesses das classes dominantes, as demandas da sociedade civil e os direitos e garantias dos cidadãos.

No contexto de normalização e exclusão, a população quilombola emerge como símbolo de resistência histórica. Essas comunidades estão entre os excluídos por desafiarem as pressões para se adequarem aos padrões de uma sociedade capitalista e ao poder disciplinar descrito por Foucault, que visa normalizar indivíduos. Persistindo em preservar seus modos de vida e saberes tradicionais, os quilombos tornam-se alvo de exclusão social, mantendo vivas suas tradições apesar das pressões externas.

Portanto, a interação desses povos numa sociedade capitalista, entre culturas diversas, além de preservar a identidade quilombola, adiciona conhecimentos. A confluência intercultural é semelhante ao encontro entre dois rios, amplia saberes, preserva identidade e enriquece trocas de experiências. Portanto a resistência quilombola é uma resposta contra a imposição das normas hegemônicas na preservação de sua riqueza cultural atuando assim, como agente de mudança frente aos desafios sociais impostos a essa população pelo biopoder. No entanto, essa resistência tem um preço, que Santos (2023) observa nas comunidades frequentemente marginalizadas e excluídas da sociedade por causa de sua recusa em aderir às normas. Essa resistência pode resultar em exclusão social e econômica, com acesso limitado a serviços básicos e oportunidades de emprego. O governo também desempenha o papel fundamental de exclusão dessas comunidades, definindo quem é útil ou não na sociedade com base na submissão às regras estabelecidas para a população. Aqueles que não se submetem às imposições e não contribuem para o sistema são automaticamente excluídos. Dessa forma, observa-se essa prática também com os quilombolas e, neste caso, a exclusão pode se manifestar de diversas formas, desde à marginalização social até restrições legais e institucionais (Esteves, 2016).

Neste contexto é necessário discernir as estruturas de poder normativo na normalização

social marginalizando as comunidades quilombolas e como isso impacta esses indivíduos ao acesso de recursos e oportunidades de uma vida digna. Implica também questionar a resistência quilombola e como ela resiste às regras do poder, analisando suas estratégias de resistência cultural, econômica, social e política adotadas pela comunidade. Compreender, ainda, como essa população é capaz de desafiar o poder na preservação de sua identidade resistindo à sua influência por décadas. A análise de Foucault sobre normas e exclusão abordadas em sua obra publicada em 1999 e a visão de Santos sobre a resistência quilombola e seus modos de vida em sua obra de 2023 apresenta um desafio. Questionar conceitos fundamentais sobre o que é "normal" ou "anormal", "certo" ou "errado" "o poder" ou "a resistência" como fontes de motivação para mudanças mais justas e ações transformadoras na desconstrução de conceitos preestabelecidos refletindo a implicação deles na sociedade.

Diante disso, Nego Bispo, como é conhecido, argumenta a necessidade da convivência entre os diferentes elementos da natureza, ou a confluência entre os diferentes grupos marginalizados para que haja mudanças:

Não fizemos o quilombo sozinhos. Para que fizéssemos os quilombos, foi preciso trazer os nossos saberes de África, mas os povos indígenas daqui nos disseram que o que lá funcionava de um jeito, aqui funcionava de outro. Nessa confluência de saberes, formamos os quilombos, inventados pelos povos afro confluentes, em conversa com os povos indígenas. No dia em que os quilombos perderem o medo das favelas, que as favelas confiarem nos quilombos e se juntarem às aldeias, todos em confluência, o asfalto vai derreter (Santos, 2023, p. 27).

Para o autor, a confluência não deve se restringir apenas aos povos afro confluentes, mas se ampliar a todas as comunidades em contexto de marginalização como os quilombos, favelas e aldeias indígenas pela interação de culturas e saberes para resistirem juntos e instigarem mudanças nas atuais estruturas sociais existentes.

No contexto atual, Santos (2015) compartilha seus saberes evidenciando que a exclusão das comunidades quilombolas ocorre pelo simples fato de elas serem "acusadas de povos atrasados, improdutivos e sem cultura, portanto, um empecilho ao avanço e ao desenvolvimento da integridade moral, social e econômica e cultural dos colonizadores" (Santos, 2015, p. 76). Segundo o autor, essas comunidades continuam sendo alvo de ataques por parte de colonizadores que utilizam tecnologias de poder de destruição mais modernas, numa competição de força perversa e desigual. São pessoas que não valorizam suas tradições, formas de organização e de resistência afro confluentes utilizando acusações para justificar a

dominação quilombola. Portanto, Antônio Bispo dos Santos emerge em defesa da dignidade e dos direitos dos quilombolas que lutam pela liberdade, preservação da sua cultura e respeito à sua cosmo percepção, ou seja, à sua forma peculiar de entender o mundo.

Assim, Antônio Bispo apresenta vários exemplos, ilustrando seu ponto de vista com intuito de desconstruir conceitos errôneos e difundir a visão das verdades, perspectivas e conhecimentos quilombola tendo como propósito o seu reconhecimento e valorização pela sociedade contemporânea, principalmente por aqueles que desconhecem a mesma vivência. O autor desbrava os modos de vida quilombola trazendo à reflexão a importância da arquitetura quilombola como espaço de convivência e harmonia:

Na arquitetura quilombola, a cozinha é o espaço mais amplo. É um espaço de recepção. Quem chega vai para a cozinha. Nos quilombos, apesar de não parecer, quanto mais mulheres estão na cozinha, mais elas têm poder. Quando estão cozinhando, elas não estão sozinhas: quem chega à cozinha ajuda a cozinhar. Elas coordenam aquele espaço. [...] Os homens vão chegando e mostrando suas oficinas, seus trabalhos, sua roça... O grande momento da festa é a comida: é ela que agrega todo mundo. E é quem cozinhou que coordena aquele grande momento (Santos, 2019).

Dessa forma, dentre todos os cômodos da casa, a cozinha é o primeiro local da casa para onde as pessoas são direcionadas. É o espaço mais importante de recepção e convivência entre as pessoas; um momento de festejar juntos com comida em abundância. Neste local as mulheres se sentem empoderadas, a presença de muitas mulheres na cozinha simboliza a intensidade de poder refletindo o valor de suas funções na organização do espaço, mas principalmente, no momento de servir a refeição. Para as mulheres, a cozinha é o lugar onde elas detêm o controle, mesmo que isso não seja reconhecido pela sociedade dominante. Além disso, a cozinha é um local de colaboração e atividade coletiva onde todas as pessoas que chegam colaboram no preparo das refeições. E são elas, as cozinheiras, que desempenham o papel principal na coordenação dos eventos e festas enfatizando o papel central delas no envolvimento das comemorações especiais da comunidade.

Santos (2023) traz diversas ilustrações da vivência quilombola para mostrar que eles são um povo de compartilhamento e de relacionamento valorizando essas práticas em seu cotidiano. Em sua vivência, Antônio Bispo destaca sua forma de viver na comunidade baseada no compartilhamento e autonomia de conhecimento. Na preservação de suas tradições que contrastam com os modos coloniais que impunham relações diferenciadas e de exploração, ressalta os modos de vida da sua família dentro de um território afro confluyente. Enfatiza a ausência de registros de escravização de famílias pertencentes ao seu território ou transmitidas

oralmente por seus antepassados ao longo da história. Para o autor, esse fato pode estar associado à preservação da cultura, saberes que resistiram às tentativas dos colonizadores de apagar essa memória da comunidade. As relações harmoniosas e autonomia de saberes se dava de forma respeitosa com os povos afro confluente ou não indígenas. Havia amplo conhecimento da agricultura e processamento de alimentos contribuindo para harmonia nos relacionamentos.

Neste contexto, as crianças também participavam brincando por meio de atividades práticas como a farinhada e moagem, replicando as atividades dos adultos. Essa interação estimulava o aprendizado e habilidades essenciais para o cotidiano. A comunidade compartilhava a prática do cultivo conjunto de cana-de-açúcar e moagens coletivas. Como não havia circulação monetária, os produtos cultivados eram compartilhados entre as famílias, garantindo abundância, autossuficiência e preservação de suas tradições. As festas também ganhavam destaque na comunidade representando alegria genuína por suas tradições e vida comunitária. Diferente do “furdunço”, eventos motivados para obtenção do lucro, sem qualquer ligação relacional ou raízes autênticas. Assim, o autor compartilha sua experiência com adestramento de bois para explicar como essa relação ocorre no processo de colonização:

Quando completei dez anos, comecei a adestrar bois. Foi assim que aprendi que adestrar e colonizar são a mesma coisa. Tanto o adestrador quanto o colonizador começam por desterritorializar o ente atacado quebrando-lhe a identidade, tirando-o de sua cosmologia, distanciando-o de seus sagrados, impondo-lhe novos modos de vida e colocando-lhe outro nome. O processo de denominação é uma tentativa de apagamento de uma memória para que outra possa ser composta. Há adestradores que batem e há adestradores que fazem carinho; há adestradores que castigam e adestradores que dão comida para viciar, mas todos são adestradores. E todo adestramento tem a mesma finalidade: fazer trabalhar ou produzir objetos de estimação e satisfação. Contudo, não são todos os animais que conseguimos adestrar. Alguns ficam atrofiados fisicamente – quando se exige do animal um esforço físico para além do que é capaz. Outros ficam atrofiados mentalmente – quando o animal recebe um choque mental violento. De modo análogo, temos pessoas atrofiadas: pessoas que não foram adestradas para servir ao trabalho, mas que também não conseguem ser malandras. Pessoas adestradas para que não tenham um imaginário, para que não consigam fazer sua autogestão (Santos, 2023 p. 3).

Neste sentido, o adestramento de bois se assemelha ao processo da colonização, pois

envolve a desterritorialização, ruptura de identidade e afastamento de suas cosmologias. Além da imposição de novos modos de vida, a mudança do nome tende a deletar sua memória para criar outra. Adestrar envolve, muitas vezes, usar técnicas físicas sobre o animal, como bater ou acariciar, castigar ou dar-lhe comida, mas a finalidade é a mesma, o de produzir objetos de trabalho para satisfazer o adestrador. No entanto, nem todos os animais podem ser adestrados, podendo serem afetados física ou mentalmente nesse processo. E assim como alguns animais não podem ser adestrados, o mesmo acontece com a colonização. Algumas pessoas resistentes ao adestramento podem permanecer “atrofiadas”, sem capacidade de se adaptarem ao novo ritmo de trabalho para viverem de forma independente.

O processo de adestramento condiciona essas pessoas a uma total dependência e submissão a normas pré-estabelecidas que limitam sua autonomia impedindo que elas desenvolvam suas próprias habilidades. Nesse sentido, Santos, (2023) destaca a importância de utilizar a mesma arma dos colonialistas de denominar como uma forma de resistência usando as mesmas ferramentas dos opressores para criar formas de resistir à opressão. Essa dinâmica colonialista produz uma população trabalhadora flutuante, que migra para regiões mais desenvolvidas em busca de emprego, mesmo que temporário. Porém, a verdade é que elas podem estar retornando à condição de servidão salarial. Isso envolve condições precárias de trabalho, baixos salários, exploração de sua mão de obra com total submissão e dependência de seus empregadores.

Pessoas que não aprenderam a fazer nada nem aprenderam a extrair do que está feito. Pessoas atrofiadas que perambulam sem saber aonde ir. Ou ainda, pessoas que foram adestradas e terminaram transformadas numa população trabalhadora flutuante, que passa uma temporada no Sul ou no Sudeste, em servidão salarial, e retorna. Eu, por dominar a técnica de adestramento, logo percebi que, para enfrentar a sociedade colonialista, em alguns momentos “precisamos transformar as armas dos inimigos em defesa”, como dizia um dos meus grandes mestres de defesa. Então, para transformar a arte de denominar em uma arte de defesa, resolvemos denominar também (Santos, 2023, p. 3).

Em vista disso, o autor argumenta que as diferentes formas de adestrar são semelhantes à prática de colonizar, educar, domesticar. Destaca a importância da atribuição de nomes às coisas pelos colonizadores como ilustrado na prática do adestramento de bois onde nomeá-los é o primeiro procedimento para se adestrar o animal. Essa estratégia torna evidente que a arte de nomear está intrinsecamente ligada à capacidade de dominar Santos (2023). Neste sentido,

afirma que o capitalismo modifica todas as coisas em mercadoria como estratégia de dominação e destruição, inclusive da vida. Este sistema mercantiliza o saber, a cultura, a natureza e até as pessoas, muitas vezes na venda de tecnologias obsoletas para pequenos agricultores, levando-os a deixarem territórios em busca de trabalho nas capitais e abandonarem seus modos de vida.

Por mercantilização se entende também a educação formal com intuito de formar empregados submissos e consumistas adestrando essas pessoas ao sistema. As academias, para o autor, são fábricas de transformar saberes em mercadorias criando conceitos como agroecologia ao invés de agricultura familiar. Essas estratégias visam valorizar os saberes sintéticos ou acadêmicos, depreciando os saberes orgânicos ou quilombolas, denominações criadas por Antônio Santos para contradizer as definições dominantes criadas pelos colonizadores (Santos, 2023). Neste contexto, Antônio Bispo, como também é conhecido, propõe a contra colonização como forma de resistir à mercantilização. Denominada por ele como uma das palavras germinantes, essa expressão não significa combater a colonização, mas resistir à inclusão ou adesão a este sistema.

A biointeração, que simboliza viver de forma harmoniosa com a natureza respeitando seus ciclos de vida e suas especificidades, é uma prática preservada pelos quilombolas há séculos. É também uma forma de resistência que visa defender e valorizar o compartilhamento dos saberes socioculturais desses povos contra colonizados. Portanto, os valores quilombolas são totalmente antagônicos aos da sociedade capitalista. Essas comunidades afro confluente são descritas por Bispo dos Santos têm como pilar central sua autonomia, o respeito mútuo, as relações sociais. Valorizam a preservação cultural que é um aspecto importante para eles. Essas comunidades enfatizam o aprendizado prático e coletivo, consideram como prioridade o bem-estar comunitário em detrimento do sucesso individual (Santos, 2023).

Na sociedade capitalista, no entanto, os valores se baseiam em interesses individuais ou coletivos próprios visando a produção e o capital. Baseiam-se em relações em que a dependência financeira e, muitas vezes, os interesses individuais, são prioridades nas transações comerciais. A competição e a hierarquia são condutas regulares e a busca pelo crescimento econômico e o lucro tende a homogeneizar a cultura dominante por meio da assimilação forçada de grupos minoritários ou marginalizados contribuindo para a perda de suas tradições. São sociedades que enfatizam a educação formal mercantilista e individualista onde o sucesso se associa à realização individual e às conquistas pessoais (Foucault, 2019; Santos, 2023).

Essa relação contrastante se mostra no poema de (Santos, 2015, p. 10) “Extraímos os frutos das árvores, expropriam as árvores dos frutos; extraímos os animais da mata, expropriam a mata dos animais; extraímos os peixes dos rios, expropriam os rios dos peixes; extraímos a

brisa do vento, expropriam o vento da brisa; extraímos o fogo do calor, expropriam o calor do fogo; extraímos a vida da terra, expropriam a terra da vida.” Portanto, em uma sociedade capitalista não cabe uma sociedade quilombola, pois cada uma delas é regida por duas forças totalmente distintas. A primeira, caracterizada pelo poder colonizador que expropria, retira tudo para se satisfazer. A segunda, pela resistência contra colonizadora que extrai, utiliza o necessário da natureza.

Embora essas forças antagônicas caminhem sempre juntas com objetivos opostos, ambas compartilham uma preocupação central que é o controle e recursos do território. Enquanto o poder colonizador busca subjugar e expropriar as populações para consolidar seu domínio, a resistência quilombola luta para preservar sua autonomia de gestão, cultura e território, resistindo à dominação e exploração resultando em frequentes conflitos entre essas forças.

Assim, esta pesquisa busca entender o êxodo rural na Comunidade Quilombola de Curral Novo explorando a relação de poder e resistência e seu impacto nas migrações quilombolas.

2.5 Educação como resistência e reafirmação das comunidades quilombolas

Neste tópico será explorado a complexa relação entre educação, resistência e reafirmação das comunidades quilombolas do Brasil. Moldadas durante o período da escravidão, essas comunidades representam a luta contra a opressão e a preservação de uma identidade cultural rica e diversa (Bezerra Carril, 2017). Segundo a autora, a educação transcende a simples transmissão de conhecimento que atua como um ato de resistência desafiando o silenciamento histórico. Nas comunidades quilombolas, essa dimensão se torna ainda mais significativa, pois a educação não apenas capacita os indivíduos a se tornarem agentes de mudança e transformação em suas vidas e comunidades, mas também fortalece sua identidade e cultura. Apesar dos avanços, as comunidades quilombolas enfrentam desafios educacionais reais, como a falta de escolas em seus territórios e a necessidade de transporte para crianças que estudam fora das comunidades. No entanto, a educação é uma ferramenta que habilita os quilombolas a transformar suas realidades e reivindicar seus direitos. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola reconhecem a especificidade dessas comunidades. Valorizam os saberes locais incorporando tradições, línguas e práticas ancestrais no currículo. Dessa forma, educação quilombola não apenas resiste, mas também impulsiona a transformação social.

A autora destaca ainda que as experiências educacionais que visam construir uma pedagogia pautada na cultura dos sujeitos quilombolas encontram um recurso material rico nas narrativas históricas de vida dessas comunidades. Mediada pela metodologia de história oral destaca-se como um importante meio de trabalho educacional que permite o resgate da memória e identidade quilombola. A valorização do território, a etnicidade e a cultura quilombola propõem uma abordagem educacional que considera os contextos locais e as narrativas dos quilombolas visando promover aprendizagens significativas e reafirmação dos sujeitos-agentes ético-políticos (Bezerra Carril, 2017). Enfatiza que a universalização da educação no Brasil foi lenta e, embora o índice de analfabetismo tenha reduzido ao longo do tempo, há desafios ainda a serem superados, como o analfabetismo funcional. Como reflexo da sociedade, a escola deve promover uma compreensão crítica da leitura que ultrapasse a simples decodificação das palavras escritas.

Nesse sentido a educação quilombola surge como resistência à opressão histórica sofrida pelas comunidades quilombolas durante o período da escravidão. Para Silva (2019), “a educação desafia o silenciamento e a marginalização dos sujeitos quilombolas possibilitando a eles reivindicarem seus direitos e preservarem sua cultura”. Ao valorizar os saberes locais e suas tradições, a educação quilombola se torna um dispositivo poderoso de resistência contra a homogeneização imposta pela educação convencional

A educação quilombola se torna ainda uma ferramenta de reafirmação na qual os quilombolas se tornam agentes de mudança em suas próprias vidas e comunidades. Segundo Santos (2018), ela fortalece a autoestima, promovendo o orgulho étnico-racial e o senso de pertencimento. Os princípios pedagógicos específicos, como a interculturalidade e a contextualização, capacitam os quilombolas a transformarem suas próprias realidades. Ela resgata a sua identidade cultural valorizando sua história, língua e tradições. Segundo Oliveira (2020), “a educação promove a identidade cultural conectando as gerações e preservando a memória coletiva. Já a valorização do território e da etnicidade contribui para uma abordagem educacional mais significativa e autêntica”. Assim, apesar das comunidades quilombolas enfrentarem desafios como a falta de recursos, formação de professores e resistência institucional, a educação quilombola resiste, impulsionando a transformação social e a construção de um futuro mais justo.

Segundo Carvalho (2014), Michel Foucault introduz o conceito de saber-poder na relação indissociável entre conhecimento e poder como ocorre nas instituições educacionais. Nelas, o saber-poder se manifesta não apenas na produção, mas também no controle e disseminação de conhecimentos. Para Foucault, as escolas estão além do lugar onde se

transmite somente conhecimento de maneira neutra. Elas são espaços nos quais certos saberes são legitimados e outros são marginalizados. Ao validar determinados conhecimentos e quem os possui, as instituições educacionais mantêm e reforçam as relações de poder existentes na sociedade. O currículo, as avaliações e a própria organização escolar refletem e perpetuam essas dinâmicas de poder, moldando a forma como os indivíduos percebem a si mesmos e o mundo ao seu redor.

Neste sentido, Foucault destaca a normalização, processo no qual as instituições educacionais impõem normas e padrões de comportamento, pensamento e atitudes. Por meio das práticas pedagógicas, as escolas estabelecem critérios de normalidade que determinam as ações que são consideradas aceitáveis. Neste processo, reforçam os valores dominantes promovendo a conformidade e a homogeneidade entre os educandos. As avaliações, disciplinas e regras escolares atuam como instrumentos facilitadores à normalização, assegurando a internalização e reprodução das normas estabelecidas pelos alunos com intuito de que eles as reproduzam. Neste sentido, a educação age como um mecanismo de controle social que alinha os comportamentos e pensamentos dos indivíduos dentro das expectativas da sociedade Carvalho (2014). De acordo com o autor, Foucault destaca também a governamentalidade, que são as estratégias de governo exercidas no controle sobre a população. Na educação, essas normas são visibilizadas pelas políticas educacionais e práticas pedagógicas que administram a vida dos educandos, sendo as escolas ferramentas essenciais para a governamentalidade. É através dela que o Estado molda os futuros cidadãos com valores, habilidades e comportamentos necessários e úteis para servir aos interesses do poder. As políticas educacionais também definem os objetivos da educação, os métodos de ensino e os tipos de avaliação, direcionando o desenvolvimento e habilidades dos indivíduos para atender as necessidades econômicas e políticas do Estado.

Foucault (2001), apesar das fortes estruturas de poder por meio da educação, reconhece a resistência como poder bilateral subversivo no sistema educacional contra o poder hegemônico. Para ele, a educação pode ser um espaço de promoção à liberdade e autonomia capaz de desconstruir as práticas disciplinares por meio de uma pedagogia crítica e questionadora das normas. Ela é o instrumento de resistência capaz de empoderar os educandos a pensar de forma crítica. Através da conscientização e de métodos pedagógicos alternativos, a educação pode fomentar a resistência às relações de poder hegemônicas promovendo a emancipação dos indivíduos e a transformação social (Carvalho, 2014).

Santos (2005) destaca a importância da resistência cultural quilombola na educação para afirmar a identidade e história dos quilombolas, que desafia as narrativas dominantes e as

estruturas de poder que buscam marginalizá-los. Ela se torna um meio pelo qual as comunidades quilombolas podem resistir às imposições externas às quais são submetidas construindo conhecimentos que refletem suas realidades e anseios fortalecendo a subjetividade quilombola com práticas inovadoras de poder.

No contexto da educação, Foucault e Santos reconhecem a educação como um instrumento de poder capaz de moldar os sujeitos. No entanto, Santos (2005) acrescenta afirmando que a educação nas comunidades quilombolas não é apenas um meio de adquirir conhecimento. Ela é também um ato de resistência contra as relações de poder externas que buscam homogeneizá-los e marginalizá-los. Dessa forma, através de uma educação contextualizada e crítica, é possível promover a transformação social e a resistência às relações de poder hegemônicas. A educação quilombola é essencial na luta por autonomia e justiça social, permitindo que os quilombolas afirmem sua história e cultura diante das estruturas de poder hegemônicas.

3 METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo proposto nesta pesquisa, esta seção descreve o percurso metodológico adotado na realização deste estudo, apontando o tipo e abordagem de pesquisa realizada, os sujeitos envolvidos, a técnica coleta e análise dos dados utilizados. A Figura 1 destaca os pontos desta seção:

Figura 1

Percurso metodológico

OBJETIVOS	
Objetivo geral: Analisar os relatos dos quilombolas quanto suas experiências vivenciadas na comunidade Curral Novo, no que tange aos desafios de acesso à educação e ao trabalho digno, influenciando o êxodo rural, sob a ótica das relações de poder de Michel Foucault.	
Objetivo 1: Descrever as dinâmicas das relações de poder na Comunidade Curral Novo sob a ótica de Foucault, identificando como as forças externas controlam e dominam a comunidade, influenciando o êxodo rural, e como esse controle se manifesta dentro da comunidade.	Objetivo 2: Identificar os mecanismos de resistência adotados pelos quilombolas diante das condições adversas e pressões externas e como eles contribuem com as migrações para os centros urbanos.
Objetivo 3: Refletir sobre o papel da educação quilombola como ato de resistência às relações de poder e ferramenta de reafirmação no enfrentamento do êxodo rural e preservação ancestral dos quilombolas.	
PERCURSO METODOLÓGICO	
Tipo de pesquisa	Pesquisa qualitativa e descritiva
Método	História Oral
Sujeitos da pesquisa	Moradores da comunidade quilombola Curral Novo
Coleta de dados	Entrevistas semiestruturadas abertas

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

3.1 Caracterização da pesquisa

A pesquisa se caracteriza como qualitativa que, atualmente, ocupa uma posição reconhecida dentre as diversas possibilidades de estudar fenômenos que envolvem os seres humanos e relações sociais que se estabelecem em contextos diversos. Essas pesquisas apresentam características essenciais que as identificam como qualitativas. Nesta perspectiva, o fenômeno pode ser entendido melhor no contexto em que acontece e no qual está inserido permitindo uma análise integrada. Para isso, se faz necessário que o pesquisador vá ao campo para compreender o fenômeno na visão das pessoas envolvidas. A partir disso, o pesquisador pondera todos os pontos de vista relevantes, realiza a coleta e análise dos dados para compreender o fenômeno (Godoy, 1995). A autora aborda a pesquisa qualitativa como uma abordagem investigativa que foca na compreensão aprofundada e na contextualização dos construtos sociais e humanos com uso de técnicas que permitem uma análise rica dos dados

coletados.

Além disso, a pesquisa é considerada descritiva por sua finalidade de descrever as características de uma população e o fenômeno em estudo. Tem como objetivo analisar os relatos dos quilombolas quanto suas experiências vivenciadas na comunidade Curral Novo, no que tange aos desafios de acesso à educação e ao trabalho digno, influenciando o êxodo rural, sob a ótica das relações de poder de Michel Foucault.

Analisar os relatos dos quilombolas quanto suas experiências vivenciadas na comunidade Curral Novo, no que tange aos desafios de acesso à educação e ao trabalho digno, influenciando o êxodo rural, sob a ótica das relações de poder de Michel Foucault.

O método de pesquisa utilizado é a história oral, que é um fenômeno atual em seu contexto real, que neste caso é a relação de poder e sua influência no êxodo rural quilombola da comunidade Curral Novo. Segundo Ribeiro (2020), as narrativas dos sujeitos quilombolas baseadas em suas vivências são fundamentais para preservar a memória coletiva e transmitir os saberes ancestrais dessas comunidades. Essas histórias de resistência, luta e sobrevivência, muitas vezes ausentes dos registros oficiais, desempenham um papel extremamente relevante na manutenção da identidade cultural e da harmonia social dos quilombolas,

A história oral é um instrumento valioso para entender a relação entre os seres humanos e seu ambiente, em especial os povos tradicionais. Essa metodologia permite aos pesquisadores o registro, mas também a preservação dos saberes cultural, social e ambiental transmitidos pelas gerações mais velhas. Este método não se limita apenas aos registros escritos, mas é uma abordagem que valoriza a oralidade, que permite captar dados valiosos que podem se perder pela ausência do registro escrito. É relevante em pesquisas etnográficas, pois contribui para documentar e compreender as estratégias de sobrevivência e as memórias coletivas dessas comunidades ligadas fortemente às tradições orais (Stanisk *et al.*, 2015).

O método da história oral permite registrar as narrativas dos povos tradicionais como "mapas mentais", os quais refletem suas experiências, saberes e percepções sobre o território. Ela contribui para a compreensão de como essas comunidades vêm e interagem com o ambiente ao longo do tempo e suas práticas culturais. Além disso, pode proporcionar habilidades e conhecimentos aos povos dessas comunidades para buscarem soluções de desenvolvimento sustentável em suas próprias terras (Stanisk, Floriani & Silva, 2015).

A história oral é valorizada por sua capacidade de trazer visibilidade às vozes de grupos marginalizados, registrar histórias pessoais e experiências vividas, e proporcionar uma compreensão integral e inclusiva da história. No entanto, é importante reconhecer que os relatos orais podem ser influenciados pela memória, interpretação pessoal e contexto social,

sendo necessária uma abordagem crítica e minuciosa dos pesquisadores (Gomes & Santana, 2010).

Para Gomes e Santana (2010), a história oral é uma metodologia de pesquisa que envolve a coleta, registro e análise de relatos de pessoas sobre eventos, como também suas experiências e memórias do passado. Para as autoras, esses relatos podem incluir entrevistas, narrativas pessoais, testemunhos e outras formas de expressão oral. Ela se destaca por oferecer uma perspectiva única, capaz de complementar os registros históricos tradicionais, focados muitas vezes em documentos escritos ou oficiais. A História Oral, como método de pesquisa, envolve várias etapas, sendo a primeira delas o planejamento da pesquisa.

Nesta etapa, o pesquisador define o tema, o período histórico e os objetivos da pesquisa. Seleciona também os participantes para as entrevistas considerando sua relevância para o tema e sua disponibilidade para participar. A segunda etapa é a coleta de dados, na qual o pesquisador realiza entrevistas com os participantes, com o intuito de obter relatos detalhados e significativos sobre os eventos e experiências ligados ao tema da pesquisa. As entrevistas podem ser estruturadas, ou seja, um conjunto de perguntas predefinidas, ou não estruturadas permitindo aos participantes compartilhar suas experiências de forma livre. A terceira etapa consiste na transcrição das entrevistas e documentação, na qual, após a gravação das entrevistas, são transcritas e documentadas para facilitar a análise, preservando os relatos para futuras referências. Neste passo é importante garantir a precisão e fidelidade na transcrição dos relatos. A quarta etapa é a análise e interpretação dos dados e, neste momento, o pesquisador analisa os relatos coletados identificando padrões, temas recorrentes, contradições e inovações relevantes para a pesquisa Gomes e Santana (2010).

Essa análise pode envolver a comparação dos relatos de diferentes participantes e também a contextualização das experiências individuais dentro de um contexto histórico mais amplo. E, por último, a apresentação dos resultados como etapa final, sendo nesta etapa que os resultados da pesquisa são apresentados de forma apropriada ao público-alvo. Neste caso, os resultados podem ser apresentados em formato de artigo acadêmico, livro, documentário, exposição, entre outros. As autoras enfatizam que é importante também contextualizar os relatos dentro do contexto histórico, fornecendo uma reflexão crítica sobre sua relevância e significado (Gomes & Santana, 2010).

3.2 Unidade de análise e sujeitos de pesquisa

A unidade de análise deste estudo foi a Comunidade Quilombola “Curral Novo”,

localizada no Município de Virgem da Lapa, região do Médio Jequitinhonha, nordeste de Minas Gerais, localizada a 20 km da sede municipal de Coronel Murta (Cedefes) a qual teve seu reconhecimento como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural de Palmares 13/03/2007. A pesquisa teve como sujeitos, os moradores quilombolas da comunidade Curral Novo que residiam dentro ou nas proximidades do quilombo.

A escolha da unidade analisada foi motivada pela experiência pessoal da pesquisadora com os moradores da Comunidade Quilombola Curral Novo do Vale do Jequitinhonha entre o período de 2017 a 2020. Nesse período, a pesquisadora, juntamente com um grupo de pessoas, teve oportunidade de vivenciar de perto a realidade dessa comunidade que emerge como um exemplo marcante de resistência representando os vários desafios enfrentados por diversas comunidades rurais no Brasil. Composta, na época, por aproximadamente 120 pessoas, ela apresentava uma dinâmica peculiar, tanto em suas características sociais quanto em sua infraestrutura.

Em relação às pessoas que habitavam no Curral Novo, na época, notou-se uma diversidade de perfis físicos, porém, foi na esfera dos relacionamentos que elas se destacaram devido às suas particularidades marcantes. A maioria dos casamentos na comunidade não eram oficializados e era comum serem realizados entre as próprias famílias. Os filhos, ao se casarem, continuavam morando com seus pais, uma vez que a falta de casas próprias era uma realidade para muitos residentes. As moradias eram construídas principalmente com adobe, distribuídas de forma dispersa ao longo do terreno acidentado da região. Das 28 residências existentes, algumas careciam de banheiros, levando os moradores a recorrerem à natureza para suas necessidades fisiológicas. Outras casas possuíam banheiros externos, refletindo a precariedade das condições sanitárias em algumas áreas da comunidade.

A falta de infraestrutura básica se estendia ao abastecimento de água, que era realizado de maneira precária, através de um sistema que incluía um poço artesiano com bomba elétrica, uma caixa d'água abastecida por caminhão da prefeitura e uma mina, sendo necessário comprar água em casos extremos. No âmbito educacional, as crianças frequentavam os anos iniciais na escola localizada dentro do quilombo e os anos finais na Escola Fazenda, fora da comunidade, retornando para casa apenas nos finais de semana. Já o ensino médio era ministrado em escolas na Capital de Virgem da Lapa.

Embora houvesse transporte disponível para as crianças que estudavam na cidade, a qualidade das estradas representava um desafio adicional para o acesso à educação. As atividades de lazer e saúde na comunidade eram limitadas, com um bar local sendo o principal ponto de encontro para os moradores. A oferta de serviços de saúde era precária, com consultas

médicas esporádicas realizadas na casa da cultura localizada dentro da comunidade e exames laboratoriais realizados fora, em Virgem da Lapa. Em casos de maior gravidade, como internações hospitalares, os moradores eram encaminhados para cidades vizinhas. Em termos religiosos, não havia igrejas estabelecidas no quilombo. A comunidade Curral Novo refletia a predominância da religião católica, embora algumas pessoas também participassem de cultos evangélicos em Virgem da Lapa.

Durante esse período, estabeleceu-se um contato mais próximo entre a pesquisadora e os moradores da comunidade com visitas às suas casas e com a promoção de atividades como oficinas de artesanato para as mulheres e contação de histórias para as crianças. Essas interações permitiram à pesquisadora obter uma compreensão mais profunda da realidade enfrentada pela comunidade. Além disso, por meio de um questionário oral aplicado anteriormente aos moradores, pois a maioria deles eram idosos e não possuíam habilidades de leitura e escrita, foi possível identificar um pouco o perfil da comunidade. As respostas foram registradas em formulários impressos com o objetivo de identificar a situação socioeconômica da comunidade. Esses questionários forneceram informações relevantes sobre a realidade local, incluindo a fonte de renda, estrutura familiar e condições de vida.

No decorrer das caminhadas pelo território, foram observadas as condições precárias de infraestrutura e moradia enfrentadas pelos quilombolas. Apesar da fertilidade da terra, a falta de água encanada limitava a capacidade dos moradores de cultivarem seus próprios alimentos. Ao longo dos anos, observou-se uma redução significativa no número de moradores da comunidade, especialmente homens. Muitos saíam da comunidade temporariamente para trabalhar em outras regiões na colheita de café, uva ou cana de açúcar, mas não retornavam para suas famílias. Por essa razão, suas esposas, desamparadas, ficaram conhecidas na região como “viúvas de maridos vivos”, pois muitos desses homens nunca voltavam para seus lares e famílias.

Essa situação suscitou questionamentos sobre as motivações por trás da migração desses homens e os fatores que os levavam a romper os vínculos de sua ancestralidade, abandonar suas famílias e tradições para se submeterem a trabalhos, muitas vezes, análogos à escravidão em troca de uma remuneração insuficiente para garantir sua própria subsistência. Essas indagações despertaram o interesse da pesquisadora quanto aos desafios enfrentados por essas comunidades e de compreender o que estaria por trás do fenômeno dessa migração surgindo assim, a questão central deste estudo: Analisar os relatos dos quilombolas quanto às suas experiências vivenciadas na comunidade Curral Novo, no que tange aos desafios de acesso à educação e ao trabalho digno, influenciando o êxodo rural, sob a ótica das relações de poder

de Michel Foucault.

3.3 Técnica de coleta de dados

Este estudo se concentrou na coleta dos dados por meio de entrevistas semiestruturadas abertas. A seleção dos participantes para a coleta dos dados foi realizada com todos os moradores que desejaram participar voluntariamente garantindo uma representação diversificada e abrangente. Este critério teve como pretensão enriquecer a pesquisa ao considerar diferentes experiências entre homens e mulheres, idade, tempo de moradia, envolvimento e atividades na comunidade Curral Novo. A técnica de coleta dos dados foi guiada por meio da gravação em áudio seguindo um roteiro de entrevistas semiestruturadas abertas sobre o construto em estudo (Gaskell, 2002) conforme Figura 2.

Figura 2

Roteiro de entrevista

PERGUNTA	FONTE
1. Me conte sua história	Foucault (1996; 2021), Nunes (2019)
2. Pode me contar sobre a Comunidade Quilombola Curral Novo? Como surgiu a escolha do nome dela?	Foucault (2005), Silva (2018)
3. Fale um pouco das tradições e costumes da comunidade, histórias de seus antepassados e como isso é importante.	Moura (1987), Ratts (2007), Costa et.al (2013), Santos (2015), Nascimento (2021)
4. Me conte como foi crescer na comunidade!	Foucault (2019), Soares (2019)
5. Conte como é a educação das crianças e jovens na comunidade e qual a importância da educação na sua vida e das pessoas no quilombo.	Foucault (2001), Santos (2005), Carvalho (2014), Bezerra Carril (2017), Santos (2018), Oliveira (2020), Ribeiro (2020), Nascimento (2021), Santos (2023)
6. Me conte sobre as dificuldades de morar no quilombo e das mudanças ocorridas na comunidade. O que a comunidade faz para manter seu território, cultura e tradições diante das influências externas, da cidade, por exemplo?	Foucault (1988;1999), Muchail (2004)
7. Me conte sobre as mudanças nas tradições, modo de vida, costumes na comunidade durante o tempo que você mora aqui.	Soares (2019), Foucault (2021)
8. O que a comunidade faz para manter seu território, cultura e tradições diante das influências da cidade, como estilo de vida urbano, trabalho, educação, lazer, etc.	Santos (2015), Costa (2017)
9. Como é o funcionamento dentro da comunidade: regras, normas, liderança, etc.	Foucault (2019; 2021), Alves & Azevedo (2021)
10. Fale sobre o que você pensa sobre sair da comunidade para trabalhar na Capital. Conhece alguém? Como foi?	Moura (1987), Esteves (2016), Furtado e Camilo (2016), Foucault (2019), Santos (2023)
11. Poderia contar sobre as condições de vida na comunidade: O como afeta os moradores; o que poderia melhorar, como buscam essas melhorias. Como isso poderia incentivar os moradores a ficarem no quilombo?	Foucault (2019; 2021), Leite (2012), Costa (2017), Alves & Azevedo (2021), Santos (2023)
12. Poderia me falar o que você entende por resistência quilombola?	Nascimento (2021), Santos (2023)
13. Como você espera que a comunidade esteja futuramente? Educação, saúde, emprego, cultura, etc.	Pinto (1999), Foucault (2019), Santos (2023)

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Dessa forma, a coleta de dados foi realizada com o total de 10 moradores quilombolas de diferentes faixas etárias, todos acima de 18 anos sendo um homem e nove mulheres. Os participantes se declararam quilombolas pertencentes à Comunidade Curral Novo, apesar de alguns residirem dentro e outros fora da comunidade. Por se encontrarem no município de Virgem da Lapa, local onde seria realizada a entrevista, eles se dispuseram a participar respondendo às perguntas desta pesquisa. A entrevista foi realizada na residência de uma das entrevistadas, individualmente, em um cômodo reservado para essa finalidade. Enquanto os demais participantes aguardavam, em outro local dentro da residência, a sua vez de serem entrevistados. As perguntas realizadas na entrevista foram elaboradas para atender aos objetivos propostos neste estudo, conforme Figura 3.

Figura 3

Questões norteadoras para atender aos objetivos da pesquisa

Objetivo geral: Analisar os relatos dos quilombolas quanto às suas experiências vivenciadas na comunidade Curral Novo no que tange aos desafios de acesso à educação e ao trabalho digno, influenciando o êxodo rural, sob a ótica das relações de poder de Michel Foucault.	
Objetivo 1: Descrever as dinâmicas das relações de poder na Comunidade Curral Novo sob a ótica de Foucault, identificando como as forças externas controlam e dominam a comunidade, influenciando o êxodo rural, e como esse controle se manifesta dentro da comunidade.	Perguntas: 1,2,4,7,9
Objetivo 2: Identificar os mecanismos de resistência adotados pelos quilombolas diante das condições adversas e pressões externas e como eles contribuem com as migrações para os centros urbanos.	Perguntas: 3,8,10,11
Objetivo 3: Refletir sobre o papel da educação quilombola como ato de resistência às relações de poder e ferramenta de reafirmação no enfrentamento do êxodo rural e preservação ancestral dos quilombolas.	Perguntas: 5,6,12, 13

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

De modo a garantir a confidencialidade das respostas e obter autorização para realizar a pesquisa, foi solicitada aos entrevistados a permissão por meio do termo de consentimento livre TCL, disponível no apêndice A. Foram coletados também os dados sociodemográficos dos quilombolas, sendo nove mulheres quilombolas e um homem. Os dados dos participantes não foram divulgados no apêndice desta pesquisa, a fim de preservar a identificação dos mesmos.

3.4 Estratégia de análise dos dados

Após a aplicação e gravação das entrevistas, elas foram transcritas na íntegra utilizando o recurso de transcrição da *Microsoft Word*. Foram realizadas as correções necessárias preservando a reprodução fiel dos depoimentos. Os dados obtidos das transcrições foram

categorizados e organizados no editor de texto *Word*.

Os dados produzidos foram analisados em consonância com a técnica de Análise Temática (AT), proposta por Braun e Clarke (2006; 2017). Segundo Rosa e Mackedanz (2021), a análise temática de Braun e Clarke (2006) é amplamente utilizada na pesquisa qualitativa, especialmente em áreas como educação e ciências sociais. Essa abordagem permite que os pesquisadores identifiquem, analisem e relatem padrões dentro dos dados qualitativos, proporcionando uma compreensão mais profunda das experiências e percepções dos participantes. Uma das principais vantagens da análise temática é sua flexibilidade, pois não está rigidamente vinculada a um referencial teórico específico, permitindo que os dados sejam interpretados de maneira mais livre e acessível.

O processo de análise temática pode ser dividido em várias etapas, cada uma desempenhando uma função essencial na organização e interpretação dos dados (Braun & Clarke, 2006). A primeira etapa é a familiarização com os dados, onde o pesquisador imerge nos dados coletados, que podem incluir entrevistas, grupos focais ou textos. Essa imersão é fundamental para entender o conteúdo e o contexto das informações, permitindo que o pesquisador desenvolva uma compreensão profunda das narrativas dos participantes.

Em seguida, o pesquisador passa para a geração de códigos iniciais. Nesta fase, partes relevantes dos dados são destacadas e rotuladas com códigos que capturam o significado dessas seções. Estes códigos servem como uma forma de organizar os dados e facilitar a identificação de padrões (Braun & Clarke, 2006).

A terceira etapa envolve a busca por temas. Aqui, os códigos gerados são agrupados em temas mais amplos, permitindo que o pesquisador identifique padrões e conexões significativas entre os dados. Essa organização é essencial para a construção de uma narrativa coerente que reflita as experiências dos participantes (Braun & Clarke, 2006).

Após a identificação inicial dos temas, o pesquisador deve realizar uma revisão dos temas. Essa fase é fundamental para garantir que os temas sejam coerentes e representem adequadamente os dados. O pesquisador pode combinar, dividir ou eliminar temas que não sejam suficientemente robustos, refinando assim a análise (Braun & Clarke, 2006).

A quinta etapa é a definição e nomeação dos temas. Cada tema deve ser claramente descrito e nomeado, de modo que o pesquisador possa explicar o que cada um representa e como se relaciona com a pesquisa. Essa clareza é essencial para a comunicação dos resultados (Braun & Clarke, 2006).

Por fim, o último passo é a produção do relatório que deve apresentar os temas identificados de forma concisa e lógica, incluindo evidências dos dados, como citações dos

participantes para ilustrar os pontos principais. Essa apresentação é essencial para transmitir os achados da pesquisa de maneira clara e acessível (Braun & Clarke, 2006).

A análise temática para a pesquisa qualitativa permite que os pesquisadores explorem e interpretem dados de forma flexível e rigorosa. Ao seguir as etapas de familiarização, geração de códigos, busca e revisão de temas, definição, nomeação e produção do relatório, os pesquisadores podem extrair significados profundos e relevantes das experiências dos participantes. Assim poderão contribuir para uma compreensão mais rica e contextualizada dos fenômenos estudados (Braun & Clarke, 2006).

Neste sentido, a análise temática é uma estratégia que analisa e interpreta dados qualitativos. Ela permite que os pesquisadores identifiquem e explorem padrões e temas significativos dentro dos dados coletados, ajudando a compreender as experiências, percepções e significados que os participantes atribuem a determinados fenômenos.

Essa metodologia é útil em pesquisas qualitativas, pois oferece uma abordagem flexível que pode ser adaptada a diferentes contextos e questões de pesquisa (Braun & Clarke, 2006). Ao utilizar a análise temática, os pesquisadores podem organizar e interpretar dados iniciais coletados e ainda não processados em descobertas valiosas e significativas. Dessa forma, poderão contribuir para uma compreensão mais profunda dos fenômenos estudados reafirmando e reconhecendo o valor das vozes dos participantes (Braun & Clarke, 2006).

Para Braun e Clarke (2006), a Análise Temática é apresentada, ainda, como um método não definido rigidamente, permitindo uma aplicação ampla e em diferentes contextos de pesquisa. Destacam que a análise temática é uma ferramenta útil, que pode gerar uma riqueza de dados detalhados, sem a necessidade de um embasamento teórico prévio. Isto diferencia esta metodologia de outras como a Análise de Conteúdo e a Análise do Discurso. Um dos principais argumentos de sua importância se dá pela sua imparcialidade, pois a Análise Temática não requer a adesão a uma teoria específica. Isto a torna uma opção viável para pesquisadores que desejam evitar vieses teóricos na coleta e análise de dados que possam influenciar intencionalmente os resultados da pesquisa. Isso significa que a análise temática pode ser utilizada em pesquisas educacionais, sem a necessidade de se vincular à uma corrente teórica específica, permitindo maior liberdade na interpretação dos dados (Braun & Clarke, 2006).

A utilização da Análise Temática é relevante na área da administração, especialmente em ciências, na qual a metodologia pode ser aplicada para interpretar dados qualitativos eficazmente. Nesse sentido, a análise temática pode ser uma alternativa para pesquisadores que desejam entender fenômenos educacionais sem as restrições teóricas mais rígidas. Isto permite que os pesquisadores se concentrem nas questões de pesquisa sem a necessidade de se

comprometerem com teorias complexas (Braun & Clarke, 2006).

Diante disso, a Análise Temática será a metodologia utilizada para conduzir esta pesquisa por se destacar por sua flexibilidade e ausência de viés teórico, tornando-se uma ferramenta relevante para pesquisadores na área da educação em ciências (Rosa & Mackedanz, 2021). Por ser flexível, pode ser aplicada inclusive em relatos de vivências como a dos quilombolas, sujeitos dessa pesquisa, permitindo uma exploração mais profunda das complexidades emergentes vividas por eles.

A análise temática permite, também, coletar informações detalhadas sobre as experiências e percepções dos quilombolas utilizando um conjunto de perguntas pré-definidas, além de possibilitar ao entrevistador a flexibilidade para fazer perguntas adicionais com base nas respostas do entrevistado. Essa análise poderá revelar como as dinâmicas das Relações de Poder e Resistência se evidenciam nos relatos dos quilombolas. Poderá enriquecer os resultados deste estudo, trazendo à tona os desafios implícitos vividos pelos quilombolas, como o êxodo rural, o acesso à educação e ao trabalho digno dos moradores da comunidade Curral Novo.

Nesta pesquisa, a análise dos dados foi guiada pelos seguintes passos da análise temática (Braun & Clarke, 2006).

Fase 1 – A familiarização com os dados ocorreu durante a correção das transcrições das entrevistas. Inicialmente, a transcrição ocorreu pela entrevista individual dos participantes, abrangendo todas as questões propostas. Em seguida, foi organizado um arquivo agrupando as respostas de todos os entrevistados por pergunta da pesquisa, de forma a facilitar a identificação das respostas em relação a cada questão específica. Esse processo envolveu ouvir repetidamente cada gravação e reler os dados várias vezes para uma compreensão profunda do conteúdo. Durante essa etapa, foram feitas marcações no texto com cores diferentes e anotações para destacar falas importantes e identificar temas significativos nos relatos, de forma a facilitar a criação dos códigos iniciais.

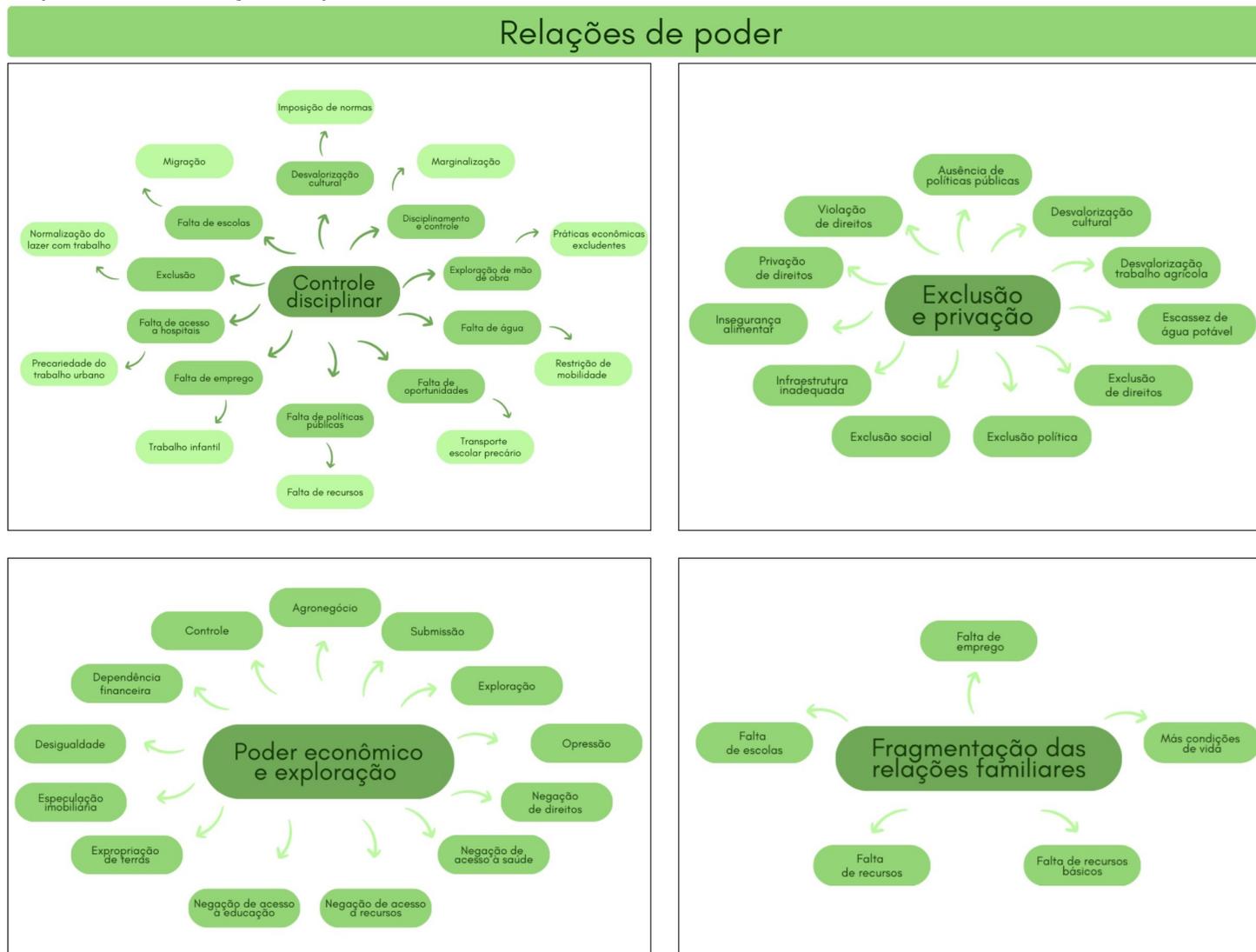
Fase 2 – Gerando códigos iniciais: Após a familiarização dos dados foi realizada a correção das transcrições e os dados foram organizados em uma tabela com duas colunas contendo na primeira os extratos das falas e, na segunda coluna, os códigos gerados identificados nelas. Posteriormente buscou-se identificar e agrupar em temas os códigos gerados pela semelhança de seus significados e relevantes para responder ao questionamento desta pesquisa. Assim foram selecionados os códigos iniciais por sua significância para o estudo. Buscou-se identificar trechos relevantes, com ideias semelhantes que representassem características significativas a serem analisadas nos dados selecionados. Em seguida, foi criado

um código que representasse a ideia principal de cada trecho da fala do entrevistado resultando, assim, na geração de todos os códigos iniciais.

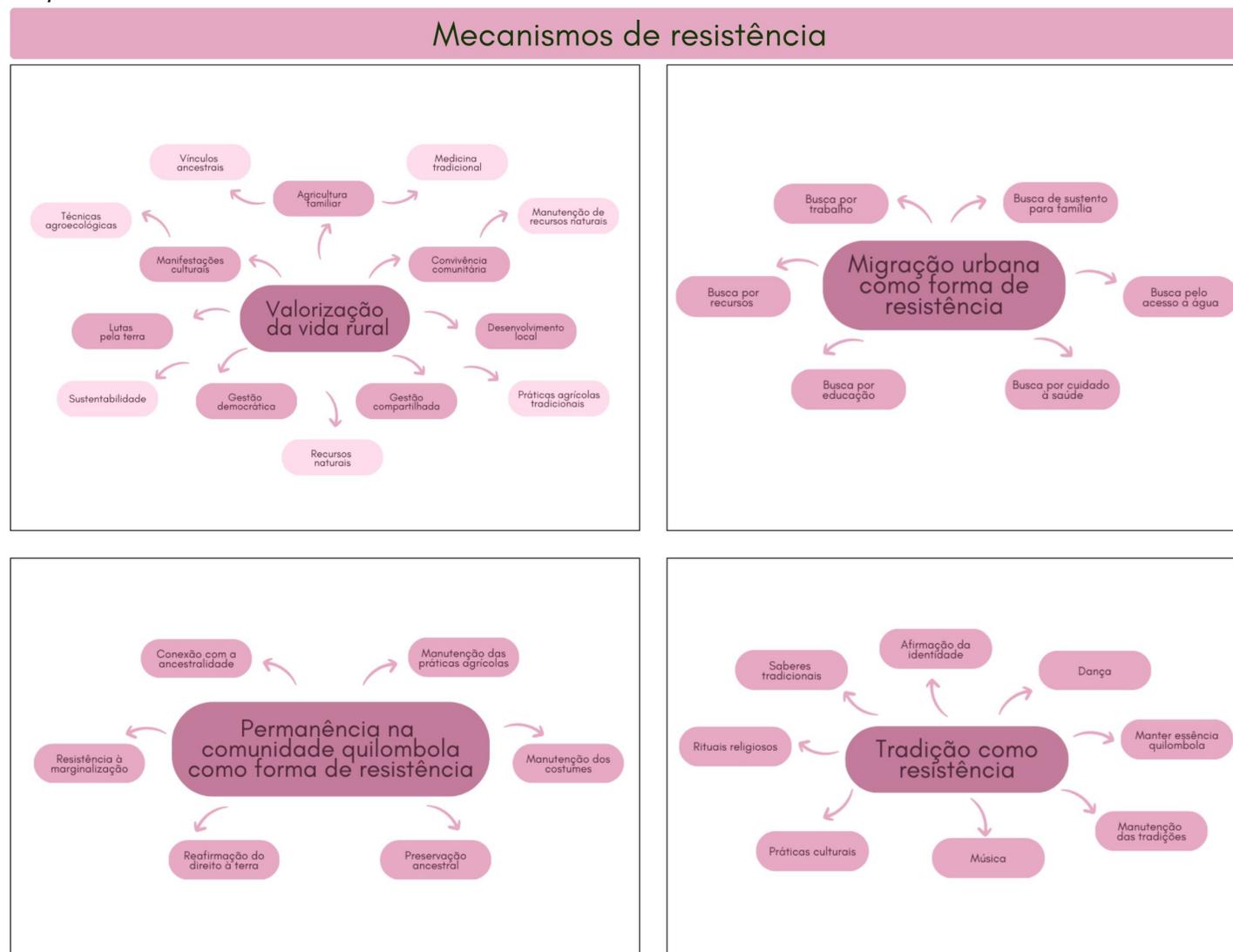
Fase 3 – Nesta fase foi realizada a busca por temas com o refinamento dos dados, efetuando a exclusão, alteração e junção de códigos. Em seguida os códigos foram agrupados em temas, resultando em quatro eixos temáticos correspondentes a cada objetivo específico da pesquisa. Em seguida esses códigos foram agrupados ao seu tema correspondente como fundamentação de resposta aos seus respectivos objetivos.

Fase 4 – Nesta fase foi realizada a revisão dos temas identificando os temas iniciais, revisando os mesmos para garantir que cada um deles representasse uma estrutura clara e consistente. Nesta etapa os códigos foram reavaliados dentro de cada tema, levando-se em consideração sua relevância e representatividade em relação ao objetivo da pesquisa. Foi verificada a pertinência de cada tema na apresentação das ideias dos códigos correspondentes, de forma que eles refletissem com fidelidade as vivências dos participantes. Outros códigos foram realocados para outro tema mais adequado, visando oferecer uma interpretação mais consistente na análise desses temas.

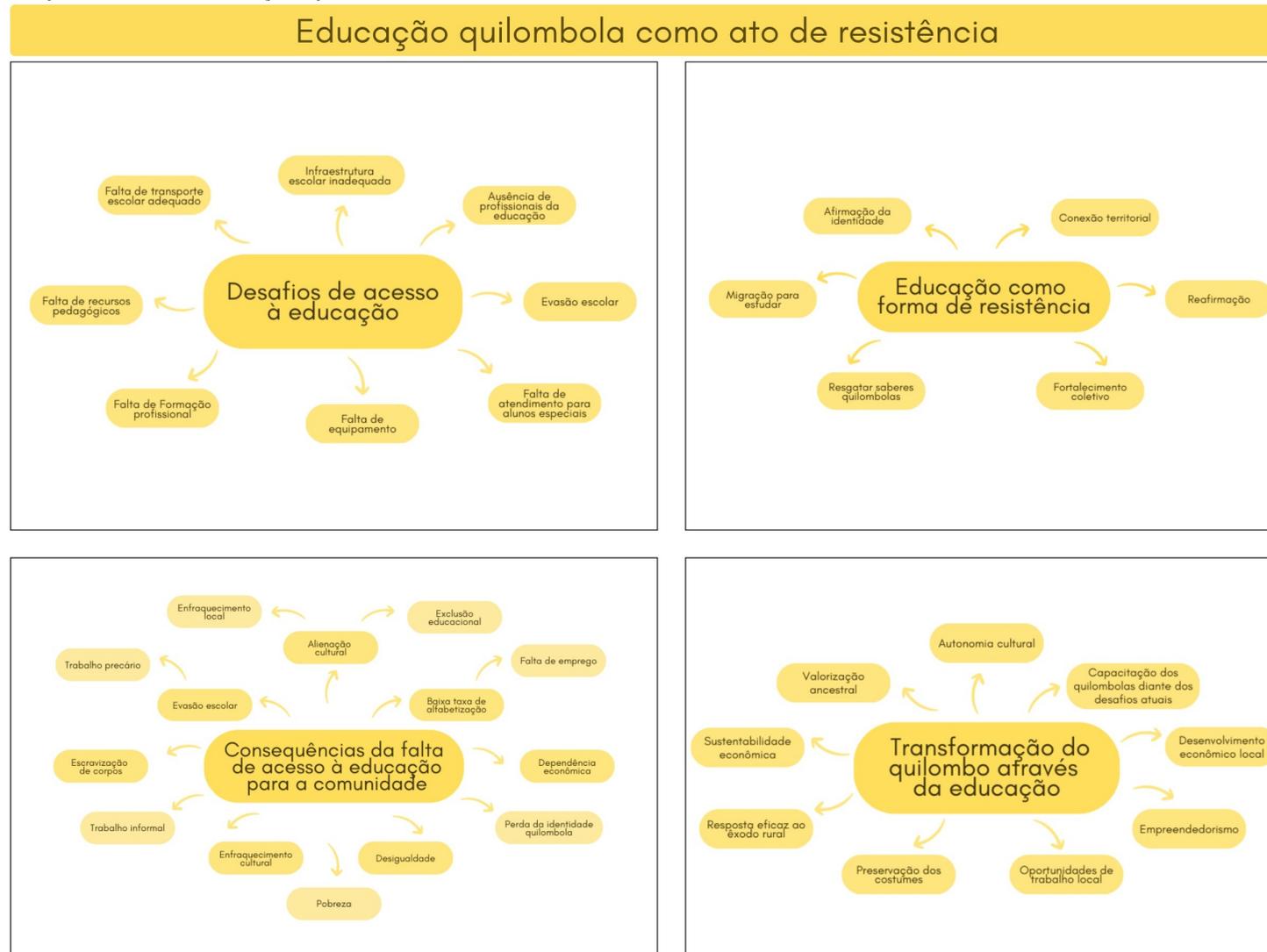
Fase 5 – Na quinta fase, foram definidos e nomeados o tema, subtemas e códigos finais com o intuito de apresentar uma compreensão clara e a conexão entre cada um deles. A cada código foi atribuída uma breve descrição, de acordo com sua relevância de significado para nomeação, mostrando como eles se conectam aos seus respectivos subtemas, atendendo, assim, a seu respectivo objetivo específico da pesquisa. Dessa forma foi elaborado o mapa temático final representado nas Figuras 4, 5 e 6.

Figura 4*Mapa temático: relações de poder*

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Figura 5*Mapa temático: mecanismos de resistência*

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Figura 6*Mapa temático: educação quilombola como ato de resistência*

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Fase 6 – Na sexta fase, com o relatório final já com a definição dos temas concluídos, a análise dos dados foi organizada em quatro eixos temáticos principais apresentados com base nos extratos das entrevistas. Cada tema foi analisado em consonância aos objetivos específicos buscando responder ao questionamento central da pesquisa sobre as estratégias das relações de poder e resistência quilombola diante do êxodo rural. A análise constatou também como a educação quilombola se manifesta como uma forma de poder e resistência no êxodo rural, contribuindo para a permanência dessas comunidades no campo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste estudo, a Análise Temática (AT) de Braun e Clarke (2006) possibilita uma reflexão complexa sobre as dinâmicas sociais e educacionais que permeiam a Comunidade Quilombola Curral Novo. A análise se estende a partir dos três objetivos específicos: i) descrever as dinâmicas das relações de poder na Comunidade Curral Novo sob a ótica de Foucault, identificando como as forças externas controlam e dominam a comunidade, influenciando o êxodo rural, e como esse controle se manifesta dentro da comunidade; ii) identificar os mecanismos de resistência adotados pelos quilombolas diante das condições adversas e pressões externas e como eles contribuem com as migrações para os centros urbanos; e iii) refletir sobre o papel da educação quilombola como ato de resistência às relações de poder e ferramenta de reafirmação no enfrentamento do êxodo rural e preservação ancestral dos quilombolas.

A partir disso, criou-se quatro eixos temáticos para cada um dos objetivos específicos. Para o primeiro objetivo, tem-se Eixo 1 – Controle Disciplinar; Eixo 2 – Poder Econômico e Exploração; Eixo 3 – Exclusão e Privação; e Eixo 4 – Fragmentação das Relações Familiares.

O primeiro eixo identificado, “Controle Disciplinar”, revela como o poder se articula de maneira a controlar o espaço e o uso da terra na comunidade. Segundo Foucault (2019), o poder não é algo que se possui, mas que se exerce em redes, e na Comunidade Curral Novo, essa rede de poder se manifesta, primeiramente, no controle sobre o território. As forças externas, como o agronegócio e as políticas governamentais de desenvolvimento rural, exercem um poder disciplinador sobre os quilombolas, restringindo suas opções de uso da terra e dificultando a manutenção da agricultura de subsistência, que é uma prática central para a sobrevivência da comunidade. Este controle sobre o território impacta diretamente o modo de vida dos moradores, criando uma situação de dependência econômica e vulnerabilidade que frequentemente culmina no êxodo rural.

O segundo eixo, “Poder Econômico e Exploração”, centra no fato de que o poder econômico exerce um controle sutil, mas eficaz, sobre as comunidades quilombolas, perpetuando a exploração e a marginalização dessas populações. O poder não se manifesta apenas através da força física ou da legislação, mas também por meio de dispositivos econômicos que mantêm os quilombolas em posições subalternas, onde a falta de acesso a recursos essenciais, como terra, crédito e infraestrutura, limita suas possibilidades de autonomia. As relações de exploração se inscrevem nos corpos e nas subjetividades, conforme Foucault (2021) descreve, criando um sistema onde os quilombolas são vistos como mão de

obra precarizada ou como um obstáculo ao progresso, em vez de atores autônomos com direitos sobre seus territórios e modos de vida. A exploração econômica, nesse sentido, não se reduz a apropriação direta de recursos, mas é um processo contínuo de exclusão, onde o poder disciplinar controla a produção, regula o comportamento e invisibiliza a luta pela autonomia das comunidades.

Já no terceiro eixo, “Exclusão e Privação”, estas se classificam como formas de poder que operam de maneira sistemática para marginalizar esses grupos e controlar seus corpos e territórios. Foucault (2021) sugere que o poder não se exerce apenas através da coerção direta, mas também por meio de mecanismos sutis que disciplinam e regulam a vida social, criando desigualdades estruturais. No caso das comunidades quilombolas, a exclusão se manifesta pela negação de direitos básicos, como o acesso à terra, à educação, à saúde e a recursos econômicos, enquanto a privação material e simbólica reforça a condição de invisibilidade social. Esse processo de exclusão opera como uma estratégia de controle, onde os quilombolas são afastados das esferas de poder e decisão, sendo vistos como cidadãos de segunda classe.

Ademais, no quarto eixo, “Fragmentação das Relações Familiares” é possível compreendê-la como um efeito das estratégias de poder que atuam sobre a organização social e o cotidiano desses grupos. Foucault (2021) argumenta que o poder disciplina e regula os corpos e as relações sociais de maneira difusa, interferindo em todas as esferas da vida. Nas comunidades quilombolas, essa fragmentação ocorre devido às pressões externas, como a necessidade de migração para áreas urbanas em busca de sobrevivência econômica, a expropriação de terras e a falta de acesso a serviços básicos. Esses fatores não apenas desestruturam a unidade familiar, ao afastar membros da comunidade, mas também enfraquecem a coesão social que tradicionalmente é a base da organização quilombola. Ao fragmentar as relações familiares, o poder externo compromete a transmissão de saberes culturais e de resistência, minando a autonomia das comunidades. Dessa forma, a desagregação familiar pode ser vista como uma forma de controle social que, ao enfraquecer os laços internos, reforça a dependência dessas comunidades das forças econômicas e políticas que historicamente as marginalizam.

No que tange ao segundo objetivo específico, tem-se os seguintes eixos temáticos: Eixo 1 – Valorização da Vida Rural; Eixo 2 – Migração Urbana como Forma de Resistência; Eixo 3 – Permanência na Comunidade Quilombola; Eixo 4 – Tradição como Resistência.

Este primeiro eixo, “Valorização da Vida Rural”, pode ser analisado como um ato de resistência às forças hegemônicas que buscam disciplinar e controlar os corpos e os espaços dessas populações. Foucault (2019) analisa o poder como algo que se infiltra em todas as esferas

da vida, regulando comportamentos e impondo normas, inclusive no que diz respeito à urbanização e ao desenvolvimento econômico. A manutenção da vida no campo, centrada na agricultura sustentável, nos saberes ancestrais e na relação com a terra, representa uma rejeição ao modelo de modernidade que privilegia o urbano em detrimento do rural. Esse ato de resistência preserva a identidade cultural quilombola e contraria as políticas que buscam deslegitimar e deslocar essas comunidades, reafirmando seu direito ao território e à autonomia.

No segundo eixo, “Migração Urbana como Forma de Resistência,” esta pode ser interpretada como uma forma paradoxal de resistência, onde a própria movimentação para os centros urbanos se torna uma estratégia de sobrevivência e contestação ao controle exercido sobre seus corpos e territórios. Foucault (2019) argumenta que o poder opera não apenas através de estruturas visíveis, mas também por meio de dinâmicas de exclusão que disciplinam e marginalizam os sujeitos. Ao migrar para as cidades, os quilombolas enfrentam a realidade da opressão econômica e social, mas, ao mesmo tempo, essa migração lhes oferece novas possibilidades. A busca por oportunidades urbanas permite o acesso a recursos e redes de apoio que podem fortalecer suas lutas territoriais e a preservação de sua identidade cultural. Nesse sentido, a migração urbana, embora resultado de pressões econômicas e políticas, também representa uma maneira de confrontar o abandono estatal e as dificuldades impostas pela vida rural, ao usar o espaço urbano como uma plataforma para reivindicação de direitos e visibilidade social.

No terceiro eixo, “Permanência na Comunidade Quilombola”, esta permanência é vista como uma forma de resistência ativa ao poder disciplinar que tenta controlar e marginalizar esses grupos através da regulação de corpos, espaços e comportamentos (Foucault, 2019). Neste viés, a decisão de permanecer no quilombo, apesar das pressões externas como o êxodo rural, a falta de recursos e o abandono estatal é uma maneira de desafiar as formas de controle que tentam forçar a dispersão e a assimilação dessas comunidades. Optando por permanecer em seus territórios, os quilombolas reafirmam sua autonomia sobre a terra e a vida coletiva, preservando suas tradições, seus saberes ancestrais e suas práticas de subsistência. A permanência no quilombo, então, é um ato que confronta as forças que historicamente tentam desarticular essas comunidades, garantindo a continuidade de sua identidade cultural e sua resistência contra a subjugação.

Por último, no quarto eixo, “Tradição como Resistência”, a tradição nas comunidades quilombolas funciona como uma forma de resistência ao poder disciplinar que historicamente busca submeter e controlar esses grupos, haja visto que o poder tenta homogeneizar toda a população culturalmente (Foucault, 2021). Por isso, mediante a manutenção e valorização de

seus costumes, os quilombolas desafiam essas tentativas, preservando uma memória coletiva e uma identidade que são fundamentais para sua resistência.

Além disso, no que se refere ao terceiro objetivo específico, foram elaborados estes quatro eixos temáticos: Eixo 1 – Desafios no Acesso à Educação da Comunidade; Eixo 2 – Consequências da Falta de Acesso à Educação para a Comunidade; Eixo 3 – Educação como Forma de Resistência; Eixo 4 – Transformação do Quilombo Através da Educação.

No primeiro eixo, “Desafios no Acesso à Educação da Comunidade”, tem-se que os desafios da comunidade quilombola podem ser compreendidos como parte de uma rede de poder que perpetua a exclusão e marginalização desses grupos (Foucault, 1999). Para os habitantes do Curral Novo, o sistema educacional é estruturado de maneira a desconsiderar suas especificidades culturais e históricas, operando como um dispositivo de controle que padroniza o conhecimento e silencia as vozes dessas populações. A ausência de escolas próximas e a desvalorização dos saberes quilombolas são manifestações desse poder que limita o acesso à educação e, através da restrição do direito à educação de qualidade, os quilombolas são impedidos de desenvolver plenamente suas capacidades e de utilizar a educação como uma ferramenta de emancipação.

No segundo eixo, “Consequências da Falta de Acesso à Educação para a Comunidade” estabelece-se que a falta de acesso à educação perpetua um ciclo de exclusão e marginalização que reforça as relações de poder desiguais. Para Foucault (2019), a educação, enquanto instituição, é uma ferramenta de controle social, e sua ausência cria um vazio de oportunidades para os quilombolas se apropriarem dos saberes dominantes e, ao mesmo tempo, perpetuarem seus próprios saberes e resistências culturais. Além disso, essa carência aprofunda a vulnerabilidade econômica, já que os quilombolas ficam restringidos a empregos de baixa qualificação e renda. Na ausência de um acesso educativo adequado, as possibilidades de mobilidade social e de fortalecimento da identidade coletiva são comprometidas, fazendo com que a falta de acesso à educação seja uma ferramenta para a manutenção do *status quo* e de subordinação dessas comunidades.

Em relação ao terceiro eixo, “Educação como Forma de Resistência”, compreende-se que a educação atua como ato de resistência às relações de poder e, como ferramenta de fortalecimento permite uma compreensão profunda e sistemática dos padrões, temas e significados que emergem na intersecção entre educação, resistência e poder. O fortalecimento aqui refere-se à capacidade das comunidades de gerir seus próprios territórios e reivindicar seus direitos de forma mais assertiva frente às pressões externas. Neste caso, envolve tanto a formação acadêmica tradicional quanto a valorização dos saberes locais, em um processo que

resgata a autonomia econômica e social das comunidades.

Por fim, o eixo quatro, “Transformação do Quilombo Através da Educação”, entende que esta transformação é um processo que vai além da mera aquisição de conhecimento acadêmico; trata-se de um movimento em direção à autonomia e à valorização da identidade cultural. A educação nas comunidades quilombolas tem o potencial de revitalizar práticas tradicionais, resgatar saberes ancestrais e promover o fortalecimento da coesão social. Essa transformação educacional não apenas empodera os indivíduos, mas também reconfigura as dinâmicas sociais dentro da comunidade, criando um ambiente onde a cultura é celebrada e onde todos têm um papel ativo na preservação de seus modos de vida.

Esses temas interconectados revelam a complexidade das vivências quilombolas em um contexto de relações de poder e resistência. A Análise temática permite, por conseguinte, uma compreensão das dinâmicas sociais e da importância da educação como um ato de resistência que permeia todos os aspectos da vida comunitária quilombola. Por meio da AT, ressalta-se que, apesar das adversidades enfrentadas, as comunidades quilombolas continuam a lutar por reconhecimento e valorização, utilizando a educação como uma ferramenta essencial para a preservação de sua identidade e para a construção de um futuro mais justo e equitativo.

4.1 As dinâmicas das relações de poder na Comunidade Curral Novo

Sob a ótica de Michel Foucault, as dinâmicas das relações de poder no Curral Novo podem ser compreendidas como uma complexa rede de controle e dominação que permeia tanto as interações internas quanto externas à comunidade. Isso se dá porque o poder, segundo Foucault (2021), não é exercido apenas de maneira hierárquica e repressiva, mas também através de mecanismos sutis de disciplina, normatização e vigilância, que regulam o comportamento e as escolhas dos indivíduos dentro de uma sociedade. No contexto da comunidade quilombola, as forças externas — como o Estado, o mercado, as instituições educacionais e as políticas públicas — desempenham um papel notável no controle sobre a vida dos quilombolas, impactando diretamente suas condições de existência e moldando as dinâmicas sociais e econômicas locais.

O controle externo também se manifesta por meio das políticas educacionais que, em grande parte, promovem currículos e práticas pedagógicas desvinculadas da realidade e dos saberes quilombolas. O controle, na perspectiva foucaultiana, se exerce através da transmissão de normas, valores e conhecimentos que moldam os sujeitos de acordo com as exigências da sociedade dominante (Foucault, 1999). A partir disso, em consonância com a Análise Temática

de Braun e Clarke (2006), estabeleceu-se quatro eixos temáticos, a fim de agrupar as respostas dos entrevistados, como apresentado na Figura 7:

Figura 7

Eixos temáticos do objetivo específico 1

Objetivo 1: Descrever as dinâmicas das relações de poder na Comunidade Curral Novo sob a ótica Foucaultiana, identificando como as forças externas controlam e dominam a comunidade, influenciando o êxodo rural, e como esse controle se manifesta dentro da comunidade.	Eixos temáticos
	1 – Controle Disciplinar
	2 – Poder Econômico e Exploração
	3 – Exclusão e Privação
	4 – Fragmentação das Relações Familiares

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

No que tange ao Eixo 1 – Controle Disciplinar, dentro da própria comunidade quilombola, pode-se observar que o controle disciplinar não é exercido apenas pelas forças externas, mas também podem ser reproduzidos internamente. No Curral Novo, isso pode ser observado em como os próprios membros da comunidade, ao internalizarem normas e expectativas externas impostas a eles, acabam por perpetuar relações de controle. Isso pôde ser observado nas seguintes falas sobre a dinâmica rural no quilombo:

Todo mundo fazia coisinha. É tanto que eu com 10 anos, eu já capinava, arrancava cepa de arroz, que era coisa pesada! Eu com 10 anos, eu já fazia isso, né. Plantando capim o dia inteiro no sol quente...gostava, a gente era feliz, né? A gente era feliz naquela época até hoje também, né? Ó, infância, infância, naquela época a gente não tinha, né. Que era muito sofrido, sabe? Desde os 7 anos a gente ‘trabaiava’ arrancando cepa de arroz, pegando arroz, limpando feijão, tudo um pouco, né? E não tinha tempo nem de ir na escola, sempre ‘trabaiando’, né, plantando capim. Tudo que é de serviço a gente fazia, sabe, não tinha nem tempo de estudar (Quilombola 1).

A gente ia socar milho para fazer farinha de milho, né? Ia limpar arroz, aí juntava aquela turma, né? Então, assim, era um trabalho, mas o mesmo instante que cê tava trabalhando, cê tava divertindo, né... era muito legal, né? ...a gente fazia aquilo ali na brincadeira né?... a gente trabalhava, mas estava sempre divertindo, né? [...] Era um trabalho que a gente ali na adolescência trabalhava, mas era ‘mei’ que uma diversão sabe, a gente trabalhava, mas estava sempre divertindo, né? Era muito legal, né? [...] a gente ia para a casa dos vizinhos e ia brincar de roda, né? (Quilombola 3).

Nas falas, os quilombolas se referem ao trabalho infantil exercido por eles e o espaço que o lazer ocupava durante a infância. Nota-se que parte importante da infância foi perdida devido ao trabalho. Por meio do controle disciplinar bem-sucedido, estes quilombolas

normalizaram o lazer atrelado ao trabalho. Também é observado na fala do Quilombola 5, que o controle disciplinar manifestado por meio do trabalho infantil, afetou seu acesso no processo educacional.

Ademais, o controle também se manifesta através da normatização de práticas econômicas que desvalorizam a vida no Curral Novo e promovem o trabalho assalariado e educação em áreas urbanas como única via de mobilidade social. Essa imposição de um modelo econômico que prioriza a vida urbana em detrimento da vida rural pressiona os quilombolas a abandonar suas tradições agrícolas, levando ao esvaziamento das comunidades. Entretanto, essa migração para os centros urbanos, muitas vezes marcada pela precariedade e pela exploração, evidencia como o poder se inscreve também nas trajetórias individuais, moldando as escolhas e os destinos dos sujeitos quilombolas (Silva, 2010).

Sobre esta precariedade, os quilombolas discorrem:

Se tivesse um emprego lá melhorava e muito para nós lá. Assim, cada um tivesse um emprego assim dentro da comunidade para cada um fazer, sabe? (Quilombola 2).

Como ‘nós morava’ no redondo, ‘nós estudava’ numa outra comunidade. Aí tinha um ônibus que ‘pegava nós’, aí ‘nós saía’ de casa dez e meia e voltava só cinco e meia da tarde (Quilombola 4).

Aí de lá a gente veio para estudar na cidade. Que a cidade é o único local que tem escola. Para estudar, a gente levantava cerca de 4 horas da manhã para poder se aprontar, arrumar. Aí 4 e meia está saindo para pegar o ônibus que ia só até na metade da estrada com a gente. A gente vinha para cá, estudava e chegava ali em casa por volta de 2 horas (Quilombola 9).

Mediante os depoimentos, pode-se inferir que o controle disciplinar atuou para que estes quilombolas fossem induzidos ao êxodo rural, no intuito de conseguir seguir em seu processo educacional e profissional.

Também cabe discorrer sobre o micropoder que permeia as pequenas relações cotidianas e controla os corpos e comportamentos dos indivíduos. No contexto das comunidades quilombolas, o micropoder se manifesta de forma sutil, apesar de deixar consequências profundas, por meio de mecanismos de exclusão, disciplinamento e marginalização que afetam diretamente a vida dessas populações. As políticas públicas, ou a falta delas, e as práticas econômicas que excluem os quilombolas do acesso a direitos fundamentais, como terra, saúde e educação, funcionam como dispositivos de micropoder, que

limitam suas possibilidades de autodeterminação e autonomia (Foucault, 2021). Destarte, o controle dos corpos quilombolas acontece de diversas formas, desde a falta de acesso a cuidados de saúde até o condicionamento de suas atividades produtivas, restringindo suas escolhas de vida e suas práticas culturais, inserindo-os em um sistema de subalternidade e exploração, como observado nos discursos a seguir:

Estudei até a terceira série. Eu não tive mais oportunidade de estudar (Quilombola 1).

Eu quase não estudei, fui à primeira série. O pai da gente naquela época ‘num’ ligava ... é, ‘punha’ pra ‘trabaiá (Quilombola 8).

A comunidade carecia mais é recurso para plantação, ‘rigação’, criação de porco, galinha, essas coisas. E tudo tinha que ‘tê’ um pouco, né? (Quilombola 8).

A imposição de uma lógica disciplinar – que busca homogeneizar, regular e tornar invisível a diversidade cultural e os modos de vida quilombolas – pode ser vista nas tentativas de assimilação, na imposição de um modo de vida, nas políticas que desconsideram suas especificidades e na marginalização de suas formas de existência. Mediante ao controle de seus corpos e à restrição de sua mobilidade social, econômica e territorial, essas formas de poder buscam neutralizar a resistência quilombola, transformando suas lutas históricas em demandas silenciosas por inclusão (Silva, 2018).

Em relação ao Eixo 2 – Poder Econômico e a Exploração, estes exercem uma influência considerável sobre os povos quilombolas. Neste contexto, o agronegócio e a especulação imobiliária expandem-se de maneira a interferir negativamente nos territórios quilombolas, resultando na expropriação de suas terras e na consequente perda de fontes de sustento. Essas comunidades, historicamente marginalizadas, enfrentam um desequilíbrio de poder profundo, onde as elites econômicas, amparadas por políticas governamentais que priorizam o lucro e o desenvolvimento urbano, avançam sobre os direitos territoriais quilombolas (Octaviano, 2010). O poder sobre o trabalho e, conseqüentemente, sua exploração se faz presente nos testemunhos abaixo:

A gente ‘trabaiá’ plantando esses ‘trem’ e tem vez que aparece um serviço, a gente faz pagando dinheiro, né? ‘Os homem trabaiá roçano’, né? Eu...é só na lavoura (Quilombola 1).

Meu primeiro objetivo de faculdade não era fazer engenharia agrícola e ambiental, era fazer direito. Só que devido às dificuldades financeiras, eu não pude ir fazer a faculdade de direito para qual eu passei. Mas como eu tinha passado para a engenharia agrícola e ambiental, eu comecei a fazer essa (Quilombola 9).

De certa forma, se olhar para a área ambiental, o que eles fizeram foi ilegal, mas como era na terra deles. E, por exemplo, a comunidade poderia chegar e falar, ó não faça isso pra não prejudicar a gente. Só que o fazendeiro era o principal provedor de serviço e esse atrito entre fazendeiro e a comunidade não seria bom porque o pessoal dependia dele pra tá trabalhando! (Quilombola 9).

É possível notar que a trajetória profissional destes quilombolas foi atravessada pelo poder econômico e pela exploração, de modo que eles não puderam se apossar de sua própria força de trabalho. Essa exploração também se manifesta na forma de trabalhos precarizados, nos quais os quilombolas são frequentemente submetidos a aceitar empregos mal remunerados nas grandes fazendas e a silenciar diante dos próprios fazendeiros que prejudicaram seus territórios com a plantação de eucalipto afetando seu acesso a água. Como consequência, muitos são forçados a migrar para os centros urbanos em busca de melhores oportunidades.

A domesticação dos corpos quilombolas é um processo histórico que busca adaptar e controlar esses corpos para que se tornem aptos à exploração econômica, moldando-os conforme as necessidades de um poder econômico homogêneo e excludente. Este processo de domesticação envolve a imposição de uma dinâmica de poder que se pauta, dentre outros aspectos já citados, pela exploração e dependência econômica. A partir disso, perpetua-se a regulação não apenas da força de trabalho desses corpos, mas também seus comportamentos, costumes e formas de organização social. Com o passar dos séculos, essas dinâmicas de poder se mantiveram, agora manifestando-se através da precarização das condições de trabalho, da marginalização econômica e da negação dos direitos territoriais, o que continua a restringir a autonomia dessas populações, forçando-as a se submeterem às condições impostas por uma economia que valoriza o lucro em detrimento da vida nos quilombos (Soares, 2019).

Assim, sobre o trabalho precário imposto aos quilombolas, os mesmos dizem:

Não assinava carteira. Não assinava não. ‘Inté’ hoje. Recebia por semana, por semana, recebia (Quilombola 8).

Meu esposo tá pro Sul. Ele diz que é um trabalho pesado, perigoso porque agora mesmo onde que ele tá, ele disse que é cobra uma atrás da outra (Quilombola 3).

Sobre o trabalho para os fazendeiros: Era na foice, chegava, saía de manhã, então, trabalhando muito, que tinha que ‘trabaiá’ muito, pra ganhar um pouquinho de dinheiro. A gente ganhava pouco, né, aquele tempo (Quilombola 8).

E lá mesmo onde que a gente mora tem a mina de água ali, mas não é suficiente pra

comunidade toda fazer uma plantação boa, bacana (Quilombola 10).

A domesticação dos corpos quilombolas está intrinsecamente ligada ao processo histórico de exploração econômica e social que essas comunidades enfrentam desde a escravização até os dias atuais. Sob a ótica de Foucault (1999), a domesticação ocorre através de mecanismos sutis de controle que moldam comportamentos e limitam a autonomia dos quilombolas, transformando seus corpos em instrumentos a serviço de um sistema econômico opressor. As relações de poder impõem condições de trabalho precárias e formas de exploração que perpetuam a marginalização, enquanto negam o acesso a direitos básicos como educação, saúde e recursos. Esses corpos são regulados e disciplinados para se encaixar em uma lógica de produção e submissão, onde o valor do trabalho quilombola é desproporcional à riqueza gerada (Alves & Azevedo, 2021). Ao manterem as comunidades quilombolas em uma posição de sujeição, as forças econômicas hegemônicas perpetuam um ciclo de exploração e opressão que visam garantir a continuidade de uma ordem econômica que se alimenta da desigualdade social, silenciando resistências e diluindo a identidade cultural dessas populações para melhor controlá-las.

Além disso, a falta de acesso às necessidades básicas, como crédito agrícola, educação de qualidade e recursos naturais promovida por essas forças externas cria um ciclo de exploração e dependência econômica, enfraquecendo a autonomia das comunidades e limitando sua capacidade de sobrevivência. O poder econômico, dessa forma, perpetua as desigualdades estruturais, enquanto explora o trabalho e os territórios quilombolas (Ribeiro, 2020).

Nesse sentido, registram-se as falas dos quilombolas sobre a escassez da vida no Curral Novo:

Eu lembro que a gente ia assim... tinha vez que a gente levava um cadeirãozinho de arroz, tinha mais nada! Então mamão verde. ‘Cê’ conhece mamão verde, né? Mamão verde. Tinha hora que nem tinha gordura pra pô naquilo. A gente comia pra não morrer de fome, né? (Quilombola 1).

Tem pessoas que ganham 2 a 3 salários, tem um que ganha um salário só, tem umas que não chega nem um salário. Então, assim, é difícil! É de acordo com a produção que você ganha (Quilombola 3).

Não. Pelo menos a última que cortaram não é carteira assinada não. Eles recebem por quinzena, é por produção, depende da pessoa (Quilombola 3).

As tentativas de resistência, embora presentes, encontram barreiras no poder dominante, que utiliza suas influências políticas e econômicas para manter essas populações sob controle,

reforçando a exploração sistêmica e o enfraquecimento de sua autonomia cultural e territorial.

Outrossim, no tocante ao Eixo 3 – Exclusão e Privação, sabe-se que a exclusão social enfrentada pelos povos quilombolas está profundamente enraizada em um histórico de marginalização que remonta ao período colonial, e essa herança se perpetua nas condições atuais de privação de suas necessidades básicas (Santos, 2015). Muitas comunidades quilombolas, como é o caso do Curral Novo, vivem em áreas remotas e de difícil acesso, onde a ausência de infraestrutura adequada compromete o fornecimento de serviços essenciais como saúde, saneamento básico, educação e transporte. A falta de políticas públicas voltadas para atender essas comunidades intensifica essa exclusão, criando uma barreira que limita o acesso a direitos fundamentais e mantém as populações quilombolas em uma posição de vulnerabilidade. Isso se confirma mediante às falas dos seguintes quilombolas:

Você já pensou se você precisa de uma consulta, você tem que andar 4 horas pra ‘vim’ conseguir essa consulta. Você precisa comprar um quilo de sal, ‘cê’ tem que andar 4 horas para vim comprar esse quilo de sal, né? (Quilombola 3).

Estrada boa. Que lá não tem estrada boa, a estrada está tudo desbarrancada, mas essas coisas tinha que ter (Quilombola 8).

Só o problema lá é que é distante e a questão de acesso à internet, telefone é uma coisa recente que a gente tem lá agora. Mas durante a minha infância não tinha isso, né? A gente viveu lá no período que não tinha luz. Aí depois veio aquele programa luz para todos. Aí foi ficando mais fácil (Quilombola 10).

Compreende-se que, a exclusão e a privação perpetuam ciclos de pobreza e desigualdade, dificultando o desenvolvimento socioeconômico no Curral Novo e reforçando sua vulnerabilidade. Contudo, políticas públicas voltadas para a inclusão e o desenvolvimento sustentável dessas comunidades podem desempenhar um papel crucial na reversão desse quadro. A implementação de programas de infraestrutura básica, como o “Luz Para Todos”, pode proporcionar às comunidades quilombolas os recursos necessários para sua autonomia e fortalecimento.

Além disso, a privação de necessidades básicas, como a água potável, afeta profundamente o desenvolvimento socioeconômico do Curral Novo. A escassez de água compromete tanto o consumo diário quanto a produção agrícola, uma das principais atividades econômicas do local. A ausência de ações eficazes para assegurar o acesso a esse recurso essencial agrava ainda mais as condições de vida no quilombo, contribuindo para a vulnerabilidade socioeconômica da comunidade e intensificando o êxodo rural. Ainda cabe

ressaltar que a falta de água não é apenas uma questão de privação material, mas também uma violação de direitos básicos, afetando a saúde, a segurança alimentar e a dignidade dos quilombolas, que lutam diariamente pela sobrevivência e pela preservação de suas terras e modo de vida (Ferreira *et al.* 2017).

No que se refere à falta de recursos hídricos no Curral Novo, os quilombolas afirmam:

Melhorar mesmo eu acho que era a questão da água. Até que tem a barragem lá. Não serve pra beber, é mesmo pra plantio, né? (Quilombola 1).

Lá a falta de água já tá um pouco assim melhorando que a prefeitura construiu uma barragem. Essa chuva que deu, a barragem está cheia! Eu acho que vai aliviar um pouco assim pra criação, ‘esses trem’ assim. Pra beber ainda não vai ‘dá’. Vai ter que comprar, mas uma criação, ‘as plantas já vai ajudar’ (Quilombola 4).

Assim, não tem água, não tem nada. Lá a água que vai para lá é do caminhão pipa e quando não consegue, a pessoa tem que comprar (Quilombola 5).

A criação da barragem representa um passo para a autonomia da Comunidade Quilombola de Curral Novo, já que possibilita a atividade agrícola. Entretanto, a ação governamental para viabilizar o acesso à água não supre a questão por inteiro, tendo em vista que a água potável é disponibilizada por um caminhão pipa ou, então, adquirida pelos próprios quilombolas.

A privação e a exclusão dos povos quilombolas do acesso às necessidades básicas, como terra, saúde, educação e saneamento, são consequências diretas das estruturas políticas e sociais que historicamente não valorizam a cultura e a existência desses grupos. Embora a Constituição Federal do Brasil (1988) tenha reconhecido os direitos territoriais quilombolas, a implementação prática dessas garantias é lenta e frequentemente desrespeitada, revelando um Estado que, em muitos casos, falha em priorizar o desenvolvimento sustentável e a inclusão dessas populações. Esse descaso é reflexo de uma estrutura de poder que privilegia modelos de desenvolvimento capitalistas e agroindustriais, marginalizando as formas de vida tradicionais e as relações de subsistência e coletividade características das comunidades quilombolas, como pode ser visto nas falas abaixo:

A infância ‘nós passou’ muita precisão. ‘Nós já passou’ muita fome lá no Curral Novo. Foi muito difícil para nós lá (Quilombola 2).

Eu não posso ficar dependendo deles. Eu tenho que caçar o meu também, né? Então isso prejudica quem não tem o ganha pão lá! Ajudar lá com o quê? É só final de semana e

feriado (Quilombola 5).

E a partir do momento que essa nascente secou, minha tia já se mudou para a cidade, minha avó se mudou para a cidade, porque a dificuldade de acesso, né, pra tá levando a água até a casa deles é complicado (Quilombola 9).

Sendo assim, fica claro que as estruturas sociais reforçam essa exclusão ao tratar a cultura quilombola como algo marginal ou secundário em relação às culturas urbanas e dominantes. A ausência de serviços essenciais como água potável, assistência médica e infraestrutura adequada não é um fenômeno isolado, mas sim parte de um processo histórico de negação e apagamento das vozes e das necessidades dessas comunidades. Essa exclusão sistemática priva os quilombolas de recursos materiais e do reconhecimento social e político, comprometendo sua autonomia e inviabilizando, em muitos casos, a permanência nos territórios que historicamente ocupam e defendem.

Por último, tem-se o Eixo 4 – Fragmentação das Relações Familiares. Através das entrevistas, aferiu-se que a fragmentação das relações familiares nas comunidades quilombolas é uma consequência direta da falta de recursos e das difíceis condições de vida enfrentadas por essas populações. A ausência de oportunidades econômicas locais, combinada com a escassez de recursos básicos como emprego, educação e saúde, força muitos membros da comunidade a migrarem para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida. Esse movimento migratório frequentemente separa as famílias, criando uma distância física e emocional entre gerações (Santos, 2012), como observado a seguir:

Nós somos separados assim por causa de questão de vida de trabalho. Tem ‘uns que mora’ em São Paulo, ‘outros mora’ em ‘outros lugar’, né? Lá na comunidade hoje mesmo só tem eu e uma irmã (Quilombola 3).

Meu pai ficava mais é pro mundo assim, pro corte de cana, café. Eu vim conhecer meu pai dentro de casa mesmo, eu já tava mocinha, já, meus 12 anos. Ficava mais ‘com nós’ era só mãe. Meu pai ficava mais pro mundo (Quilombola 5).

Assim, eu quando entendi por gente mesmo, eu conheci o pai do meu pai já doente, ele andava... conheci meu avô ‘andano’ escorando na parede que era ‘das casinha’ antiga, sabe, pau a pique... e minha avó ‘bibia’ muito (Quilombola 5).

A parte ‘mais ruim’ foi que a gente cresceu um pouco longe dos nossos pais. Porque no caso do meu pai, lá não tinha serviço suficiente para o ano todo, então ele ia para o corte de cana, ia para a colheita de café. Então, a gente vivia com nosso pai de dezembro até

março. Aí de março até dezembro não estava presente na nossa vida (Quilombola 9).

Eu tinha 28 anos. Desses 28 anos, acho que eu vim passar um ano inteiro com o meu pai agora, porque ele ia pro corte de cana, colheita de café, ficava 8, 10 meses fora, ficava só 2 aqui, então era isso. ‘Nós teve’ que viver assim com o pai presente, mas ao mesmo tempo ausente, sabe? (Quilombola 10).

Cabe ressaltar que a ausência de recursos financeiros e de serviços sociais adequados impacta a dinâmica familiar de outras formas, provocando tensões internas e ampliando a fragmentação das relações familiares. Nesse contexto, não é apenas um efeito colateral da falta de recursos, mas um reflexo mais profundo da exclusão social e econômica que perpetua as desigualdades enfrentadas pelas comunidades quilombolas.

Portanto, sob a ótica foucaultiana, as dinâmicas de poder em um quilombo envolvem uma série de mecanismos sutis e diretos de controle que operam tanto a partir de forças externas quanto de práticas internas (Foucault, 2021). O êxodo rural, embora frequentemente visto como uma consequência inevitável de processos econômicos, é na verdade o resultado de um conjunto de práticas de controle que limitam as opções de vida dos quilombolas, marginalizando suas tradições e modos de vida. Ao minar as bases culturais, econômicas e sociais das comunidades quilombolas, as forças externas exercem um controle constante e invisível que se manifesta em diversas esferas, desde a educação até a organização do trabalho, resultando em um processo de deslocamento físico e simbólico (Santos, 2012).

Essa análise das relações de poder nos quilombos, à luz de Foucault, revela a necessidade de resistir às formas de controle através da luta por direitos territoriais e por meio da valorização e preservação das tradições culturais, da criação de uma educação contextualizada e da promoção de práticas econômicas sustentáveis que respeitem as especificidades do modo de vida dos quilombolas. A resistência a esse controle externo e interno passa pela reafirmação da autonomia das comunidades quilombolas e pela busca por alternativas que lhes permitam existir de forma digna e autônoma dentro de seu próprio território (Foucault, 1999).

4.2 Os mecanismos de resistência na Comunidade Curral Novo

Os resultados obtidos com as entrevistas evidenciam a complexidade dos mecanismos de resistência adotados pelos quilombolas diante das condições adversas e das pressões externas que impactam profundamente suas comunidades. As estratégias de resistência são variadas, envolvendo ações individuais e coletivas que buscam, ao mesmo tempo, preservar a identidade

cultural quilombola e garantir a sobrevivência física e econômica em um contexto de exclusão e marginalização.

Os mecanismos de resistência identificados na Comunidade quilombola não apenas revelam a capacidade de adaptação e luta de seus membros, mas também destacam a necessidade urgente de políticas que respeitem e integrem as especificidades dessas comunidades. A resistência quilombola, portanto, reflete tanto a luta pela sobrevivência em face de adversidades quanto à busca por dignidade, identidade e autonomia. Ao compreender essas estratégias, esta pesquisa não apenas revela as realidades enfrentadas pelos quilombolas, mas também aponta para caminhos que podem ser trilhados para promover uma coexistência mais equitativa entre as comunidades rurais e os centros urbanos, garantindo que as vozes quilombolas sejam valorizadas em sua luta por justiça social e reconhecimento.

Desta maneira, também foram criados quatro eixos para os fins da Análise Temática, presentes na Figura 8:

Figura 8

Eixos temáticos do objetivo específico 2

Objetivo 2: Identificar os mecanismos de resistência adotados pelos quilombolas diante das condições adversas e pressões externas e como eles contribuem com as migrações para os centros urbanos.	Eixos temáticos
	1 – Valorização da Vida Rural
	2 – Migração Urbana como Forma de Resistência
	3 – Permanência na Comunidade Quilombola
	4 – Tradição como Resistência

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O Eixo – Valorização da Vida Rural é fundamental para a preservação cultural e a autonomia dessas comunidades, que têm suas raízes históricas e sociais profundamente entrelaçadas com o território. A vida rural quilombola é marcada por práticas agrícolas tradicionais, manejo sustentável dos recursos naturais e formas de convivência comunitária que mantêm o vínculo com os ancestrais e as lutas pela terra. Essas práticas, além de proverem subsistência, constituem uma forma de resistência às pressões externas, como a expansão do agronegócio e a especulação imobiliária, que ameaçam a integridade territorial e a sobrevivência dos quilombos. Ao valorizar o modo de vida rural, as comunidades preservam sua identidade cultural e reforçam o sentido de pertencimento ao território, criando uma rede de solidariedade e autossuficiência que fortalece sua resiliência frente às adversidades (Santos, 2023).

Em relação à resistência por meio da valorização da vida rural, os presentes discursos dos quilombolas se destacam:

Eu gostava e gosto de lá até hoje não pretendo sair não. Eu moro lá mesmo. Ah, eu gosto

muito da roça! Eu gosto de criar as coisas, sabe? Eu gosto de conviver na roça mesmo. Eu gosto muito de conviver lá. Ah, lá o ar é outro! Acho muito bom conviver lá! (Quilombola 2).

Eu tenho muito boa lembrança assim de uma coisa que lá não tem mais, mas que tinha antes. No fundo da casa da minha mãe, tinha um córrego que passava onde que ‘a gente banhava’, tinha um poço, aí juntava aquele monte de menina de menino e ia todo o mundo ‘banhá’ lá no poço e hoje não existe mais, né? Hoje lá secou, não corre mais água (Quilombola 3).

É, o que vive na cidade é ‘mais diferente’, o quilombola é ‘mió’. É mió que você tem uma fruta na roça, você tem uma cana pra fazer uma garapa, cê tem uma laranja, você vai ter um criatório de porco, galinha é ‘mais mió’. Não precisa tá comprando tanta coisa no mercado. ‘Os quilombola é mió’, eu acho ‘mió’ (Quilombola 8).

Por conseguinte, a valorização da vida rural está intrinsecamente ligada à sustentabilidade e ao desenvolvimento local. Ao se relacionarem com técnicas de forma agroecológica, as comunidades quilombolas promovem uma relação equilibrada com o meio ambiente, garantindo a manutenção de recursos naturais para as gerações futuras. Esse modelo de desenvolvimento, que se distancia das práticas predatórias e do consumo excessivo dos recursos naturais típicos de modelos econômicos urbanos e capitalistas, reforça a importância de fortalecer a permanência no campo.

Outrossim, a vida no quilombo é marcada por uma gestão compartilhada que valoriza a participação de todos os membros da comunidade, refletindo uma organização social fundamentada na coletividade e na solidariedade. Neste viés, as decisões são frequentemente tomadas de forma coletiva, promovendo um ambiente democrático que fortalece os laços comunitários. Essa gestão coletiva não apenas assegura que as necessidades de cada membro e do próprio quilombo sejam ouvidas, mas também potencializa a diversidade de saberes e experiências presentes na comunidade. A valorização da vivência rural é uma consequência direta desse modelo de gestão, pois promove práticas que respeitam e integram o conhecimento ancestral à vida cotidiana, como a agricultura familiar, a medicina tradicional e as manifestações culturais.

A gestão coletiva valoriza ainda o compartilhamento de conhecimentos sobre o funcionamento das mineradoras e outras possíveis intervenções na comunidade. Essa troca de informações, feita pelos próprios quilombolas que têm contato com essas instituições, é necessária para o fortalecimento da comunidade. O preparo dos quilombolas para defender seu

território e seus direitos diante de possíveis intervenções externas é uma contribuição essencial, assim como a divulgação do quilombo nessas empresas. Isso pode ser constatado pelos depoimentos dos quilombolas entrevistados:

Eu acho que melhoraria, teria uma renda, porque lá ninguém tem renda a não ser os aposentados, ninguém tem renda. Sobre o agronegócio ou agricultura familiar no quilombo: Eu penso na agricultura familiar porque é mais saudável, né, e dá uma oportunidade para todos né, que nem todo mundo tem condições de ter uma máquina, né? (Quilombola 3).

Se a gente tivesse uma fonte de renda, tipo uma cooperativa, eu acharia que melhoraria lá um pouco. Porque assim, às vezes as pessoas tivessem alguma coisa para plantar, a gente plantasse e tivesse alguém que comprasse as ‘nossas produção’ de lá, né (Quilombola 3).

Pode ser que um dia chegue alguém dessa mineradora lá na comunidade, quer explorar lá. Se você trabalha lá, você conhece, conte para sua comunidade como é que funciona. Para que eles estejam preparados (Quilombola 9).

A gestão compartilhada no quilombo fortalece a valorização da vivência rural ao promover a autonomia econômica e social da comunidade. Através da cooperação em atividades como o cultivo de alimentos e a produção artesanal, os quilombolas garantem sua subsistência e reafirmam a importância de suas práticas culturais e modos de vida tradicionais. Esse fortalecimento da vivência rural é importante para a resistência à hegemonização de valores urbanos que frequentemente deslegitimam a vida no campo e suas práticas. Assim, a vida e a gestão compartilhada do quilombo se tornam uma forma de sobrevivência e um poderoso ato de resistência cultural que desafia as narrativas que marginalizam a vida rural e suas singularidades.

Por sua vez, o Eixo 2 – Migração Urbana como Forma de Resistência exemplifica como o êxodo rural, embora muitas vezes associado a um movimento forçado em busca de melhores condições de vida, pode também ser visto como uma forma de resistência para os povos quilombolas. Diante da histórica marginalização e da escassez de recursos nas áreas rurais, muitos quilombolas migram para os centros urbanos em busca de oportunidades de trabalho, educação e acesso a serviços básicos, como saúde e saneamento (Silva, 2010). Esse movimento representa uma estratégia de sobrevivência e adaptação às pressões externas que ameaçam sua subsistência nos territórios de origem. Outrossim, o êxodo rural, no contexto dos quilombolas do Curral Novo, possibilita maior acesso à saúde, educação e trabalho, fatores esses que lhes

são negados no quilombo como apontado nos testemunhos a seguir:

[Motivo da migração] Lá não tem trabalho, né, lá não tem água suficiente, né? Na minha comunidade não tem (Quilombola 3).

Aí era muito longe, aí eu ‘peguei gravidez’ do Nicolas, aí depois veio a Manuela, que a Manuela tem um problema de saúde aí fica difícil eu pagar carro pra poder ‘trazer ela’ na consulta, pra ir pra Diamantina, essas coisas. E lá não tem hospital, não tem um posto de saúde (Quilombola 6).

Eu fico aqui na cidade para estudar, mas eu vou lá nos finais de semana porque a minha mãe mora lá. Sobre o motivo de ficar na cidade: Estudo e trabalho! (Quilombola 7).

Hoje não faz isso mais porque as pessoas mais velhas de lá ‘tá morando’ aqui na cidade! Porque não tem estrada, porque se a pessoa adoecer lá, né, pra sair é difícil (Quilombola 10).

Ao ocupar os espaços urbanos, os quilombolas resistem à invisibilidade imposta pelo racismo estrutural e pela exclusão econômica, desafiando as barreiras impostas pela sociedade dominante. Vale salientar que a migração não significa um abandono completo da identidade quilombola, mas sim uma forma de reafirmar e fortalecer sua presença e visibilidade, conectando suas lutas às dinâmicas sociais e políticas das cidades. Assim, a migração urbana não é apenas uma resposta às adversidades, mas também uma forma ativa de contestação e fortalecimento das lutas quilombolas, permitindo que essas populações continuem a resistir e lutar pela preservação de seus direitos e de sua cultura, tanto no campo quanto na cidade (Santos, 2012).

A análise das falas dos quilombolas revela que as migrações para os centros urbanos, apesar de serem muitas vezes vistas como uma solução temporária, se tornam permanentes para uma parcela significativa da população quilombola. A inserção dos quilombolas nas cidades é marcada por dificuldades, como a discriminação racial, trabalho precário e a falta de acesso às moradias dignas (Reis & Gomes, 1996). Entretanto, muitos migrantes quilombolas mantêm laços com suas comunidades de origem, seja por meio de visitas periódicas, seja através do envio de remessas financeiras para suas famílias. Esses laços mantêm viva a conexão com o território e permitem que, em alguns casos, as migrações se tornem parte de uma estratégia de resistência econômica, onde o trabalho urbano sustenta a vida no quilombo.

A migração de povos quilombolas para as zonas urbanas também podem ser compreendida à luz do conceito de biopoder. Ao se tratar das comunidades quilombolas, essa

migração está frequentemente associada à exclusão e à pressão exercida pelas estruturas sociais, econômicas e políticas, que, ao negligenciarem o desenvolvimento das áreas rurais, forçam essas populações a deixarem seus territórios tradicionais em busca de melhores condições de vida nas cidades. Essa migração nem sempre é uma escolha voluntária, mas sim uma consequência das dinâmicas econômicas que restringem o acesso a direitos fundamentais, como saúde, educação, trabalho e terra (Reis & Gomes, 1996). O biopoder, nesse caso, manifesta-se no gerenciamento das condições de vida das comunidades quilombolas, impondo-lhes uma existência precária que direciona seus corpos para as áreas urbanas, onde são submetidos às novas formas de controle e exploração (Foucault, 2021).

Neste cenário, pode-se inferir que as dinâmicas de poder se manifestam nestas situações expostas pelos quilombolas:

[Influência dos fazendeiros.] O pessoal... teve um senhor lá que roçou na nascente, aí diminuiu a água. Aí veio a plantação de eucalipto também e desmatamento, teve uma ‘desmatação’ na nascente, aí por isso que a água diminuiu. Era ‘dum’ fazendeiro. ‘Eles plantava’ ali na chapada, né? A nascente está embaixo, aí na chapada, né? Aí roçou a Chapada e plantou o eucalipto. Então assim, a umidade, que a chapada é plana, a água que bate na chapada, ela não corre, então vai ‘filtrano’, aí dá na nascente, filtrava a nascente. Mas tinha, corria muita água (Quilombola 5).

Tem muita gente que já saiu da comunidade e tá lá até hoje [na cidade]. É porque o lugar nosso aqui é muito fraco. Não tem os recursos (Quilombola 1).

Vai da necessidade de cada um, né? Se não tem jeito, tem que sair. Por que como é que você vai sobreviver? Não tem outra alternativa. O certo é sair pra caçar outro recurso, né? (Quilombola 1).

Lá não tem trabalho, né, lá não tem água suficiente, né? (Quilombola 3).

Nas zonas urbanas, os quilombolas migram para espaços periféricos, enfrentando condições de vida adversas que perpetuam a exclusão social e econômica. Sob a lógica do biopoder, o Estado e o mercado administram e controlam essas populações ao regularem o acesso a recursos e serviços, condicionando suas vidas a um ciclo de marginalização. Já nas cidades, os quilombolas não apenas enfrentam a precariedade habitacional e laboral, mas também um controle disciplinar que busca integrá-los aos mecanismos de produção capitalista, desconsiderando suas práticas culturais e identidades coletivas. Essa forma de biopoder fragmenta suas identidades, regulando sua vida e limitando suas possibilidades de resistência, pois, ao deslocá-los de seus territórios tradicionais, o poder os afasta de suas raízes culturais,

fragilizando suas conexões com a terra e enfraquecendo sua capacidade de resistência coletiva. Dessa forma, a migração quilombola para a cidade pode ser vista como uma expressão concreta do biopoder, que, ao administrar suas condições de existência, submete essas populações a novas formas de controle e sujeição.

Cabe salientar que o êxodo rural pode representar um grave risco de extinção para os quilombos, uma vez que a migração forçada de seus membros em busca de melhores condições de vida nas zonas urbanas pode comprometer a continuidade e a sobrevivência dessas comunidades, no caso de perda da ancestralidade. À medida que os jovens e as famílias abandonam seus territórios tradicionais em decorrência da falta de oportunidades, acesso a serviços básicos e pressões econômicas, os quilombos perdem não apenas sua força de trabalho, mas também a transmissão de saberes e práticas culturais essenciais para a manutenção de sua identidade. Essa migração em massa resulta em um esvaziamento demográfico que fragiliza as estruturas sociais e comunitárias, tornando mais difícil a luta por direitos territoriais e a resistência às pressões externas (Santos, 2012).

A dispersão da população quilombola para centros urbanos não apenas dilui as suas identidades coletivas, mas também torna mais vulneráveis os que permanecem nos quilombos, que enfrentam a ameaça constante da exploração de suas terras e recursos. Consequentemente, o êxodo rural ameaça a existência física dos quilombos e coloca em risco a continuidade de suas culturas, histórias e modos de vida, sinalizando um potencial apagamento de um patrimônio cultural que é resultado de séculos de resistência e luta pela dignidade e reconhecimento (Silva, 2010).

No tocante ao Eixo 3 – Permanência na Comunidade Quilombola como Forma de Resistência, apurou-se que a permanência na comunidade quilombola se configura como uma forma de resistência frente às diversas ameaças que essas comunidades enfrentam, como a exploração econômica, o êxodo rural e a invisibilização cultural. Ao optar por permanecer em seus territórios, os quilombolas reafirmam seu direito à terra e sua conexão com a ancestralidade, o que é fundamental para a preservação de sua identidade cultural. Essa permanência não é apenas uma questão de localização geográfica, mas uma afirmação da resistência coletiva a um contexto histórico de marginalização e luta por direitos. Ao cultivarem suas terras e manterem suas práticas tradicionais de vida, essas comunidades criam um espaço seguro que fortalece laços familiares e sociais, permitindo que os saberes e as culturas quilombolas sejam transmitidos às novas gerações (Silva, 2023).

Em relação à permanência no Curral Novo como forma de resistência, os quilombolas afirmam que:

Então, se eles não fossem um pessoal resistente, eles não ‘taria’ lá não, né? (Quilombola 3).

Na minha casa, eu tinha uma pessoa que me incentivava a permanecer na escola e não foi todo mundo que teve isso (Quilombola 9).

Porque o emprego da cidade é a única garantia que ela tem de que vai ter a renda, né? Então seria mais é oferecer esse transporte para que as pessoas que têm que estar trabalhando aqui na cidade, que tem emprego aqui pudesse estar lá e aqui sem ser prejudicada, sabe? (Quilombola 10).

Além disso, a permanência na comunidade quilombola é uma estratégia de luta que também se manifesta na organização e na estruturação social. Os quilombolas frequentemente se unificam em torno de questões comuns, como a defesa dos direitos territoriais e a busca por políticas públicas que garantam acesso a recursos e serviços básicos. A resistência através da permanência fortalece o protagonismo das comunidades, tornando-as visíveis e atuantes nos movimentos sociais, nas reivindicações de seus direitos e na luta contra a opressão, como exposto pelos quilombolas a seguir:

Lá cada um faz a sua. Vamos supor, se eu precisar, cê me ajuda, outro precisar, eu ajudo. É assim, é um ‘ajudano’ o outro (Quilombola 1).

Qualquer coisa a ser decidida tem que conversar com eles dois. Mas assim sempre chega num bom senso dentro da comunidade (Quilombola 3).

Se tem uma reunião, o povo tem que ir unido com todo mundo, né? Num ter briga isso aí. É, algum tempo atrás tinha briga, hoje ‘num’ tem mais, tem que ter união, né? Tem que ter união, eu acho (Quilombola 8).

A associação funciona com base ‘ne’ assembleias, né? Toda a decisão que a associação vai tomar, a gente faz uma assembleia. Assembleia tem as votações. Se a maioria concorda, tudo bem, se a minoria, né, que discordou tiver argumentos de porque que discordou, a gente repensa (Quilombola 9).

Quando tem um benefício, aí a associação fica responsável pra distribuir, por arrecadar o dinheiro para pagar o carro para levar. Só isso (Quilombola 10).

Esse engajamento com o território é essencial para a construção de uma identidade coletiva forte, que desafia as narrativas históricas de exclusão e invisibilidade. Ao permanecerem em seus territórios, os quilombolas não apenas garantem a sobrevivência de suas culturas e modos de vida, mas também se posicionam como protagonistas em sua própria

história, resistindo ativamente à marginalização e lutando pela justiça social e pela preservação de seus direitos (Santos, 2018).

As relações de poder entre os quilombolas e os colonizadores, embora tenham suas raízes históricas no período da escravização, continuam a se manifestar atualmente sob novas formas. Os quilombolas ainda enfrentam dinâmicas de dominação e exclusão em relação ao Estado e às elites econômicas. Essas relações de poder se expressam através da luta pelo território, onde as comunidades quilombolas reivindicam o direito à terra que ocupam historicamente, enquanto enfrentam interesses de grandes latifundiários, empreendimentos imobiliários e agronegócios que buscam explorar essas áreas (Foucault, 2019). O controle sobre o território e os recursos naturais é uma extensão do poder exercido pelos "colonizadores modernos", que utilizam o aparato jurídico e econômico para limitar o acesso das comunidades quilombolas a esses espaços. Assim, mesmo após séculos de resistência, os quilombolas continuam a estar sujeitos a uma forma de colonização contemporânea, na qual suas terras, culturas e modos de vida são sistematicamente ameaçados por forças externas (Fachini & Ferrer, 2019).

Deste modo, os quilombolas afirmam sobre sua própria resistência:

Daqui a alguns dias, a encanação vai estar sendo feita, então acredito que muitas pessoas que mudou para cá [cidade] vai estar voltando para lá. Tem sua casinha lá, vai voltar (Quilombola 9).

Hoje em dia, a gente conseguiu, né, através da associação, esse era um problema coletivo, a gente conseguiu uma barragem para lá. A gente tem uma barragem lá que hoje ela ocupa quase 1 hectare de Terra e ela está cheia. Um hectare de Terra, né, de comprimento assim, de largura, e uns 12 metros de profundidade. Ela está completamente cheia (Quilombola 9).

Então, futuramente a gente precisa devolver o que a comunidade nos deu, né, que o quilombo nos deu. E se ele nos deu força e resistência de tá aqui hoje, a gente tem que devolver, a gente tem que dar nem que seja um mínimo de volta. É isso (Quilombola 9).

Porque lá a gente sabe que no futuro não vai, a comunidade eu acho que ela não vai resistir (Quilombola 10).

Resistência quilombola é justamente a parte de não perder sua essência, não é que seria, por exemplo 'ah, não, a gente tem que lutar contra todas as pessoas que forem aparecer aqui no nosso quilombo. Não!'. Para mim, é não perder a essência independente do ambiente que você está vivendo. Porque nenhum quilombo sobrevive se a gente só vive

lá! Você só tá lá! Não vai prevalecer o quilombo! Porque ser quilombola não é viver em terra quilombola. Ser quilombola é ter sua descendência de quilombola e dizer que é quilombola! (Quilombola 9).

Diante dessas pressões, a resistência quilombola simboliza a manutenção de sua essência, sentir-se e identificar-se como quilombola, mesmo estando longe das terras de origem. É reafirmar ser quilombola como forma de sobrevivência e preservação da identidade coletiva. Essa resistência se dá em múltiplos níveis, desde a reivindicação judicial de seus direitos territoriais até a defesa de suas tradições culturais que se mantêm como elementos centrais de sua autonomia e subsistência. A organização dos quilombolas tem sido fundamental para enfrentar as tentativas de exploração e expropriação, utilizando a articulação entre as comunidades e o apoio de aliados externos como estratégia de combate à hegemonia das forças colonizadoras (Franco, 2019). Ademais, a preservação de práticas culturais e de conhecimentos ancestrais funciona como uma forma de resistência simbólica, reafirmando a autonomia quilombola diante das tentativas de homogeneização e apagamento cultural. Nesse cenário, os quilombos se constituem não apenas como territórios físicos, mas também como espaços de resistência, onde as relações de poder são constantemente desafiadas e as identidades quilombolas são preservadas e fortalecidas (Nascimento, 2021).

Além disso, o Eixo 4 – Tradição como Resistência demonstra como os costumes e hábitos são centrais para os povos quilombolas, funcionando como uma maneira de preservar e afirmar sua identidade frente às forças opressoras que tentam apagá-la. As práticas culturais, como os rituais religiosos, a música, a dança e os saberes tradicionais, são transmitidos de geração em geração, reforçando o vínculo entre o passado e o presente, além de conectar os quilombolas às suas raízes ancestrais. Em um contexto de constante pressão externa, seja pela modernização forçada ou pela expropriação de terras, a manutenção dessas tradições é um ato de resistência ativa, garantindo que os modos de vida quilombola não sejam diluídos ou substituídos pela cultura dominante. A tradição, nesse sentido, fortalece a coesão social e o sentido de pertencimento dentro das comunidades, tornando-se uma força unificadora contra as tentativas de assimilação cultural e perda de identidade (Pereira, 2014).

No Curral Novo, tem a Reza de Três de Maio que é a Festa de Santa Cruz ou a Festa dos Pretos, cuja importância é apontada pelos quilombolas:

Lá tem até hoje a reza de Três de Maio, tem o Cruzeiro, aí o Três de Maio, todo ano Três de Maio, o povo vai lá e reza, bate o tambor, faz festa lá no cruzeiro. Acho até que você já ‘té’ viu que vocês vai lá, né? Tem a ‘cruzona’ lá debaixo do pau, aí o povo vai

lá ‘tardinha’ e reza, bate tambor, vai o pessoal do rosário faz um festão lá (Quilombola 1).

Tradições, tem a festa de Santa Cruz, né, que acontece no dia Três de Maio. ‘Eles enfeita’ o Cruzeiro, o marco, a Bandeira. Aí eles têm a tradição de fazer biscoito, bolo, só essas comidas típicas assim, né? Aí tem a roda de batuque que tem as batuqueira, que batuca, que vai bater tambor, né? Tipo ‘dos escravo’ mesmo, né? Tem ‘os tambor’, isso acontece todo ano. Aí onde que tem a reza, que é a tradição, temos de rezar 100 vezes, ‘eles ajoelha e levanta’ 100 vezes. E ‘eles conta’ a 100 vezes, reza no milho. Aí, esse milho ‘eles pega’, quando é esse ano eles contou, quando é no final de ano, eles planta esse milho, aí colhe esse mesmo milho pra contar no ano que vem. Dessa forma que acontece (Quilombola 3).

É a festa ‘dos preto’ e junta tudo nesse mesmo dia, aí faz ali uma reunião, reúne todo mundo lá em volta do Cruzeiro (Quilombola 3).

Eu acho que é uma maneira de reunir todo mundo da comunidade, pede a benção pra comunidade que os dias de hoje ‘num’ tá bonito! Aí vai... (Quilombola 4).

‘Vai também os tambozeiros’ daqui da cidade, vai para lá, vai bater tambor, vai batuqueira, todo mundo batuca (Quilombola 6).

No Curral Novo, os quilombolas destacaram a presença desse importante evento cultural, o “Três de Maio ou Festa dos Pretos”. A manifestação cultural quilombola, como a celebração de suas festividades ou a transmissão oral de histórias é um lembrete da resiliência e da luta contra a escravidão, a colonização e o apagamento. Ao manterem suas tradições vivas, os quilombolas reafirmam seu direito à existência plena e digna, resistindo à homogeneização cultural imposta pela sociedade majoritária e reivindicando o reconhecimento e o respeito por suas contribuições culturais e sociais. Dessa forma, a tradição não é apenas uma prática cultural, mas um poderoso instrumento de resistência que fortalece a identidade quilombola e sustenta a luta pela sua preservação territorial e autonomia (Pereira, 2014).

Dentro da tradição enquanto resistente, tem-se como problemática a hegemonização dos povos quilombolas, a qual ocorre em um contexto em que suas práticas culturais tradicionais são desvalorizadas e, muitas vezes, relegadas ao esquecimento, levando a um apagamento ancestral. O resultado disso é um ambiente em que as comunidades quilombolas são pressionadas a se conformar a um ideal de modernidade que não reconhece suas especificidades, levando a uma assimilação forçada que dilui suas identidades e tradições

(Silva, 2010). O apagamento ancestral se torna uma consequência direta dessa hegemonização, fazendo com que as novas gerações cresçam sem uma conexão profunda com sua história cultural, uma vez que as expressões artísticas, as práticas religiosas e os sistemas de conhecimento que sustentam a vida quilombola são frequentemente ignorados ou desvalorizados (Pereira, 2014).

Sendo assim, os quilombolas revelam a perda do vínculo ancestral devido ao desconhecimento de suas origens, incluindo o surgimento da comunidade e a origem do nome 'Curral Novo':

Aí eu não sei informar não, não lembro, não sei, não lembro (Quilombola 1).

'Eles fala' que foi assim: um quilombo, sabe, no tempo 'dos escravo' que a comunidade, eles fala que é do tempo dos escravo, é uma comunidade quilombola, não sei, nunca parei para pensar (Quilombola 2).

Sei assim por alto, da cabeça a gente vem na memória, né? Chama o Curral Novo 'causa que' veio um morador, ele fez um, chegou lá aí tinha um curral 'véi', né? Aí ele desmanchou esse curral, fez um curral novo, aí ele encontrava com os amigos dele aí falava assim: 'ô cumpadre, vai lá em casa 'pro cê vê'. Eu fiz um curral novo (Quilombola 3).

Ah, isso aí eu não sei! (Quilombola 4).

Essa parte não vou saber te responder não (Quilombola 5).

Eu não sei... (Quilombola 6).

Se bem que não (Quilombola 7).

Ah, eu não sei como ela surgiu não, eu sei o que eu moro lá, desde que eu conheço é Curral Novo (Quilombola 8).

Olha, então eu não sei muito. Me contam, né, lá surgiu a partir dos descendentes dos escravos que fugiam dos fazendeiros e começou a formar, né, o pequeno povoadinho. E o nome, eu ouvi essa história, na verdade, foi esse ano que eu ouvi essa história, de que o nome lá é porque tinha o fazendeiro, ele tinha uma criação bem grande de gado e todo mundo que chegava para ver ele, ele ia convidava para ver o curral novo que ele tinha feito (Quilombola 9).

O pessoal fala que o pessoal foi e chegou lá, né? Aí que tinha um curral bonito, não sei se é verdade, né? Aí que surgiu esse nome através desse curral novo que tinha lá, né?

Mas eu não sei se é a história real sabe, que a pessoa mais velha assim que tinha lá, pra falar a verdade, nunca sentei com ela para conversar e perguntar isso, sabe? Então acabou que acho que perdeu a história real (Quilombola 10).

Os relatos dos quilombolas expressam também a resistência diante do apagamento ancestral apesar da homogeneização:

Meu sogro contava que antigamente o povo fazia cerca, era tipo, o povo trabalhava muito com fim ... é 'cumé'? Roda de 'fiá' algodão, esses trem, farinha fazia naqueles forão de pedra, era desse jeito (Quilombola 1).

O objetivo dessa festa é de crescer mais a comunidade, é o conhecimento né. É conhecida por lá (Quilombola 5).

Resistente, eu acho resistente 'as pessoas que continua' forte com as tristezas que levou as pessoas a falecer. Continuou, continua aquelas pessoas lá do mesmo jeito. 'É as tradições', as tradições não podem acabar. A união das comunidades, 'das pessoas que convive' ali dentro da comunidade pra não acabar (Quilombola 6).

Se eu saí da minha comunidade, se eu tive a necessidade de sair, eu ainda posso contribuir meio que seja com o básico de tá divulgando que existe a minha comunidade (Quilombola 9).

Os alunos mesmo, a gente costumava faltar de aula no dia porque era o costume todo mundo levantar bem cedinho no dia Três de Maio ir lá pra enfeitar (Quilombola 10).

Esse apagamento ancestral, contudo, não se dá sem resistência. Apesar da hegemonização, os povos quilombolas têm buscado reafirmar suas identidades culturais por meio de diversas formas de resistência, que vão desde a preservação de rituais e celebrações até a luta por políticas públicas que reconheçam e valorizem sua cultura (Mattos, 2006). Diante deste cenário, as comunidades têm se mobilizado para criar espaços de fortalecimento de suas identidades, promovendo a troca de saberes entre gerações e reafirmando a importância de suas práticas culturais como elementos centrais de sua existência (Nunes, 2024). Desta maneira, embora a hegemonização e o apagamento ancestral sejam desafios significativos, a luta pela valorização das práticas culturais tradicionais também se apresenta como um meio poderoso de resistência e reafirmação das identidades quilombolas em face das pressões externas.

De maneira geral, os mecanismos de resistência adotados pelos quilombolas são diversos e interconectados, refletindo tanto a luta pela preservação da cultura e do território quanto a busca por alternativas de sobrevivência em um contexto de marginalização e exclusão.

Contudo, esses mesmos mecanismos, ao se chocarem com as forças estruturais de opressão e com a falta de políticas públicas efetivas, acabam por contribuir para o êxodo rural e para as migrações para os centros urbanos. A resistência quilombola, portanto, é marcada por uma tensão constante entre o desejo de permanência no território ancestral e a necessidade de adaptação às dinâmicas impostas pelo mundo urbano-industrial, configurando-se como uma luta contínua pela dignidade e pela sobrevivência (Almeida & Nascimento, 2022).

4.3 O papel da educação quilombola

Como já estabelecido, as entrevistas revelam que as dinâmicas das relações de poder na Comunidade Quilombola Curral Novo são multifacetadas, sendo profundamente influenciadas por forças externas que moldam não apenas a estrutura social, mas também as práticas cotidianas da comunidade. Por meio da análise foucaultiana foi possível identificar como essas relações de poder não são apenas hierárquicas, mas se manifestam através de uma rede de práticas sociais, saberes e discursos que controlam e regulam as vidas dos habitantes da comunidade (Foucault, 2019). O controle exercido por agentes externos — sejam instituições governamentais, empresas agropecuárias ou políticas públicas inadequadas — se traduz em mecanismos de dominação que limitam as possibilidades de desenvolvimento local e impõem condições que favorecem o êxodo rural (Santos, 2012).

Um dos aspectos mais evidentes desse controle é a influência das políticas de desenvolvimento rural, que frequentemente não consideram as especificidades culturais e sociais da Comunidade Curral Novo. Essa dinâmica de êxodo rural é alimentada por uma visão reducionista da comunidade que é desvalorizada em favor de modelos que priorizam a eficiência econômica em detrimento da sustentabilidade social e ambiental. Assim, o quilombo se vê diante de um modelo de desenvolvimento que ignora suas tradições, saberes e modos de vida, resultando em uma perda significativa de identidade cultural e coesão social (Santos, 2012).

Sendo assim, foi feita a divisão em quatro eixos temáticos dentro da Análise Temática, em conformidade com o terceiro objetivo específico, sendo estas apresentadas na Figura 9:

Figura 9

Eixos temáticos do objetivo específico 3

Objetivo 3: Refletir sobre o papel da educação quilombola como ato de resistência às relações de poder e ferramenta de reafirmação no enfrentamento do êxodo rural e preservação ancestral dos quilombolas.	Eixos temáticos
	1 – Desafios no Acesso à Educação da Comunidade
	2 – Consequências da Falta de Acesso à Educação para a Comunidade
	3 – Educação como Forma de Resistência

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

No tocante ao Eixo 1 – Desafios no Acesso à Educação da Comunidade, tem-se que a falta de infraestrutura adequada, como escolas que atendam às necessidades específicas da comunidade é um dos principais obstáculos. Muitas vezes, as escolas existentes são distantes, mal equipadas e carentes de recursos pedagógicos, o que dificulta a aprendizagem e a permanência dos alunos no ambiente escolar. Na realidade do Curral Novo existe uma construção de uma escola, contudo, não há professores – e nenhum outro profissional necessário para o funcionamento dela. Esses fatores, combinados com a necessidade de trabalhar para ajudar no sustento familiar, resultam em altas taxas de evasão escolar, como demonstrado pelas falas abaixo:

Eu, pra mim, se tivesse uma escola na comunidade era melhor. Por causa que também ele [filho] tem ‘uns problema’ de saúde, aí na comunidade era ‘mais mior’ (Quilombola 2).

Hoje, infelizmente, eu preciso pra minha filha, hoje não tem. O grupo tá lá abandonado. Tem escola lá dentro, mas não tá funcionando! (Quilombola 5).

Minha menina estudou lá, a mais velha. Estudou na escola família [...] aqui [na cidade]. Quando minha menina começou é estudar na escola família, aí eu aluguei uma casa aqui porque aí não tinha como voltar (Quilombola 6).

Eu acho meio devagar a educação ainda, mas lá eles vêm estudar aqui na rua [na cidade], ‘vorta’ todo dia. É lá tem pouco menino acho que tem 3 só para vim aqui pra rua, eu acho muito pouco tinha que ter mais gente, mais menino, né? (Quilombola 8).

Diante disso, vê-se que, além das questões estruturais, existem também barreiras culturais e sociais que dificultam o acesso à educação nas comunidades quilombolas. Muitas vezes, a educação formal é vista como desconectada da realidade e necessidades da vida cotidiana, levando a uma resistência por parte da comunidade em relação à escolarização tradicional. Isso é agravado pela desvalorização do conhecimento e práticas culturais que não são contempladas nos currículos escolares convencionais. Assim, a educação pode ser percebida como uma imposição externa, em vez de uma ferramenta de reafirmação e valorização da identidade quilombola (Santos, 2018).

Já no Eixo 2 – Consequências da Falta de Acesso à Educação para a Comunidade, estas consequências afetam o desenvolvimento individual dos membros da comunidade e a coesão social e a sobrevivência cultural do grupo. A evasão escolar e a baixa taxa de alfabetização

resultantes da dificuldade de acesso à educação formal limitam as oportunidades de emprego e ascensão social dos quilombolas. Sem a educação necessária, muitos jovens se veem obrigados a ingressar no mercado de trabalho precário e informal, o que perpetua o ciclo de pobreza e a dependência econômica. Essa realidade não só compromete o futuro das novas gerações, mas também enfraquece as comunidades, que perdem potenciais líderes e inovadores que poderiam contribuir para o desenvolvimento local e a defesa de seus direitos (Santos, Antunes & Nunes, 2013).

No que tange à educação e a perspectiva de futuro no Curral Novo, os quilombolas expõem que:

Eu pelo menos, eu não tenho estudo, se for pra ‘mim trabalhar’ na prefeitura, eu não trabalho porque não tem estudo né? Tem que viver aí, trabalhar na lavoura, né? Que não tem estudo (Quilombola 1).

Eu tenho dois [filhos], mas só que outro não tá estudando, o de dezoito, foi até no segundo e saiu (Quilombola 2).

Lá? Lá foi uma escola até boa. Estudei na quinta série, aí depois eu parei. [...] Aí depois parou que não tinha mais é alunos lá. A escola lá é fechada (Quilombola 6).

O jovem saiu do quilombo, foi para a cidade grande para estudar. Aí viu aquela realidade nossa, ‘aqui é muito diferente, eu não vou voltar para cá’ (Quilombo)! Então, saiu do quilombo, viu o quão diferente é a cidade grande, quis permanecer lá por se identificar mais (Quilombola 9).

Destarte, a falta de acesso à educação compromete a preservação da identidade cultural quilombola. Essa desconexão com a identidade resulta em um sentimento de desvalorização e perda de referência cultural, em que as novas gerações podem se distanciar de suas raízes e tradições. A ausência de uma educação que respeite e integre os conhecimentos ancestrais e as especificidades da vida quilombola pode levar à alienação cultural e à desintegração dos laços comunitários. Com o tempo, isso pode culminar na erosão da identidade quilombola e na perda de práticas e saberes que são fundamentais para a coesão social e a continuidade da cultura. Assim, o acesso à educação quilombola é essencial não apenas para a formação de indivíduos capacitados, mas também para a preservação e fortalecimento das comunidades quilombolas (Grossi *et al.* 2017).

A falta de acesso à educação nas comunidades quilombolas perpetua ciclos de marginalização e escravização dos corpos. Essa exclusão educacional impede que os quilombolas desenvolvam habilidades e conhecimentos que poderiam capacitá-los a reivindicar

seus direitos e ter acesso às oportunidades de emprego e desenvolvimento econômico. Sem uma educação de qualidade, as novas gerações são empurradas para o mercado de trabalho informal, onde os baixos salários e a precariedade das condições de trabalho se tornam a norma (Nunes, 2024).

Assim, a ausência de educação adequada não é apenas uma questão de falta de acesso, como visto nas falas dos quilombolas abaixo, mas uma estratégia de controle social que mantém os quilombolas em uma posição vulnerável, reforçando a desigualdade e a dependência:

Não tem nenhuma escola na minha comunidade mais, né? Então o fato deles ‘tem que vim’ para a cidade, eu acho que isso ajuda um pouco, né? Porque se lá tivesse a escola, se tivesse a escola lá para estar estudando lá dentro da comunidade, né (Quilombola 3).

É, quero que melhore, né? Quanto mais melhoria, melhor, mas não sei se daqui 10 anos vai tá a mesma coisa de hoje. Porque eu acho que muito jovem de hoje não tem interesse assim das coisas de antigamente. E os mais antigos também não têm a paciência de ensinar. Igual as benzedeadas, elas não ensinam ‘os mais jovem’ a benzer. Não sei, é que tem uns que fala que não pode ensinar mais de sete. Aí fica meio assim, né! Eu quero que melhore, né? Eu imagino que tem de melhorar. Que não pode deixar ‘as coisas acabar’ (Quilombola 4).

Sobre a importância da educação: Acho muito importante. Que aí ‘as crianças vai’ começar né saber as coisas na escola pra aprender também. Muda que ‘as pessoas vai’ saber mais. Se tivesse colocado na cabeça, eu tinha um estudo, tinha uma faculdade. Hoje eu me arrependo de não estudar (Quilombola 6).

Lá tem muitas famílias que mostram interesse, mas tem outras que não. Não está nem aí (Quilombola 10).

Deste modo, a escravização sutil dos corpos quilombolas se manifesta em uma internalização das condições de opressão. A ausência de uma formação crítica e da valorização de suas culturas pode levar os quilombolas a aceitar passivamente as condições de vida impostas pela sociedade dominante, que deslegitima suas práticas e saberes. Esse processo de desvalorização pode levar à crença de que sua realidade é imutável, limitando ainda mais suas chances de resistência e mobilização. A falta de acesso à educação não apenas impede o desenvolvimento de competências práticas, mas também erode a capacidade crítica necessária para desafiar a hegemonia que perpetua a exploração. Portanto, os quilombolas se veem presos a um ciclo de opressão, onde a educação se torna uma ferramenta essencial não apenas para a emancipação individual, mas também para a resistência coletiva contra as estruturas de poder

que buscam silenciar suas narrativas e obliterar suas identidades (Oliveira, 2020).

O Eixo 3 – Educação como Forma de Resistência retoma a qualidade de resistência da educação para os povos quilombolas, servindo como um meio de afirmação da identidade cultural e de luta por direitos. Em um contexto histórico de marginalização e exclusão, a educação torna-se um espaço de reafirmação, onde os quilombolas podem resgatar e valorizar seus saberes ancestrais e práticas culturais. Ao integrar a educação formal com as tradições e histórias locais, as comunidades quilombolas podem promover o aprendizado acadêmico e fortalecer a identidade coletiva e a conexão com a terra. Essa abordagem educacional não apenas contraria a narrativa de assimilação cultural promovida por instituições hegemônicas, mas também prepara os jovens para serem agentes de mudança, capazes de reivindicar seus direitos e lutar por melhores condições de vida (Morais & Melo, 2019).

Por conseguinte, sobre a importância da educação, os quilombolas revelam que:

Eu acho que com o estudo do jovem ajudaria muito a comunidade. Eu acho que eles investiriam, pelo que eu conheço do jovem da minha comunidade, investiria. [...] Eu tenho uma filha que formou em engenharia ambiental. E assim, pouco tempo de formação ela já tem contribuído muito pra minha comunidade, nas orientações de como deve ser feito (Quilombola 3).

Ajuda, ajuda muito, muito mesmo. Ajuda no emprego, ainda numa plantação, numa ‘rigação’. Tudo depende disso. Por exemplo, uma adubação precisa disso. Um veneno para jogar numa plantação, jogar para matar o mato precisa, tudo precisa. Num criatório de galinha também que existia por lá uma época o povo largou, não dá, mas é bom aquilo lá também. Precisa estudo também, tudo precisa (Quilombola 8).

Se você sai, formou em medicina, tira um dia do seu dia de serviço, vai na sua comunidade, consulte alguém lá, né? Então eu acho que sair pra estudar e trabalhar não é problema nenhum. O problema é perder a essência, né? Abandonar de vez a comunidade (Quilombola 9).

Além disso, a educação como forma de resistência também implica na mobilização social e na conscientização política. Essa conscientização é fundamental para a organização comunitária e a construção de uma identidade coletiva forte, que desafia as estruturas de poder que historicamente marginalizam os quilombolas. Ao educar as presentes e futuras gerações sobre sua história de luta e as injustiças enfrentadas, a educação se transforma em uma ferramenta vital para a preservação da cultura quilombola e para a afirmação de sua autonomia

(Lopes *et al.* 2020).

Ademais, o Eixo 4 – Transformação do Quilombo Através da Educação estabelece que a transformação do quilombo é um processo que vai além da mera aquisição de conhecimento acadêmico; trata-se de um movimento em direção à autonomia e à valorização da identidade cultural. Essa transformação educacional não apenas empodera os indivíduos, mas também reconfigura as dinâmicas sociais dentro da comunidade, criando um ambiente onde a cultura é celebrada e onde todos têm um papel ativo na preservação de seus modos de vida, tal como é observado a seguir:

Antigamente, a gente não estudava, que a gente tinha de ‘trabaiá’ e não tinha oportunidade de vim para a cidade, né? E hoje não. Hoje em dia tem um ‘ômbus’ que vai. [...] Hoje é totalmente diferente, que antigamente a gente quase que não estudava né? E hoje ‘as criança’ estuda. Nem tinha carro pra buscar a gente. Até que eu estudei até a terceira série porque não tinha mais. Aqui na cidade tinha, mas vinha como? Hoje em dia não, hoje em dia tem um carro que vai buscar, né, as crianças. Hoje, se não estudar, é porque não quer (Quilombola 1).

[A educação] ia melhorar lá dentro mesmo, ia melhorar. Ah, eu acho que ajudava muito (Quilombola 2).

Nunca foi ninguém lá para falar assim ‘ó, vocês vão limpar esse quintal, mas vocês não vão colocar fogo!’. A gente limpava e colocava fogo, queimava tudo, né? E hoje, né, com o conhecimento que ela [filha] adquiriu na faculdade, ela já está orientando e a gente já tá vendo o resultado (Quilombola 3).

Neste viés, a educação pode atuar como um catalisador para o desenvolvimento econômico e social nas comunidades quilombolas. Através de práticas pedagógicas que valorizam a educação técnica e a formação profissional, os quilombolas podem investir em novas oportunidades de trabalho e empreendedorismo, o que ajuda a combater a pobreza e a promover a sustentabilidade econômica. Programas de educação que focam em temas como agroecologia, gestão ambiental e economia solidária capacitam os membros da comunidade a utilizar seus recursos de maneira mais eficaz, incentivando a autossuficiência e a inovação (Azevedo & Oliveira, 2020). Assim, a transformação do quilombo por meio da educação não só fortalece a identidade cultural e a coesão social, mas também prepara as comunidades quilombolas para enfrentar os desafios contemporâneos, promovendo um futuro mais justo e sustentável (Carvalho, 2014).

Além disso, os resultados mostram que as práticas educativas e a transmissão de saberes

tradicionais são elementos centrais na resistência a essas relações de poder. Apesar da pressão para a migração e da desvalorização dos modos de vida rurais, os habitantes da Comunidade Curral Novo têm buscado formas de resgatar e valorizar suas tradições, promovendo a educação comunitária e a troca de saberes intergeracionais. Essa resistência não se dá apenas por meio da preservação cultural, mas também pela conscientização sobre as injustiças enfrentadas e a mobilização em busca de políticas mais justas. A construção de uma identidade coletiva forte é uma resposta direta às tentativas de controle e dominação, demonstrando que, embora o poder externo exerça uma influência significativa, a comunidade não é um mero objeto passivo, mas um agente ativo em sua própria narrativa (Mattos, 2006).

Sendo assim, a educação quilombola se apresenta como uma resposta eficaz ao êxodo rural, pois oferece alternativas viáveis para a permanência dos jovens na comunidade. O fortalecimento da identidade cultural e o incentivo à valorização do espaço comunitário, por meio de atividades educacionais que ligam os alunos às suas raízes, são aspectos que promovem um sentimento de pertencimento e de orgulho. Essa conexão com a cultura local e com as tradições se torna um fator motivador para que os jovens considerem a possibilidade de permanecer ou retornar à sua comunidade após a formação, ao invés de migrar para os centros urbanos em busca de oportunidades. As iniciativas educativas, portanto, funcionam como um bastião de resistência, desafiando a ideia de que a única saída para um futuro promissor está longe de casa (Azevedo & Oliveira, 2020).

O conceito de micropoder se revela nas dinâmicas da educação formal, onde as estruturas de poder moldam a experiência educativa dos estudantes quilombolas. A educação formal, muitas vezes, é dominada por currículos que ignoram ou desvalorizam as culturas e saberes quilombolas, resultando em um apagamento sistemático das identidades e tradições dessa população (Foucault, 2021). Essa imposição de um modelo educacional hegemônico não apenas marginaliza as narrativas dos quilombolas, mas também perpetua um ciclo de exclusão que impede a apropriação crítica do conhecimento. O micropoder, nesse contexto, se manifesta na forma como as instituições educacionais exercem controle sobre o que é considerado conhecimento legítimo, silenciando as histórias, as práticas e os saberes ancestrais que poderiam enriquecer o ambiente escolar e a formação dos alunos (Santos, 2023).

Destarte, o micropoder intrínseco à educação no Curral Novo é presenciado pelos quilombolas das seguintes formas:

Eu acredito que nesse contexto aí é, tipo assim, viu uma coisa nova, e ‘eles não aceitar’ abrir mão do que eles têm, ou sabe, ou acredita pra aprender as coisas novas, né? O conhecimento deles, eles têm, mas está sempre atrás de coisa nova! (Quilombola 4).

Manter a comunidade né? Ficar todo mundo junto, reunido! É, tem reunião, todo mundo participando. É, tem conhecimento, né? Às vezes tem coisas que cê não sabe e a pessoa vai e passa, fala as coisas com você e você fica tendo a seu conhecimento. É como se diz 'é vivendo e aprendendo'. É assim que é bom! (Quilombola 5).

[Sobre a diferença entre o saber/conhecimento quilombola e o conhecimento da escola hoje] O conhecimento é o que eles têm de melhorar mais. Que eu sei que ele tem de ficar 'mais mior', tem que ter uma escola de qualidade 'mais mior'. Hoje tem, mas hoje tem! (Quilombola 8).

E eu espero que tá melhor né? Espero que melhora né. E tem as meninas 'trabaiano', é... 'trabaiano' nesse negócio dos quilombos. E eu acho que melhora, acho que melhora um pouco. Que antigamente o povo não sabia trabalhar, né? Deixava tudo para trás. Hoje não. Hoje é 'deferente'. [Sobre o futuro] Eu imagino que pode tá bom, tá melhor, eu espero que tá sempre 'mior'. Deus ajuda que tá 'mior' (Quilombola 8).

Os quilombolas têm se mobilizado para resistir a esse apagamento por meio de ações que buscam a valorização e a inclusão de suas práticas culturais na educação. Esse movimento se caracteriza pela luta por uma educação que não apenas reconheça, mas celebre a diversidade cultural e os saberes locais. Ao reconhecer a necessidade de currículos que abordem as realidades e histórias quilombolas, as comunidades se engajam numa forma de resistência que desafia o micropoder exercido pelas instituições educacionais. Além disso, a implementação de programas de educação quilombola, que valorizem a cultura local, não apenas fortalece a identidade dos estudantes, mas também oferece a eles ferramentas críticas para questionar e desafiar as estruturas de poder que buscam silenciá-los (Oliveira, 2020). Desta maneira, a luta pela inclusão da educação quilombola na formalidade educacional se torna uma estratégia fundamental de resistência e reafirmação cultural, promovendo a construção de um conhecimento que respeita e integra as vivências e as identidades quilombolas (Carvalho, 2014).

Por fim, as entrevistas desta pesquisa evidenciam que a educação para os quilombolas, ao atuar como um ato de resistência e reafirmação, é fundamental para a preservação da identidade cultural e para a luta contra o êxodo rural. Ao se tornar um espaço de construção e afirmação de saberes, a educação promove não apenas a formação de indivíduos mais críticos e conscientes, mas também a coesão e a solidariedade comunitária. A resistência quilombola, portanto, se reafirma não apenas na luta pela terra, mas na valorização do conhecimento como um patrimônio cultural que deve ser preservado e transmitido às futuras gerações. Esse processo

de resistência educacional fortalece as comunidades quilombolas, permitindo que elas enfrentem os desafios contemporâneos com dignidade e autonomia, reafirmando sua relevância no contexto social brasileiro (Franco, 2019).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo mostrou que, segundo a teoria de Foucault, as dinâmicas de poder revelam que práticas educativas são mais do que transmissão de conhecimento; são também mecanismos de controle e resistência. Foucault destacou que o poder é difuso e presente em todos os aspectos da vida social. Isto é observado na maneira como saberes são construídos e disseminados nas comunidades quilombolas. Frequentemente oprimidas por um sistema educacional que ignora suas histórias e culturas, essas comunidades usam práticas de resistência para recuperar o saber e afirmar sua identidade, seja por meio da migração ou permanência no quilombo.

A análise das dinâmicas de poder na Comunidade Curral Novo, sob a ótica de Foucault, revelou como as forças externas, constituídas por estruturas políticas, econômicas e sociais, exercem um controle contínuo e profundo sobre a comunidade, moldando suas práticas e influenciando diretamente o fenômeno do êxodo rural. Essas forças se manifestam de forma sutil, por meio de mecanismos que regulam o acesso a recursos essenciais, como terra, água e educação, criando uma dependência estrutural que limita as opções de sobrevivência e autonomia dos quilombolas.

Dentro da própria Comunidade Curral Novo, pôde-se inferir que esse controle externo se manifesta de maneira multifacetada, influenciando não apenas as condições materiais de vida, mas também a organização social e cultural do grupo. A precariedade no acesso a serviços e à infraestrutura reforça um ciclo de vulnerabilidade que acaba por enfraquecer a coesão comunitária e a resistência coletiva. Todavia, é importante destacar que, apesar dessas pressões, há também formas de resistência que emergem do seio da comunidade, que buscam preservar suas tradições, fortalecer os laços internos e reivindicar direitos fundamentais. Essa resistência pode ser vista como uma resposta ao biopoder que tenta regular e normalizar as práticas dos quilombolas, impondo um modelo de vida desvinculado de suas raízes e tradições.

Já no que tange à identificação dos mecanismos de resistência adotados pelos quilombolas frente às condições adversas e pressões externas revela uma complexa rede de estratégias que buscam preservar a identidade, a cultura e a autonomia da comunidade, mesmo diante de desafios significativos. Entre esses mecanismos, foi possível destacar a valorização das práticas tradicionais, a preservação dos modos de vida comunitários e a organização em movimentos sociais que reivindicam direitos fundamentais, como acesso à terra, educação e recursos básicos. Essas formas de resistência são, ao mesmo tempo, atos de afirmação cultural e de contestação às forças que tentam homogeneizar e explorar essas comunidades.

Contudo, quando essas estratégias se mostram insuficientes para garantir a

sobrevivência digna e a continuidade no território, muitos quilombolas acabam optando pela migração para centros urbanos em busca de melhores oportunidades e acesso a direitos básicos que lhes são negados em suas comunidades, revelando uma resistência adaptativa que busca, em novos espaços, condições de vida mais favoráveis. Essa migração para as cidades, embora possa parecer uma ruptura com a vida comunitária, pode ser vista como uma forma de resistência que redefine o próprio conceito de pertencimento e luta quilombola. Sendo assim, as migrações para os centros urbanos representam não apenas uma resposta às pressões econômicas e sociais, mas também uma extensão da luta quilombola por reconhecimento e sobrevivência, que persiste além dos limites físicos do quilombo. Essa dualidade entre permanecer e migrar mostra como a resistência dos quilombolas se manifesta de maneiras múltiplas, reconfigurando-se conforme as circunstâncias e reafirmando, o direito à dignidade e à identidade cultural.

Além disso, as análises realizadas ao longo do trabalho destacam que a educação quilombola, quando adequadamente orientada para as especificidades culturais e históricas dessas comunidades, se revela como um importante espaço de resistência contra os processos de opressão e apagamento ancestral. Nesse sentido, a escola precisa ser muito mais que um local de transmissão de conhecimentos formais; ela deve atuar como um território de preservação da memória coletiva e de fortalecimento da autonomia, onde os saberes ancestrais e a identidade cultural são valorizados e ensinados como formas de insurgência contra as pressões homogeneizadoras do sistema dominante.

Fica evidente que a educação escolar quilombola, como ato de resistência, é uma estratégia imprescindível para a sobrevivência e o fortalecimento da identidade quilombola. A educação transforma-se, então, em um espaço de ressignificação da própria existência, onde os quilombolas resistem e constroem novas narrativas sobre si mesmos, reafirmando sua importância enquanto sujeitos históricos. Como instrumento de poder a educação atua na reafirmação dessas comunidades, no fortalecimento de sua capacidade de articulação, resgate de sua identidade coletiva e na criação de melhores condições para que estes indivíduos permaneçam em seus territórios. Destarte, a resistência e a identidade quilombola são reforçadas, garantindo que, mesmo diante das adversidades, essas comunidades continuem a se afirmar como espaços de luta, resistência e recriação de novas possibilidades de futuro.

Assim, ao final deste trabalho se torna evidente que as relações de poder e as práticas educativas não podem ser dissociadas das realidades sociais e históricas que as permeiam. A educação, neste contexto, se configura como um espaço de disputa, onde a luta pela afirmação da identidade quilombola se entrelaça com a busca por ocupação territorial. Esta pesquisa não apenas contribui para a compreensão das relações de poder e educação em contextos de resistência, mas também provoca reflexões sobre o papel da educação no fortalecimento dos quilombos.

Vale ressaltar, ainda, as limitações desta pesquisa, relacionadas à divisão dos grupos de quilombolas entre aqueles que residem na cidade de Virgem da Lapa, os que permaneceram no quilombo e os que migraram para outros locais. Essa dispersão dificultou a reunião de todos os participantes desejados para as entrevistas. A impossibilidade de entrevistar diretamente os moradores que ficaram no quilombo e os que migraram, juntamente com aqueles que estavam em Virgem da Lapa pode ter influenciado a amplitude da coleta de dados.

Para pesquisas futuras, seria relevante desenvolver estudos que considerem metodologias que facilitem a coleta de dados em comunidades dispersas geograficamente, como é o caso dos grupos quilombolas distribuídos entre Virgem da Lapa e outros locais para onde migraram. Uma abordagem possível seria a combinação de entrevistas presenciais e remotas, para alcançar participantes em diferentes locais, garantindo um público mais abrangente. Além disso, a realização de estudos comparativos entre os quilombolas que permaneceram na comunidade original e aqueles que migraram podem revelar aspectos importantes sobre as diferenças nas experiências de vida e na preservação cultural. Outro caminho promissor seria a utilização de métodos de pesquisa etnográfica que permitiriam uma investigação mais profunda das realidades dessas comunidades, fornecendo um entendimento das dinâmicas de pertencimento, identidade e adaptação em diferentes contextos urbanos e rurais.

Seria relevante também aprofundar a análise de como as práticas pedagógicas em escolas quilombolas podem fortalecer a cultura dos educandos, promovendo uma educação que valorize os saberes locais. A adaptação do currículo de formação de professores com maior inclusão do conhecimento sobre a história e a cultura quilombola pode preparar educadores mais sensíveis à realidade quilombola para atuar nas comunidades de forma mais adequada.

Outra sugestão é investigar o reflexo da influência da educação escolar da cidade na identidade quilombola e como ela poderia atender, de forma mais eficaz, os alunos quilombolas que migram para áreas urbanas em busca de melhores oportunidades de emprego

e educação. Poderia explorar como as escolas urbanas reconhecem a cultura e a identidade quilombola, identificando se as suas práticas pedagógicas promovem espaço de valorização dos saberes quilombolas ou se preservam a cultura local.

Outra proposta interessante é analisar como a transição para a educação urbana impacta a autoidentificação dos alunos quilombolas e quais estratégias podem ser implementadas para garantir a manutenção de sua identidade cultural de origem durante o processo de adaptação ao novo ambiente escolar. Essa abordagem poderia contribuir para integração de políticas públicas mais eficazes às necessidades educacionais desses alunos nas escolas urbanas.

Por fim, o estudo propõe ainda a importância de estudos que possam avaliar programas governamentais que incentivem o retorno dos quilombolas ao campo. Ao buscar iniciativas que respeitem a identidade cultural e o modo de vida tradicional desses povos poderá garantir o retorno deles ao campo de forma sustentável e de acordo com os interesses de suas comunidades.

REFERÊNCIAS

- Almeida, M. R. G. de & Nascimento, E. F. do. (2022). Ocupação, produção e resistência: terras quilombolas e o lento caminho das titulações. *Interações*, 23(4), 945-958.
- Arruti, J. M. (2006). Mocambos and Quilombos: A History of the Maroon Communities in Brazil. In N. K. Hanchard (Ed.). *Racial Politics in Contemporary Brazil* (pp. 57-78). Duke University Press.
- Arruti, J. M. (2008). Quilombo. In O. A. Pinho & L. Sansone. (Orgs). *Raça: novas perspectivas antropológicas* (pp. 315-350). Salvador: EDUFBA.
- Arruti, J. M. (2009). Quilombos. *Jangwa Pana*, 8(1), 102-121.
- Azevedo, A. D. A. M., & Oliveira, I. A. (2020). Hiperpontentia, participação e autonomia: o poder político de transformação de comunidades e escolas quilombolas. *Interfaces da Educação*, 11, 52-67.
- Bezerra Carril, L. F. (2017). Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. *Revista Brasileira de Educação*, 22(69), 539-564.
- Brasil. *Constituição Federal do Brasil*. (1988). Recuperado de https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. Recuperado de <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Carvalho, A. F. de. (2014). Foucault e a crítica à institucionalização da educação: implicações para as artes de governo. *Educação & Sociedade*, 35(127), 407-427. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0103-73072014000200006>
- Costa Filho, A. (2017). Quilombos: definição e resistência. *Revista de Antropologia*, 60(3), 9- 38.
- Costa Filho, A., & Mendes, A. B. V. (2013). *Direitos dos povos e comunidades tradicionais*. Belo Horizonte, MG. Superintendência de Comunicação Integrada/MPMG, (material didático ou institucional - cartilha). pp. 1-47.
- Esteves, M. G. (2016). O sentido de norma em Foucault e o papel do direito na produção de corpos dóceis. *Conteúdo Jurídico*. Recuperado de <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=381dae8478b35448>

- Fachini, E. C. S., & Ferrer, W. M. H. (2019). Biopolítica e biopoder como forma de intervenção na ordem econômica e de controle social: a lei geral de proteção de dados como inibitória da manipulação social. *Revista Direito UFMS*, 5(2), 226-246.
- Ferreira, F. da S., Queiroz, T. M. de., Silva, T. V. da., & Andrade, A. C. de O. (2017). À margem do rio e da sociedade: a qualidade da água em uma comunidade quilombola no estado de Mato Grosso. *Saúde e Sociedade*, 26(3), 822-828.
- Martins, G., Felipe, H. J., Simele Leal, N., & Lima da Silva, S. E. (2019). Das confluências, cosmologias e contra-colonizações. Uma conversa com Nego Bispo. *Revista EntreRios do Programa de Pós-Graduação em Antropologia*, 2(1), 73-84.
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: A vontade de saber*. (13ª ed.). (M. T. da C. Albuquerque & J. A. G. Albuquerque, Trans.). Rio de Janeiro: Edições Graal. (Obra original publicada em 1976).
- Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). (M. E. Rodrigues, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2019). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. (42ª ed.). (R. Ramallete, Trad.). Petrópolis, Vozes.
- Foucault, M. (2021). *Microfísica do poder*. (13ª ed.). Rio de Janeiro: Paz & Terra. (Obra original publicada em 1979).
- Franco, L. L. S. G. (2019). *Educação quilombola, resistência e empoderamento: estudo na comunidade quilombola de são domingos em Paracatu-MG* [Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Uberlândia].
- Furtado, R. N., & Camilo, J. A. de O. (2016). O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault. *Revista Subjetividades*, 16(3), 34-44. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.5020/23590777.16.3.34-44>
- Gaskell, G. (2002). Entrevistas individuais e de grupos. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático* (pp. 64-89). Petrópolis: Vozes.
- Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, 35(3), 20-29.
- Gomes, A. F., & Santana, W. G. P. (2010). A história oral na análise organizacional: a possível e promissora conversa entre a história e a administração. *Cadernos EBAPE.BR*, 8(1), 4-18.
- Grossi, P. K., Bohn, S. R., Giordani, K. G. T., Machado, L. A., & Oliveira, T. de. (2017, agosto). Mulheres quilombolas e o acesso às políticas de educação. *Anais da Jornada Internacional de Políticas Públicas*, São Luís, MA, Brasil, 8. Recuperado de <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo6/mulheresquilombolaseoacessoaspoliticadeeducacao.pdf>

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2020). *Censo 2020: Brasil tem 1,3 milhão de quilombolas*. Recuperado de <https://g1.globo.com/economia/censo/noticia/2023/07/27/censo-do-ibge-brasil-tem-13-milhao-de-quilombolas.ghtml>
- Leite, I. B. (2000). O Quilombo no Brasil: questões conceituais e normativas. *Estudos Afro-Asiáticos*, 38(1), 9-26.
- Lopes, M. R., Medeiros, M., & Tecchio, A. (2020). A aposentadoria rural e a construção da autonomia feminina no território Quilombola de Porto Alegre, Pará. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, 40(2), 347-365.
- Mattos, H. M. (2006). Políticas de reparação e identidade coletiva no meio rural: Antônio Nascimento Fernandes e o quilombo São José. *Estudos Históricos*, 1(37), 167-189.
- Morais, T., Melo, D. & Melo, M. A. V. de. (2019, outubro). Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola: uma reflexão sobre a efetividade das políticas educacionais no quilombo urbano do Portão de Gelo, Nação Xambá. *Anais do Congresso Nacional de Educação*, Fortaleza, CE, Brasil, 6. Recuperado de <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/59938>
- Moura, C. (1987). *Quilombos: resistência ao escravismo*. São Paulo: Ática.
- Nascimento, B. (2021). O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In A. Ratts (Org.). *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos* (pp. 54-55). Rio de Janeiro: Zahar.
- Nunes, A. A. de S. (2019). A obra Vigiar e Punir: nascimento da prisão e sua inferência para o Direito Penal e para a sociedade. *Revista de Direito e Sociedade*, 1(2), 122-144.
Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/fid/article/view/122>
- Nunes, G. H. L. (2024). Educação escolar quilombola e políticas curriculares: territórios em disputa. *Identidade*, 29(1), 201-231. Recuperado de https://revistas.est.edu.br/periodicos_novo/index.php/Identidade/article/view/3123
- Octaviano, C. (2010). Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde. *ComCiência*, 120. Recuperado de http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542010000600006&lng=pt&nrm=iso
- Oliveira, M. (2020). Educação Quilombola: Desafios e Perspectivas.
- Pereira, L. A. (2014) *Nas trilhas de uma comunidade quilombola: tradição, oralidade, memória coletiva e identidade* [Dissertação de Mestrado em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana].
- Pinto, C. (1999). Foucault e as constituições brasileiras: quando a lepra e a peste se encontram com os nossos excluídos. *Educação e Realidade*, 24(2), 33-57.

- Ratts, A. (2007). *Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial.
- Reis, J. J., & Gomes, F. dos S. (1996) (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Ribeiro, D. W. A. (2020, novembro). Resistência ontem e hoje: a historicidade das lutas dos quilombos do Vale do Ribeira nas narrativas quilombolas. *Anais do Encontro Nacional de História Oral*, Belém, PA, Brasil, 15. Recuperado de <https://www.encontro2020.historiaoral.org.br/anais/trabalhos/trabalhosaprovados>
- Rosa, L. S. da, & Mackedanz, L. F. (2021). A análise temática como metodologia na pesquisa qualitativa em Educação em Ciências. *Atos de Pesquisa em Educação*, 16, e8574. Recuperado de <https://doi.org/10.7867/1809-0354202116e8574>
- Santos, R. E. F. (2012). O êxodo rural nas comunidades remanescentes de quilombo: um estudo sobre as causas da migração dos jovens da comunidade do Barroso-MG. *Revista Brasileira de Geografia Física*, 5
- Santos, J. (2012). O êxodo rural e suas causas e consequências. *Revista Brasileira de Geografia*, 22(1), 34-57.
- Santos, A. B. dos. (2015). *Colonização, Quilombos: modos e significações*. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa – INCTI. Recuperado de http://cga.libertar.org/wp-content/uploads/2017/07/BISPO-Antonio.-Colonizacao_Quilombos.pdf
- Santos, R. (2018). Empoderamento e Educação nas Comunidades Quilombolas.
- Santos, R. E. F. (2018). Território e identidade quilombola: uma análise da comunidade de São Francisco do Paraguaçu-BA. *Caderno Prudentino de Geografia*, 40(2), 5-24.
- Santos, A. B. dos. (2023). *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora.
- Silva, E. (2010). O êxodo rural nas comunidades quilombolas: um estudo de caso no município de Nossa Senhora do Livramento (MT). *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 12(2), 89-104.
- Silva, D. R. (2018). Biopoder na concepção de Michel Foucault: o poder do Estado no controle da sociedade. *Periagoge*, 1(1), 27-39.
- Silva, A. (2019). Resistência e Identidade na Educação Quilombola.
- Silva, E. L. de S. (2020). A terra dá, a terra quer. [Ensaio] *Literafro*. Recuperado de http://www.letras.ufmg.br/literafro/arquivos/Resenha_do_livro_A_terra_d_a_terra_quer_de_Antonio_Bispo_1.pdf
- Soares, A. S. A. (2019). Educação e biopolítica em Michel Foucault [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná].
- Spíndola, P. (2010). *Cidade, história e poder: uma leitura arqueológica de Campinas*

(1797- 1850) [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Recuperado de https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-03082011-84344/publico/2010_PabloSpindola.pdf

APÊNDICE A – Termo de consentimento**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA ENTREVISTA**

Você foi convidado(a) a participar de uma pesquisa com o objetivo de compreender como as relações de poder atuam dentro da comunidade quilombola Curral Novo, localizada no Vale do Jequitinhonha, município de Virgem da Lapa em Minas Gerais, influenciando o êxodo rural de seus habitantes.

Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial. Assim, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Os dados coletados serão utilizados nesta pesquisa e os resultados poderão ser divulgados em eventos e/ou revistas científicas com total preservação da sua identidade.

Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar, retirando o seu consentimento.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder as perguntas a serem realizadas sob a forma de entrevista. A entrevista será gravada com sua autorização e suas respostas serão analisadas de acordo com a fundamentação teórica coletada para a pesquisa.

Me coloco à disposição para esclarecimentos de dúvidas e desde já agradeço sua participação!

Kátia Sinara Coelho de Souza Barbosa – Mestranda em Administração UNIHORIZONTES

katiasinara99@gmail.com

Virgem da Lapa, _____ de _____ de 2024.

Me declaro ciente e de acordo.

NOME: _____

ASSINATURA: _____

APÊNDICE B – Dados sociodemográficos

Nome completo: _____

Sexo:

Feminino Masculino

Outro: _____

Idade: _____

Estado civil:

Solteiro (a)

Casado (a)

Separado(a)/divorciado(a) Viúvo (a)

Outro: _____

Tem filhos? sim não

Se sim, quantos e quais as idades?

Escolaridade:

Nenhuma escolaridade

Ensino fundamental em andamento Ensino fundamental completo

Ensino médio em andamento Ensino médio completo

Ensino superior em andamento Ensino superior completo

Pós-graduação em andamento Pós-graduação completa

Profissão: _____

Há quanto tempo mora na comunidade?
